

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Especial Mulher

jul./set. 2010

ISSN 1413-1536



Entrevista: **Valdecir Nascimento**

Mulheres lutam por
maior participação
na sociedade

Mulheres na política: um caminho transitável?

Exclusão social e gênero
no mercado de trabalho

publicações
SEI

SEI
15 anos

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Especial mulher

jul./set. 2010



Sumário

5

Carta do editor

Entrevista

6

Mulheres lutam por maior participação na sociedade

Valdecir Pedreira do Nascimento

Artigos

11

Exclusão social e gênero no mercado de trabalho

Laumar Neves de Souza,
Flávia Santana Rodrigues

29

Trabalho feminino na Região Metropolitana de Salvador: mudanças recentes

Ana Margaret Silva Simões,
Luiz Chateaubriand C. dos Santos

21

Mulheres na política: um caminho transitável?

Claudia de Faria Barbosa

38

Características da sexualidade de mulheres negras com doença falciforme em Salvador, na Bahia

Silvia Lúcia Ferreira,
Ceci Figuerêdo da Silva

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ANTÔNIO ALBERTO VALENÇA

SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DO ESTADO DA BAHIA
Luiza Bairros

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Valdecir Nascimento

CONSELHO EDITORIAL
Claudia Pons Cardoso
Ivana Muricy
Thaiz Silveira Braga

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Rosângela Ferreira Conceição

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO/NORMALIZAÇÃO
Raimundo Pereira Santos

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Márcia Santos

PADRONIZAÇÃO E ESTILO/EDITORIA DE ARTE
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
Aline Santana

REVISÃO DE LINGUAGEM
Maria José Bacelar

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

FOTOS
Agecom, Ford, Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA – Tiragem: 1.000

Colaboraram com este número as jornalistas Juci Machado e Camilla França da Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (Sepromi).

49

Tendência da atividade feminina no Brasil

Laumar Neves de Souza,
Flávia Santana Rodrigues

66

A economia das políticas de habitação e a luta dos movimentos sociais por moradia: o espaço ocupado pelas mulheres na busca pela cidadania

Renato Macedo Filho,
Fabiane Alves Regino,
Bruno Mota Lopes

59

Mulheres jornalistas: percursos e percalços

Ana Fernanda Campos de Souza

74

Estado civil: Solteirona – o embate entre a aceitação e a negação de “quem não soube fregar um marido”*

Márcia Tavares

82

Livros

Indicadores Conjunturais

85

Indicadores de mercado de trabalho

95

Indicadores de rendimento

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no *Qualis*.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2010.

Trimestral

Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.

ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



Secretaria do Planejamento

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

COMBATE AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE

A BAHIA VAI CONTINUAR
SEGUINDO ESSE CAMINHO

O Estado com a maior população negra do país fez uma escolha. Em toda a Bahia, diversas iniciativas ampliam e fortalecem as políticas e ações para a igualdade racial e de gênero. Agora existe uma cultura de respeito às diferenças, de combate aos efeitos das discriminações na vida das pessoas e, sobretudo, de diálogo entre a sociedade e o poder público. O caminho é longo, mas já avançamos.

E não vamos mais parar.

- Infraestrutura nas comunidades quilombolas • Políticas de promoção da igualdade em parceria com os municípios
- Combate ao racismo nos serviços públicos • Apoio aos estudantes cotistas nas universidades • Apoio a projetos sobre as questões racial e de gênero.

CDCN Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia

**NOVEMBRO
NEGRO**
MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Bahia
TERRA DE TODOS NÓS

Secretaria
de Promoção
da Igualdade

Carta do editor

As transformações sociais exigem da mulher uma constante interatividade com o meio em que atua. Diante das cobranças que lhe são imputadas, a mulher do século XXI vive em permanente tensão, esforçando-se para se manter num mercado muitas vezes seletista. Assim, com o objetivo de destacar a contribuição das mulheres nos diversos âmbitos da vida social, a revista *Conjuntura & Planejamento*, em mais uma edição especial, traz a temática Mulher, Política e Espaço de Poder.

A edição discute a inserção da mulher no mundo do trabalho, nos espaços políticos, sociais e culturais, divulgando estatísticas e artigos sobre a condição da mulher baiana na sociedade contemporânea. Nesse sentido, artigos como o de Laumar Neves de Souza e Flávia Santana Rodrigues, Claudia de Faria Barbosa, Ana Margaret Silva Simões e Luiz Chateaubriand C. dos Santos, dentre outros, contribuem para elucidar o debate sobre a presença da mulher nos espaços do poder e de tomada de decisões. Na entrevista, Valdecir Pedreira do Nascimento, feminista, mestra em Educação e Contemporaneidade e atual superintendente de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Promoção da Igualdade (SPM/Sepromi), fala sobre a participação da mulher nos diferentes campos da sociedade.

O artigo de Souza e Rodrigues, intitulado *Exclusão social e gênero no mercado de trabalho*, chama a atenção para o fato de que a intensificação da presença feminina no mercado de trabalho não veio acompanhada de mudanças no *status* econômico e social das mulheres. Barbosa, no seu trabalho *Mulheres na política: um caminho transitável?*, destaca o campo das participações das mulheres na política, fazendo uma análise sobre as dificuldades enfrentadas por elas ao se inserirem em cargos de representação política. Já Simões e Santos, em *Trabalho feminino na Região Metropolitana de Salvador: mudanças recentes*, discutem a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador num cenário de consolidação da atividade econômica.

As ações que priorizem o papel da mulher num espaço de preponderância masculina são de extrema relevância, considerando que outrora a presença da mulher na esfera política era uma questão utópica. Nesse contexto, partindo-se do princípio de que a igualdade de oportunidades é uma questão de inclusão social, defende-se a ampliação do debate sobre os desafios e as oportunidades da mulher no século XXI, enfatizando o crescimento da sua participação nos espaços de decisão e poder.



Valdecir Pedreira do Nascimento

Mulheres lutam por maior participação na sociedade

Feminista, mestra em Educação e Contemporaneidade, com forte atuação na formação de jovens negros, a Superintendente de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Promoção da Igualdade (SPM/Sepromi), Valdecir Pedreira do Nascimento, é a entrevistada desta edição da C&P Mulher. Entusiasta do movimento de mulheres brasileiras que reivindicam a revisão do conceito de feminismo pelo resgate da contribuição das mulheres negras para a formação da sociedade brasileira, Valdecir fala sobre a participação da mulher nos diferentes campos da sociedade, da atuação da SPM pela promoção da equidade de gênero, incluindo o enfrentamento da violência contra a mulher e a campanha pela ampliação do número de mulheres em espaços de poder e de decisão.

C&P – Quais avanços podem ser pontuados em relação à participação da mulher nas relações sociais no Brasil?

Valdecir Nascimento – O Brasil tem passado por um conjunto de mudanças nas últimas décadas e, nesse contexto, as mulheres têm conquistado espaços cada vez mais significativos. Se observarmos, por exemplo, a presença das mulheres no mercado de trabalho, a ampliação do nível educacional e a consolidação do processo de emancipação das mulheres são fatores que contribuem para uma mudança importante.

Por outro lado, e isso é muito bom, a ação das mulheres tem contribuído para modificar as relações sociais nos espaços em que elas se inserem, não obstante a nossa sociedade ser sexista e machista, hierarquizadora das relações de gênero, com mulheres aparecendo em condições de menor prestígio em relação aos homens, principalmente no campo do trabalho.

C&P – E qual seria o grande “pulo da gata” para se atingir uma equidade de gênero?

VN – Creio que, além de contribuir para mudar as relações sociais, as mulheres precisam conquistar espaços de poder no âmbito do trabalho, impactando, consequentemente, em espaços de poder na sociedade. Nós, mulheres, ainda não temos o poder de decisão nas mãos. Tanto assim, que são homens que decidem sobre temas que afetam diretamente as mulheres, como o aborto e o estupro.

Cabe ainda uma reflexão sobre algo que parece contraditório, mas, na

verdade, é relacional. Na medida em que as mulheres alcançam determinada visibilidade na sociedade, também há maior visibilização das condições de violência a que estão submetidas. Ou seja, mesmo com mudanças substantivas e alterações nas relações sociais, no âmbito do trabalho, as mulheres ainda são mais vulneráveis do ponto de vista da violência. E aí, cabe uma reflexão muito séria...

C&P – Considerando esse quadro, qual a perspectiva de atuação da SPM?

VN – O desafio é muito grande. Atuamos em um estado que tem a primeira secretaria com um projeto direcionado para a promoção da igualdade de gênero. Encontramos um quadro geral em que o nível de atenção à mulher era muito baixo. São ações estanques, individualizadas, como o Programa de Saúde da Mulher, as Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher (DEAM), uma delegacia ali, outra acolá, não são ações articuladas, com objetivos-fins.

Com a criação da Sepromi e da SPM, buscamos construir a inter-relação entre as políticas públicas direcionadas à mulher e demandar, para as secretarias, um conjunto de ações na perspectiva da igualdade de gênero.

C&P – Como isso se dá na prática?

VN – Por exemplo, a Secretaria de Agricultura, dentro dos seus programas de agricultura familiar, titulação de terra e de incentivos, assegura o acesso das mulheres aos benefícios

A ação das mulheres tem contribuído para modificar as relações sociais nos espaços em que elas se inserem, não obstante a nossa sociedade ser sexista e machista

desses programas. Mas esse acesso, construído pela Seagri, tem que dialogar com a Secretaria da Saúde, que se preocupa com a saúde da mulher; com a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, que vai cuidar da documentação civil; com a Secretaria do Trabalho, que vai articular a capacitação das mulheres, para que elas tenham um melhor desempenho na sua atuação, no que diz respeito, por exemplo, ao desenvolvimento sustentável.

A criação da SPM, portanto, possibilita que o estado assegure um olhar articulado das políticas para a promoção da igualdade de gênero, que não se faz possível sem ações inter-relacionadas, que potencializem resultados mais significativos.

C&P – E quais seriam as ações estratégicas adotadas com esse objetivo?

VN – Na realidade, a Sepromi tem, entre as suas ações estratégicas e estruturantes, o Programa de Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucionais (PCRSI). É um programa que identifica, no âmbito do estado,

os espaços de trabalho e em que condições as mulheres estão alocadas. Com base nesse diagnóstico, vamos pensar, junto com a Secretaria de Administração, como construir políticas de promoção das mulheres, para que elas possam galgar postos de comando na esfera de governo. Isso é promover igualdade.

Temos o entendimento de que o número de mulheres nos cargos de direção e de decisão, no âmbito da maioria dos governos, ainda é muito pequeno. Se avaliarmos a estrutura do governo da Bahia, por exemplo, temos hoje, apenas, duas secretárias: a da Casa Civil, Eva Chiavon, e a secretária Luiza Bairros, que assume a Sepromi. Então, no conjunto do secretariado, duas mulheres é muito pouco. Promover equidade de gênero no estado é, também, promover as mulheres a cargos de comando.

C&P – Isso, do ponto de vista da ocupação dos espaços de direção no estado. E as demais estratégias da SPM?

VN – Uma estratégia da SPM é a implementação do II Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. O documento é estruturado em 11 eixos que orientam a implantação de políticas públicas para a promoção da equidade e o enfrentamento à violência. A exceção é o 11º, que propõe o monitoramento do plano.

Do ponto de vista da promoção da equidade de gênero, temos que fazer um enfrentamento e o grande desafio é romper com a violência à qual as mulheres estão submetidas. Não dá para pensar em promoção de igualdade, sem pensar na eliminação

dessa violência que baixa a autoestima, mata, destrutura a família, desorganiza a vida das mulheres.

C&P – O combate à violência contra a mulher, então, tem sido um dos principais eixos da atuação da SPM.

VN – Isso é verdade. Temos trabalhado para ampliar e dar conta desse fenômeno, que tem se agravado muito em todo o país. Segundo dados do Disque 180, que é um programa da SPM nacional, a Bahia é um dos estados que apresenta os maiores índices de violência doméstica e familiar. O 180 recebe chamadas de mulheres do país inteiro e direciona para o atendimento pelas redes de atenção à mulher em situação de violência nos seus respectivos estados.

C&P – E como funciona a rede?

VN – Temos dado um peso muito grande na construção da rede. Já atingimos mais de 50% dos Territórios de Identidade em toda a Bahia, uma vez que o raio de influência da rede chega a quase 15 dos 26 territórios. Nestes, a exemplo do que acontece no Recôncavo, na região do Sisal e do Baixo Sul, estamos implementando políticas regionalizadas por intermédio de centros de referência, casas de acolhimento, núcleos de atendimento. Nos grandes municípios como Irecê, Itapetinga, Feira de Santana, estamos estruturando a rede de forma municipalizada.

Lógico que temos uma série de outras demandas, a exemplo das reivindicações por mais delegacias, ampliação das varas e dos juzizados especializadas de atenção à mulher.

Mas precisamos entender que, nas políticas de enfrentamento à violência, precisamos atuar de forma profunda, visando à mudança cultural e de mentalidade da sociedade. Nessa linha, enxergamos a necessidade de trazer os homens para a reflexão de que estamos no século XXI, e que não cabem mais atitudes violentas contra as mulheres, que nenhum motivo justifica a violência, porque as mulheres não são propriedades privadas, são seres humanos, com capacidades e autonomia.

C&P – Qual a responsabilidade do estado nesse enfrentamento?

VN – O estado tem responsabilidades devido ao impacto que a violência produz, do ponto de vista de custo. Seja na prevenção, no atendimento, mas também do ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico e da construção da democracia. Acreditamos que não seja possível a construção de uma democracia plena se as mulheres, que representam mais de 50% do contingente populacional deste país, morrem vítimas de violência e ainda não ocupam espaços de poder.

C&P – Um dos eixos do plano trata sobre a ocupação dos espaços de poder pelas mulheres?

VN – Temos também, no âmbito do plano, um eixo estratégico que traz a discussão de mais mulheres no poder e essa estratégia vem como um instrumento para que possamos dialogar com gestores, gestoras e as mulheres em geral. Sabemos que as mulheres compõem quase 50% da população do estado da Bahia. Elas são eleitoras e podem assumir condições de poder que lhes permitam

Precisamos, desde cedo, educar meninos e meninas não para o casamento, mas para a autonomia, para dar conta das suas vidas, para a responsabilidade sobre si

barganhar, negociar, dialogar com os setores que estão no poder, para que possamos ter políticas mais concretas, de melhor qualidade. Mas a ideia é estimular as mulheres para a disputa de cargos eletivos, ampliando a ocupação de cargos nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores. Em Salvador, dos 41 vereadores, apenas 8 são mulheres, ou seja, perto de 20%. Na assembleia baiana, são 93 deputados para 9 deputadas, apenas. Isso, para termos uma dimensão da profunda desigualdade que existe nas relações de gênero. E esse eixo que propõe “mais mulheres no poder” tem o objetivo de estimular, fomentar a participação das mulheres, para que elas comecem a disputar mais os pleitos eleitorais, porque acreditamos que as mulheres, nesses espaços, vão ser sensibilizadas com maior facilidade para as propostas que podem contribuir para mudar a realidade das mulheres no estado.

C&P – Na pesquisa *Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade*,

recentemente divulgada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), temos uma análise da sobrecarga assumida pelas mulheres latino-americanas e caribenhas ao se inserirem no mercado de trabalho e continuarem com as obrigações familiares. Como você vê a mulher baiana e brasileira nesse contexto?

VN – No espaço público, a mulher leva consigo a carga e as responsabilidades do espaço privado, ou seja, como se esta fosse uma condição para a mulher acessar o espaço público. É óbvio que vão ocorrendo mudanças, aos poucos, mas a tarefa de gerar e formar filhos e de controle do ambiente familiar é toda centralizada nas mulheres. São elas que têm a responsabilidade pela manutenção, pelo desenvolvimento, por assegurar a permanência da família no seu lar. Os homens são um elemento que passa por dentro dessa família. Mas as mulheres são, de fato, o esteio da família e essa cultura, estruturada e arraigada dessa forma, é óbvio, sobrecarrega as mulheres no processo de emancipação.

O importante e fundamental é que estamos buscando mudanças de mentalidade e, nessa perspectiva, precisamos, desde cedo, educar meninos e meninas não para o casamento, mas para a autonomia, para dar conta das suas vidas, para a responsabilidade sobre si. Se formarmos homens e mulheres com essa nova mentalidade, quando se encontrarem para o casamento serão indivíduos com mentalidades diferenciadas, pois não serão mais

mulheres educadas para cuidar da família e do marido sem olhar a sociedade como um todo. Nem homens que foram educados para prover a família apenas, o sujeito que encara os desafios.

C&P – O tema da igualdade de gênero como parte integrante do trabalho decente foi incluído como discussão geral na agenda da 98ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em junho deste ano, em Genebra. O que precisa ser alterado para que se atinja o equilíbrio entre trabalho, família e vida pessoal das mulheres baianas e brasileiras?

VN – Nesse sentido, a mudança na educação precisa ser radical, para que meninas e meninos sejam criados para enfrentar todos os desafios e conhecer o mundo. Assim, eles vão ter a capacidade de construir relações familiares com base em outro modelo. Não é que nós, feministas, sejamos contra o casamento, as relações afetivas ou a constituição da família. O que questionamos é que o modelo de família que está posto nos aniquila, nos tira a possibilidade de desenvolver intelectualmente, de participar, ocupar cargos de decisão. Porque, se uma mulher que cuida da família e tem filhos vier a ocupar um cargo no governo, por exemplo, ela é cobrada 24 horas por uma atenção que não é cobrada dos homens que assumem cargos. Os deputados e senadores estão em Brasília durante a semana, mas não sofrem nenhum tipo de cobrança semelhante ao que as deputadas e senadoras sofrem.



Exclusão social e gênero no mercado de trabalho¹

Laumar Neves de Souza*
Flávia Santana Rodrigues**

À primeira vista, seria natural esperar que o movimento de maior presença das mulheres no mercado de trabalho – fenômeno que vem sendo observado em quase todas as partes do mundo² – devesse estar levando a uma situação de melhora efetiva das condições que as mulheres têm que enfrentar no mercado de trabalho. Indubitavelmente, esse crescimento tem contribuído para ampliar a integração das mulheres no processo de desenvolvimento socioeconômico, além do que tem servido para alterar seu papel no mercado de trabalho, na sociedade e nos limites do lar. Todavia, não modificou de fato o status econômico e social das mulheres.

A razão disso é que tal movimento não implicou numa mudança substancial da distribuição de poder e de oportunidades entre os indivíduos do sexo masculino e feminino. Daí não causar estranheza que as mulheres, mais intensamente que os homens, continuem a sofrer os efeitos da pobreza e da concentração da renda.

* Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisador da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). laumar@sei.ba.gov.br

** Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Universidade Salvador (Unifacs); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisadora da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). flavia@sei.ba.gov.br

¹ Este texto é um subproduto da tese *Dinâmica Econômica e seus Impactos nas Estratégias de Inserção Feminina no Mercado de Trabalho da RMS*, defendida por Laumar Neves de Souza no programa de pós-graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

² Na maioria das regiões, esse aumento foi observado tanto nos períodos de expansão da atividade econômica quanto nas fases de retração. Enquanto isso, para essas mesmas regiões, observou-se uma redução e/ou estagnação da participação masculina na PEA (POSTHUMA; LOMBARDI, 1996). Outro dado importante é que vem aumentando o número de mulheres que permanecem na PEA, mesmo naqueles intervalos etários em que estão gerando e cuidando de filhos. Isso parece indicar a ocorrência de um fenômeno em que a maternidade, pouco a pouco, vem deixando de se constituir numa barreira à mulher poder participar do mercado de trabalho. Tal ocorrência vem modificando sensivelmente o perfil das curvas de atividade feminina. Se antes o que prevalecia eram as curvas com um só cume e as curvas bimodais, em que as primeiras descreviam um comportamento em que apenas as mulheres de 20 a 25 anos, solteiras na maioria, tinham elevadas taxas de atividade, e as segundas refletiam um comportamento em que a maioria das mulheres parava de trabalhar na faixa etária dos 25 aos 40 anos, período no qual tinham e criavam seus filhos, e posteriormente reingressavam no mercado de trabalho; agora, nos dias que correm, em muitos países, a forma que parece assumir tais curvas é a de U invertido, o que indica que as mulheres passam a acumular atribuições no mercado de trabalho e na vida familiar. Isso revela certa homogeneização dos comportamentos de atividade de homens e mulheres (MARUANI, 1992).

A literatura que trata da problemática da mulher no mercado de trabalho tem dado conta de que o trabalho feminino é marcado por vários tipos de exclusão

É justamente nesse ponto que se inscreve a problemática da exclusão social³. Sua materialização pode ser percebida na medida em que todo esse processo de feminização da força de trabalho, em quase todas as partes do mundo, não se tem feito acompanhar por um movimento de igualdade efetiva com os trabalhadores do sexo masculino. A literatura que trata da problemática da mulher no mercado de trabalho tem dado conta de que o trabalho feminino é marcado por vários tipos de exclusão.

Um primeiro tipo de exclusão é a chamada segregação horizontal, ou seja, aquela que se estabelece do ponto de vista ocupacional e setorial. Isso leva a que as mulheres tenham uma presença mais significativa em alguns setores econômicos (no terciário – principalmente em serviços

– e na área industrial, em ramos mais tradicionais como nas indústrias de alimentação, têxtil e vestuário) e em alguns específicos grupos de ocupações (administrativa, da saúde e da educação).

Um segundo tipo é a denominada segregação vertical. Esta tem origem no fato de as mulheres estarem expostas aos trabalhos tidos como mais precários, àqueles em tempo parcial ou *part-time*, assim como àqueles exercidos no âmbito do setor informal. Este último tipo de segregação conduz a uma situação que praticamente inviabiliza as chances que as mulheres têm de progredir profissionalmente, assumindo maiores responsabilidades e qualificações especializadas e, por conseguinte, auferirem ganhos mais elevados. O esquema da segregação é tão perverso que, mesmo quando homens e mulheres trabalham em níveis hierárquicos semelhantes, os rendimentos femininos são, em geral, significativamente inferiores aos masculinos.

Essa exclusão social também se faz sentir através de mecanismos, certamente, muito mais sutis que os anteriormente citados. Um exemplo claro disso pode ser encontrado no fato de as estatísticas sobre mercado de trabalho computarem apenas o trabalho formal pago – o que implica na subestimação do nível real de atividade econômica das mulheres.

Nesse ponto, cabe chamar atenção para, pelo menos, dois fatos. Um deles é que esse circuito perverso – que existe entre a maior participação das mulheres na força de trabalho, a segmentação que enfrentam e a pobreza – resulta e é sustentado pelos valores, comportamentos, legislação e instituições existentes. O outro é que um conjunto de tendências – com um grande potencial de contradição – passou a ser vislumbrado com o fenômeno da reestruturação produtiva em quase todas as partes do mundo, o que pode melhorar ou aprofundar as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e, por conseguinte, atenuar ou agravar o quadro de exclusão social a que estão expostas essas últimas.

Seguindo essa linha de raciocínio, Posthuma e Lombardi (1996) consideram que, de um lado, constata-se que as novas práticas produtivas, originadas pela ocorrência da reestruturação, estão modificando profundamente os

³ Conforme informa Posthuma e Lombardi (1996), esse termo foi originalmente cunhado na França, em 1974. Naquela oportunidade, servia para referir-se a diversas categorias de pessoas que se encontravam a descoberto da segurança social e eram rotuladas como “problemas sociais” ou desajustadas. Já nos anos 1980, seu uso foi ampliado para caracterizar o fenômeno da “nova pobreza”, associada às mudanças tecnológicas e à reestruturação econômica, envolvendo desemprego prolongado. Segundo essas autoras, há uma série de razões que levam tal conceito a ser largamente aceito. Em primeiro lugar, destaca-se que abrange maior espectro de situações do que pobreza, discriminação ou desigualdades, pois, conceitualmente, não se prende apenas a esclarecer uma situação de exclusão, mas também permite analisar o processo por meio do qual essa exclusão surge e é reproduzida, possibilitando incluir o comportamento individual e coletivo e as instituições sociais, políticas e econômicas, as quais têm como finalidade precípua reproduzir e reforçar as desigualdades e barreiras estruturais e sociais impostas a determinados grupos, mais especificamente aos chamados grupos vulneráveis da força de trabalho (mulheres, negros, jovens, idosos, migrantes etc.). Em segundo, tal conceito possibilita um exame, não apenas da situação de desemprego aberto, mas também das formas de inclusão no mercado de trabalho caracterizadas como discriminadoras, precárias e, por conseguinte, excludentes em relação aos postos de trabalho ocupados por alguns outros trabalhadores(as).

conceitos no que diz respeito à qualificação. Em verdade, essa reestruturação tem criado novas práticas produtivas, as quais exigem que os trabalhadores sejam polivalentes. Esses trabalhadores têm que, a um só tempo, antecipar, identificar e resolver problemas.

Além disso, eles têm que garantir a qualidade dos produtos, participar de equipes de trabalho, planejar, pensar estrategicamente e desempenhar um leque diversificado de atividades interrelacionadas. Paralelamente a isso, observa-se, no interior das empresas, um movimento de reação à pressão para aumentar a qualidade e produtividade que se consubstancia em intensos investimentos tanto em equipamentos quanto em treinamento para os operários, para que passem a assumir novas responsabilidades.

De outro lado, verifica-se que as empresas, no intuito de manter sua competitividade, adotam um comportamento de cortes nos custos relacionados ao fator trabalho. Nesse sentido, elas vêm se utilizando ampla e irrestritamente de estratégias como o enxugamento do quadro e a terceirização, o que vem trazendo graves consequências para a quantidade e a qualidade dos empregos criados (DRUCK, 1995, 2002).

A ideia central é que, no que tange especificamente à questão da terceirização, as atividades que não compõem o chamado núcleo central da empresa sejam repassadas para outras empresas. O fato é que esse processo tem um forte impacto para as mulheres, na medida em que

As novas práticas produtivas, originadas pela ocorrência da reestruturação, estão modificando profundamente os conceitos no que diz respeito à qualificação

É perfeitamente visível a separação que ocorre, no interior das empresas, entre o núcleo central da força de trabalho [...] e a chamada força de trabalho periférica

elas concentram-se no setor de serviços, assim como nas micro e pequenas empresas, e menos nas grandes empresas. Estas sim, as grandes responsáveis por esse processo de terceirização.

Dentro de uma leitura mais geral, e certamente nada otimista, quanto à possibilidade de se atenuar as assimetrias existentes entre homens e mulheres, Joffily (1994) afirma que uma das características mais peculiares dessa reestruturação produtiva é justamente a exclusão. E isso ocorre, segundo ele, devido a alguns fatores. Um deles é que a força de trabalho passa a ser estratificada, como numa pirâmide. No topo ficam os empregados das grandes empresas; mais abaixo, situam-se os trabalhadores precários e parciais, no setor informal; logo em seguida, na base, encontram-se os desempregados, dos quais muitos nunca arrumarão trabalho, pois caíram no desemprego estrutural.

Na realidade, existem razões objetivas para justificar comportamentos pouco otimistas. Elas decorrem, por exemplo, do fato de que o novo paradigma produtivo, que tem lugar desde o processo de reestruturação produtiva em curso, utiliza-se de uma segmentação de qualificação. É perfeitamente visível a separação que ocorre, no interior das empresas, entre o núcleo central da força de trabalho, o qual é constituído quase que integralmente por trabalhadores do sexo masculino, estáveis, qualificados e com remuneração relativamente elevada, e a chamada força de trabalho periférica. Esta é formada por um grupo de trabalhadores semiquualificados, com remuneração significativamente mais baixa, com um elevado número de mulheres que trabalham com contratos temporários de

curto prazo e são demitidas a depender do comportamento da atividade econômica, representando, desse modo, os elos mais frágeis da cadeia de subcontratação (LEITE; POSTHUMA apud POSTHUMA; LOMBARDI, 1996).

Ainda dentro desse debate, pode-se encontrar uma outra argumentação que, de igual modo, conduz a uma avaliação pouco positiva. Kreling (2000) lembra que, nesse contexto de reestruturação produtiva, se altera profundamente o perfil da qualificação do trabalhador. Daí resulta que a formação escolar básica torna-se um requisito fundamental. Com efeito, os trabalhadores mais qualificados – com mais elevado grau de instrução – passam a ter efetivamente maiores chances de permanecerem no emprego, além do que passam a se beneficiar com as oportunidades de treinamento e com maiores e melhores perspectivas de ascensão profissional. Sendo esta a realidade, tal autora conclui que

[...] o fato de grande parte das mulheres inseridas na indústria estarem ocupando as funções consideradas menos qualificadas, cujo exercício não exige um maior grau de instrução, parece ampliar as desigualdades de gênero existentes, uma vez que os espaços ocupacionais que estão sendo transformados e/ou criados a partir das mudanças tecnológicas e organizacionais destinam-se, ao que tudo indica, muito mais a trabalhadores masculinos (KRELING, 2000, p. 37).

Outros autores, a exemplo de Neves (2000), chegam a conclusão semelhante. Para ela, há um número cada vez maior de trabalhadores e, em especial, de trabalhadores do sexo feminino, cuja inserção no processo produtivo vem se operando ao longo da cadeia produtiva que se utiliza do trabalho taylorista/fordista, do trabalho precarizado e de contratos temporários assentados na tão questionada lógica da redução de custos. Nesse novo esquema, os maiores níveis de qualificação são destinados a um grupo de trabalhadores, não raras vezes do sexo masculino, situados nas empresas de ponta da cadeia produtiva. Diferentemente dos trabalhadores que atuam na periferia da cadeia produtiva, para tais trabalhadores exige-se um perfil dinâmico, polivalente, que seja capaz de responder rapidamente às exigências colocadas pela flexibilidade produtiva, possibilitada pelas referidas mudanças tecnológicas e organizacionais.

Frente a essa perspectiva, Liedke e Holzmann (2000) asseguram que não tem se confirmado a expectativa inicial, levantada por muitos autores, de que a introdução de mudanças tecnológicas e organizacionais dentro do contexto da reestruturação produtiva acabaria por implicar no estreitamento da distância social entre os indivíduos que ocupam os postos de trabalho tidos como qualificados e semiquualificados, o que levaria, por certo, à generalização de condições de trabalho menos penosas, mais limpas e homogêneas.

Imaginava-se, na verdade, que devido à introdução de novas tecnologias microeletrônicas, lograr-se-ia chegar a uma situação de superação da divisão sexual do trabalho, sendo garantido, portanto, igualdade de condições para homens e mulheres no mercado de trabalho, dado que seriam eliminadas as tarefas pesadas, sujas e insalubres, “próprias” para o desempenho masculino. No entanto, a conformação desse cenário não tem sido observada.

Desse modo, não causa espanto que na esfera produtiva da indústria, a hipótese de que a força de trabalho feminina passaria a encontrar melhores condições de inserção não se tenha verificado com a introdução de novas tecnologias e métodos organizacionais. Embora se observe, para alguns outros setores da atividade econômica, particularmente nos bancos e no comércio, ou em casos específicos e localizados, novos padrões de ascensão profissional da mulher, a tendência geral

A introdução de mudanças tecnológicas e organizacionais [...] acabaria por implicar no estreitamento da distância social entre os indivíduos que ocupam os postos de trabalho tidos como qualificados e semiquualificados

parece indicar a permanência da concentração da força de trabalho feminina entre os trabalhadores menos valorizados.

Nesse ponto, torna-se importante salientar, conforme aponta Neves (2000), que a relação entre tecnologia e trabalho feminino parece ser definida muito mais pelo conteúdo ideológico, que discrimina as mulheres, do que pela competência técnica. Ela chega a essa assertiva, tomando como pressuposto que a qualificação profissional é fundamental quando o que se quer é analisar as diferenças entre as tarefas femininas e masculinas. Em sua compreensão, a qualificação atribuída às mulheres é definida pela educação informal e pela experiência na realização das tarefas domésticas. O problema é que a tal qualificação não se confere um reconhecimento, advindo daí o fato das mulheres serem discriminadas.

Com efeito, as mulheres enfrentam grandes dificuldades para conseguir uma inserção melhor posicionada no mercado de trabalho, assumindo, por exemplo, os cargos de liderança. De acordo com as informações coletadas por Wirth (2004), os dados de diversos países mostram que a representação das mulheres nesses postos, especialmente nos níveis hierarquicamente mais elevados, continua sendo marcadamente insuficiente.

Segundo essa pesquisadora, as estatísticas mundiais mais recentes mostram que as mulheres continuam aumentando sua participação nos postos gerenciais, porém esta taxa de progressão revela-se lenta, irregular e às vezes desalentadora para as mulheres. Prova disso é que no grupo de países para os quais se dispõe de informações, alguns registram pouca ou nenhuma mudança, ao passo que, em outros, se chega mesmo a constatar decréscimos de participação.

Ainda seguindo a leitura lançada por Wirth (2004), a débil e persistente participação das mulheres nos empregos de direção indica que certos empregadores continuam tendo dificuldades para admitir que as políticas de promoção das mulheres no lugar de trabalho podem constituir-se em boas práticas empresariais. Em sua visão, a razão principal da permanência dessa situação reside no fato de que as responsabilidades familiares das mulheres – a maternidade, a criação dos filhos, as tarefas gerais do

lar – e o trabalho remunerado, como regra geral, têm sido considerados incompatíveis.

Em seu entendimento, o empregado padrão e mais rentável para as empresas tem sido tradicionalmente do sexo masculino, porque a vida familiar ou pessoal dos homens não incide em seu trabalho. Isso porque, os homens em geral conseguem “combinar” mais facilmente o trabalho e a família que as mulheres, tendo em vista que eles contam, em grande medida, com as mulheres, para que assumam as responsabilidades familiares e domésticas.

Em função da verificação desse cenário, argumenta Wirth (2004, p. 20):

[...] nuevas políticas y estrategias para hacer frente a las responsabilidades familiares deben ser introducidas en todos los niveles de la empresa, no solamente para que la norma sea la utilización más equitativa del tiempo de los hombres y de las mujeres, sino también para armonizar positivamente las percepciones de los empleadores acerca de las capacidades de los hombres y de las mujeres y de su disposición a consagrar tiempo y esfuerzos al trabajo.

As estatísticas mundiais mais recentes mostram que as mulheres continuam aumentando sua participação nos postos gerenciais, porém esta taxa de progressão revela-se lenta, irregular e às vezes desalentadora para as mulheres

ASPECTOS DA REALIDADE BRASILEIRA

Muitos estudos têm levantado – e comprovado – a tese de que as mudanças ocorridas na economia brasileira, a

partir do final dos anos 1980 e início dos 1990, impactaram diferenciadamente o modo e as características da inserção (ocupação) de homens e mulheres no mercado de trabalho, implicando uma redução das assimetrias estruturais entre gêneros previamente existentes. Infelizmente, a conformação dessa situação não se deve à configuração de um quadro de melhoria generalizada das condições de operação do mercado de trabalho nacional.

Conforme as indicações que já foram dadas, a situação desse mercado é bem outra. Já que a realidade não é favorável, a que se deve a redução das assimetrias entre homens e mulheres? Explorando os argumentos contidos em Borges (1997), Borges e Guimarães (2000) e Souza (2001), pode-se dizer que esse fenômeno é decorrente de dois acontecimentos. O primeiro se refere a uma piora (precarização) da inserção (ocupação) masculina muito mais contundente do que aquela que foi constatada para as mulheres, o que leva a crer que as transformações que têm ocorrido na base produtiva da economia brasileira não têm sido neutras do ponto de vista do gênero, visto que vêm afetando de forma diferenciada a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho.

O segundo, por sua vez, diz respeito à melhoria geral da inserção (ocupação) feminina, proporcionada por fatores como a elevação de sua escolaridade média. Isso, certamente, contribuiu para aumentar substancialmente, sob certos aspectos, o potencial de utilização de sua força de trabalho, na medida em que o requisito escolaridade passou a ser fundamental, nos dias de hoje, para que qualquer trabalhador aspire uma inserção melhor

posicionada no mercado de trabalho. As evidências têm indicado que, em função do processo de reestruturação produtiva em curso na economia brasileira, desde o início dos anos 1990, os novos postos de trabalho que passaram a surgir, foram, em sua grande maioria, destinados aos trabalhadores com maior grau de escolarização.

Feitas essas colocações, é preciso deixar claro que não se está aqui querendo passar uma falsa impressão de que esse estreitamento das assimetrias nos indicadores que definem e distinguem a participação dos indivíduos de ambos os sexos no mercado nacional tem conduzido a uma situação efetiva de igualdade de condições. Há, ainda, um longo caminho a percorrer nessa direção, haja vista que esse estreitamento das assimetrias ainda não foi de molde a tornar, verdadeiramente, mais equilibrada e igualitária a participação dos homens e das mulheres na força de trabalho.

Prova dessa realidade pode ser encontrada, por exemplo, ao se contrapor os números referentes à taxa de desemprego das mulheres *vis-à-vis* à dos homens medidos para os anos de 1985 e 2007, na Região Metropolitana de São Paulo (Gráfico 1). Muito embora tenha havido, nesse intervalo de tempo, um crescimento proporcionalmente maior do desemprego entre os homens (21,8%) do que entre as mulheres (14,8%) – fato que levou a uma aproximação da taxa de desemprego masculino da que foi aferida para o contingente feminino –, a taxa de desemprego das mulheres (17,8%) ainda é muito superior à registrada para os homens (12,3%), o que indica claramente que os indivíduos pertencentes ao universo feminino ainda são aqueles que encontram maiores dificuldades para se engajar numa atividade econômica remunerada. Veja que, inicialmente, em 1985, a taxa de desemprego dos homens era 34,8% inferior à registrada para as mulheres. Já no final da série, ou seja, em 2007, a taxa dos homens passa a ser 30,9% mais baixa que a apurada para as mulheres.

Comin e Guimarães (2002, p. 17), trabalhando com outras fontes de informação, chamam atenção para o fato de que

[...] a partir dos anos 1990, a desocupação torna-se muito mais forte entre as mulheres, cujas taxas de

Os novos postos de trabalho que passaram a surgir, foram, em sua grande maioria, destinados aos trabalhadores com maior grau de escolarização

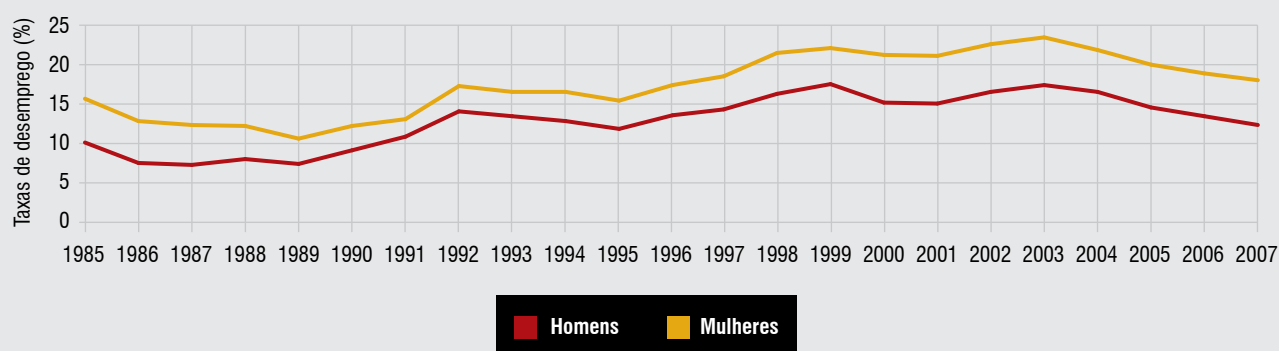


Gráfico 1
Taxa de desemprego, segundo sexo – Região Metropolitana de São Paulo – 1985-2007

Fonte: PEDRMSP (Convênio Dieese e Seade).

desemprego se dissociaram do padrão até então compartilhado (embora com magnitudes diferentes) entre homens e mulheres.

Se, ao invés do desemprego, passa-se a investigar as questões relativas à ocupação, identifica-se que as oportunidades de trabalho qualificadas para as mulheres – como o assalariamento no setor público e o com carteira assinada no setor privado – crescem em proporções inferiores às oportunidades de trabalho que encerram vínculos considerados mais frágeis. Mais uma vez, a constatação de tal fenômeno poderia ser interpretada de maneira mais favorável se não fosse acompanhado de diminuição destes tipos de inserção para os homens (SEADE, 2002).

A situação de desvantagem das mulheres é constatada também nos baixos rendimentos que recebem, na esmagadora maioria das vezes inferiores aos dos homens, independentemente das horas trabalhadas, do setor de atividade em que se inserem, da posição na ocupação que desempenham, de seu nível de escolaridade e de sua idade. Observe-se que de um extremo ao outro da série explicitada na Tabela 1, o diferencial de rendimento de homens e mulheres na Região Metropolitana de São Paulo diminuiu bastante.

Contudo, é importante assinalar que esse diferencial, de uma forma geral, ainda se situa num patamar bastante elevado. Saiu-se de uma situação, em 1985, em que o rendimento das mulheres representava menos da metade do rendimento dos homens (47,9%), para uma outra, em 2007, em que o rendimento feminino é equivalente a

Tabela 1
Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal (1), segundo sexo – Região Metropolitana de São Paulo – 1985-2007

Anos	Rendimento real médio (R\$ de novembro de 2007)			
	Total	Homens	Mulheres	Mulheres/homens (%)
1985	2.182	2.717	1.301	47,9
1986	2.384	2.958	1.477	50,0
1987	1.851	2.260	1.201	53,1
1988	1.701	2.087	1.103	52,9
1989	1.853	2.266	1.232	54,4
1990	1.608	1.959	1.078	55,0
1991	1.377	1.686	941	55,8
1992	1.233	1.514	841	55,6
1993	1.385	1.701	951	55,9
1994	1.480	1.823	1.006	55,2
1995	1.667	2.030	1.167	57,5
1996	1.661	2.016	1.185	58,8
1997	1.665	1.999	1.216	60,8
1998	1.611	1.912	1.205	63,0
1999	1.520	1.798	1.162	64,6
2000	1.428	1.711	1.059	61,9
2001	1.301	1.551	992	64,0
2002	1.194	1.409	924	65,6
2003	1.118	1.325	864	65,2
2004	1.134	1.340	885	66,1
2005	1.129	1.350	866	64,2
2006	1.144	1.347	907	67,3
2007	1.140	1.340	905	67,5

Fonte: PED (Convênio Dieese e Seade)

(1) Exclusivo os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: ICV do Dieese.

67,5% do auferido pelo público masculino. Essa aproximação do rendimento dos indivíduos dos dois sexos não decorreu do fato das mulheres terem passado a ser mais bem remuneradas, mas se deveu a uma queda maior do rendimento dos homens (-50,7%) comparativamente à redução verificada entre elas (-30,5%).

Diversos autores, geralmente, atribuem a ocorrência desse diferencial de rendimentos entre homens e mulheres a pelo menos dois fatores. Um deles é que a ocupação feminina está concentrada em poucos setores e atividades da economia (justamente naqueles que oferecem as menores remunerações), além do que as mulheres situam-se em posições de menor prestígio e importância nas empresas, o que faz com que elas tendam a ganhar menos que os indivíduos do sexo oposto (ALVES; AMORIM; CUNHA, 1997). Um outro refere-se ao baixo nível de sindicalização das trabalhadoras, bem como ao reduzido poder de negociação da maior parte dos sindicatos ligados a ramos do setor terciário, nos quais há uma concentração da ocupação feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função do que foi dito até aqui em relação à inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, uma questão merece destaque – visto que é crucial para se ter a noção exata do que realmente significa esse fenômeno de redução das assimetrias –, qual seja a de que se deve estar atento ao fato de que essa aproximação se processa num contexto caracterizado por grandes mudanças no mercado de trabalho nacional, as quais se expressam numa crescente flexibilização dos vínculos empregatícios e na ampliação do número de trabalhadores que exercem atividades informais, bem como na elevação das taxas de desemprego.

Ou seja, tal fenômeno se dá em função de uma piora generalizada das condições de funcionamento e operação do mercado de trabalho nacional. Proceda-se, a bem da verdade, para aproximar as condições de homens e mulheres a certo nivelamento por baixo. E é justamente por isso que o desenho atual desse mercado, de maior semelhança entre os indivíduos dos dois sexos, deve ser visto com muitas ressalvas.

Há estudiosos, a exemplo de Borges e Guimarães (2000), que, pensando sobre essa realidade, convidam a refletir sobre um fato deveras interessante: um processo de feminização que se encontra em pleno curso no mundo do trabalho. Segundo o ponto de vista que sustentam, a configuração desse quadro não se resume – como muitos, de pronto, poderiam pensar – ao movimento de ampliação do contingente de mulheres que a cada dia passam a se incorporar a esse mundo, mas decorre, sobretudo, da generalização feita pelo sistema capitalista – para homens e mulheres – de um padrão que foi atribuído a elas, como tipicamente “feminino”, de incorporação ao mercado de trabalho: empregos ou ocupações de baixa qualidade (inexistência de proteção social, baixa remuneração, jornada parcial, reduzidas possibilidades de ascensão profissional, baixo nível de organização política).

Existem trabalhos que apontam para o fato de que a utilização da força de trabalho feminina no processo de reestruturação produtiva ocorre, fundamentalmente, por meio de jornadas parciais, contratos por tempo determinado, trabalhos a domicílio, em que se utiliza a qualificação informal que as mulheres adquirem na execução do trabalho doméstico, mas sem nenhuma forma real de valorização do trabalho feminino. Ao invés disso, elas são submetidas a condições de trabalho precárias e inseguras, caracterizadas por baixas remunerações, pela realização de tarefas simultâneas e flexíveis – ocasionando intensificação do ritmo de trabalho – e pela perda de direitos legais (NEVES, 2000).

REFERÊNCIAS

ALVES, Edgard Luiz Gutierrez; AMORIM, Brunu Marcus Ferreira; CUNHA, George Henrique Moura. *Emprego e ocupação: algumas evidências da evolução do mercado de trabalho por gênero na Grande São Paulo - 1988/1995*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, 497).

BORGES, Ângela, GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). *Trabalho e gênero no Brasil: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. 383 p.

_____. A participação da mulher no mercado de trabalho da RMS nos anos 90. *Bahia Analise & Dados: mulher*, Salvador, v.7, n.2, p.53-68, set.1997.

BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher no Brasil e nas regiões Nordeste e Sudeste na década de oitenta. In: *Discriminação positiva, ações afirmativas: em busca da igualdade*. São Paulo: CFEMEA/ELAS, 1996.

COMIN, Alvaro Augusto; GUIMARÃES, Nadya Araújo. Vicissitudes do trabalho no Brasil nos anos 90: mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro-desemprego. *Series de la CEPAL: políticas sociales*, Santiago, v.2, n.60, p.11-32, sep. 2002.

DRUCK, Maria da Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, n.37, p.11-22, jul./dez.2002.

_____. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica - um estudo do Complexo Petroquímico da Bahia*. 1995. 271 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1995.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p.35-58, maio./ago. 2004.

JOFFILY, B. Toyotismo e microeletrônica: uma revolução que desafia os sindicatos. *Revista de Fato*, São Paulo, v. 1, n. 2, p.14-25, dez. 1994.

KRELING, Norma Herminia. Trabalho feminino: persistem as desvantagens apesar da maior escolaridade. *Informe PED - RMPA*. Ano 9, ed. especial, p.35-39, mar. 2000.

LAVINAS, Lena. Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. *Series de la CEPAL: políticas sociales*, Santiago, v. 1, n. 60, p.33-54, sep. 2002.

LIBERATO, Vânia Cristina. A dinâmica do serviço doméstico remunerado nos anos noventa no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7., 1999, Belo Horizonte. *Anais...* Minas Gerais: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1999.

LIEDKE, Elida Rubini; HOLZMANN, Lorena. Reestruturação produtiva, qualificação e gênero. *Informe PED - RMPA*. Ano 9, n. especial, p.41-47, mar. 2000.

MARUANI, Margaret. As mulheres no mercado de trabalho: tendências e evoluções nos doze países da Comunidade Européia 1983-1990. *Cadernos de Mulheres da Europa*, n. 36, mar. 1992.

NEVES, Magda. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. 383 p.

POSTHUMA, A. C.; LOMBARDI, M. R. Gênero e exclusão social no novo paradigma produtivo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20., 1996, Caxambu. *Anais...* Minas Gerais: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1996.

SEADE. Ocupação feminina e flexibilização das relações de trabalho na RMSP – 1989-2001. *Mulher & Trabalho*, São Paulo, n. 8, jun.2002.

SOUZA, Laumar Neves de. *Uma análise da inserção feminina no mercado de trabalho da RMS: uma leitura a partir dos dados da PED*. 2001, 193 f. Dissertação (Mestrado em Economia)—Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2001.

WAJNMAN, Simone; RIOS-NETO, Eduardo L. G. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar. (Org.). *Trabalho e gênero no Brasil: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

WIRTH, Linda. *Romper el techo de cristal: las mujeres en puestos de dirección*. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2004.



Mulheres na política: um caminho transitável?

Claudia de Faria Barbosa*

Dia 8 de março comemora-se o dia “Internacional da Mulher”. A despeito de muitas “fórmulas” promovidas pelo senso-comum, a data serve para refletir, dentre outras temáticas, o déficit democrático de gênero e a “ausência” das mulheres nos espaços de poder e representatividade na política formal. Em referência à data, a Superintendência de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, em parceria com outras organizações e com a sociedade civil, elaborara uma programação de eventos, com a possibilidade de refletir, dentre outras temáticas, a “[...] ampliação da presença feminina nos espaços de poder e de tomada de decisão” (BAHIA, 2009), e a edição especial desta revista *Conjuntura e Planejamento (C&P)* sobre a Mulher, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

* Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura (NPEJI). clau3@oi.com.br

Aproveitando a oportunidade para a discussão, constata-se que as mulheres “resistem” em participar da política. No Brasil, no ano de 2006, elas ocupavam a posição em 107º lugar, com 8,6% no *ranking* mundial (UNIÃO INTER-AMERICANA, 2008). Nos primeiros lugares estão: Ruanda (48,8%), Suécia (45,3%), Noruega (37,9%), Finlândia (37,5%), Dinamarca (36,9%), Holanda (36,7%), Cuba (36%), Costa Rica (35,1%), Argentina (35%), Moçambique (34,5%), Grã-Bretanha (19,7%) e Estados Unidos (15,3%).



Os dados do Relatório do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), sobre o progresso delas no mundo em 2008/2009, informam que a percentagem de parlamentares mulheres aumentou em 8% para a média global atual. Supondo que esta taxa seja mantida, a representação política de mulheres nos países em vias de desenvolvimento, como o Brasil, não atingirá a “zona de paridade” até o ano de 2045 (UNIFEM, 2009).

O Brasil ainda não foi presidido por mulheres, embora algumas tenham se candidatado. Tem-se o exemplo de países vizinhos como a Argentina e o Chile. Cristina Kirchner foi eleita em 2007, em sucessão ao marido Nestor Kirchner, disputando a eleição presidencial contra Elisa Carrió; no Chile, em 2006, Michelle Bachelet concorreu com o conservador Sebastian Pinera.

Em vinte e seis estados da federação, foram eleitas três governadoras: Yeda Crusius, do Rio Grande do Sul, pelo PSDB; Vilma de Faria, do Rio Grande do Norte, pelo PSB; e Ana Júlia, do Pará, pelo PT.

Pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2009), no ano de 2008, 1.590 mulheres disputaram uma vaga

de prefeita nos 5.564 municípios brasileiros, elegendo-se 505, enquanto os homens foram 13.699 candidatos em todo o país, distribuídos conforme demonstra o Gráfico 1.

Miguel e Queiroz (2006) discutem as diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições no Brasil. O estudo apresenta um questionamento sobre o porquê das mulheres apresentarem um desempenho melhor nas eleições locais brasileiras em regiões economicamente menos desenvolvidas. Debate sobre três possibilidades e, após análise dos dados, rejeita tais hipóteses, concluindo que se faz necessário buscar explicações mais complexas sobre o fenômeno.

No estado da Bahia, que é o foco desta discussão, as mulheres representam 52% do eleitorado e o número de candidaturas femininas registradas no Tribunal Superior Eleitoral para a eleição de 2008 representou 35%, sendo eleitas 11%. Das 37 prefeitas de 2005-2008 foram reeleitas 16. O total geral foi de 44 para a gestão 2009-2012. Os dados confirmam um avanço, embora irrisório, em que não se pode afirmar se houve manutenção ou (re)ordenamento no poder. É possível constatar um

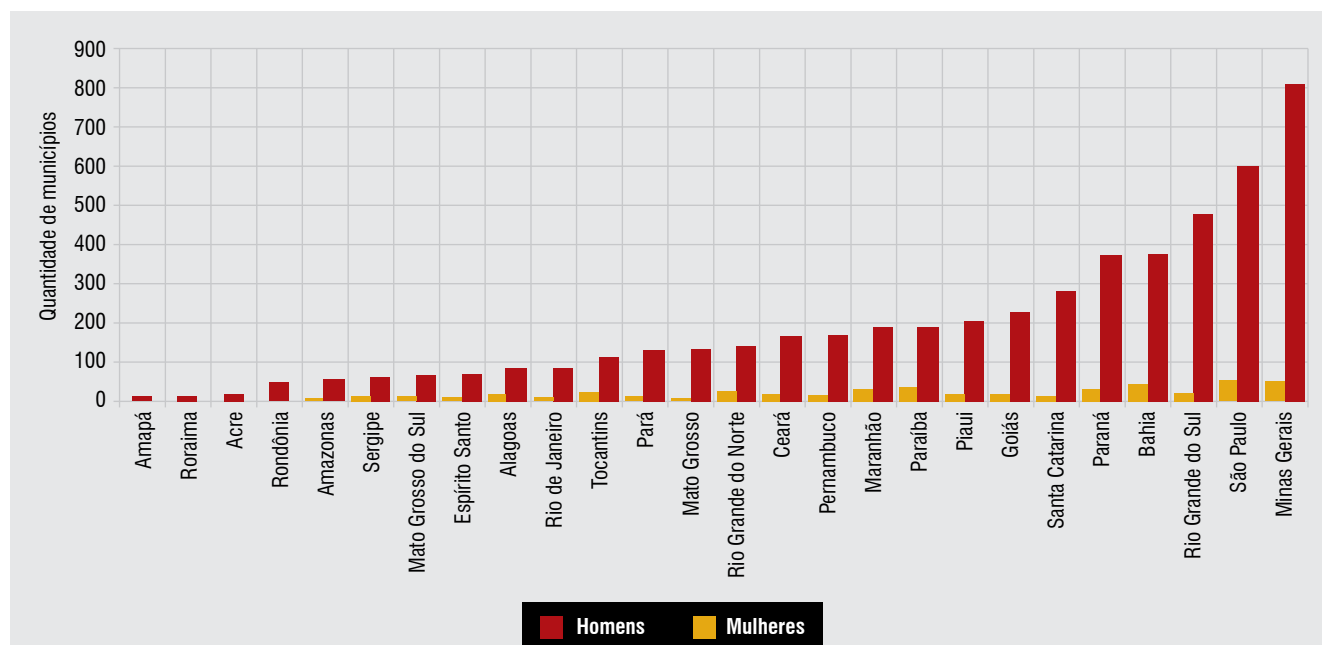


Gráfico 1
Prefeitos e prefeitas dos municípios do Brasil, eleitos em 2008, por sexo

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE (2009) e TSE (2009).

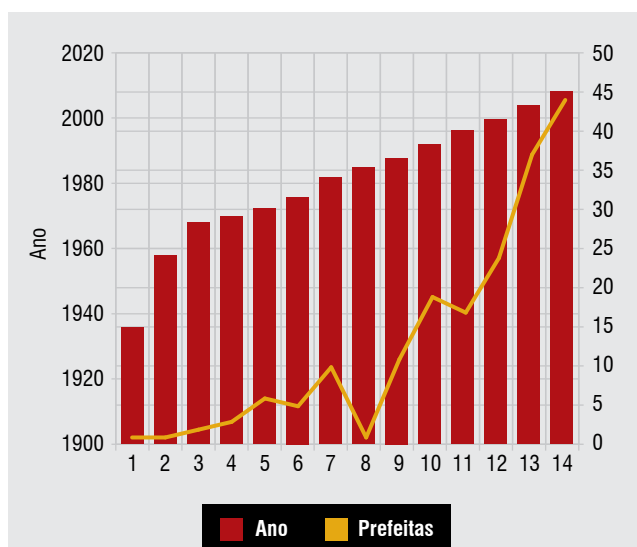


Gráfico 2
Prefeitas dos municípios baianos – 1936-2008

Fonte: BARBOSA (2008, p. 84).

crescimento gradual, conforme demonstra o Gráfico 2 sobre a situação das mulheres eleitas para as prefeituras do estado da Bahia desde 1936, quando Nair Guimarães Lacerda foi prefeita de

Urandi, nomeada em 1936 pelo governador Juracy Magalhães, segundo consta na imprensa da época, atendendo uma indicação da então Deputada Estadual Maria Luiza Bittencourt (COSTA, 1998, p. 137).

e em 1958, quando o município de Belmonte teve a primeira prefeita eleita do estado.

Nota-se, no gráfico, um aumento contínuo, em dados quantitativos. A queda apresentada refere-se ao ano de 1985, quando tomou posse a prefeita do município de Várzea Nova, por ocasião de emancipação e não por eleição nos demais municípios.

No entanto, o mais importante não são os aspectos quantitativos da participação política feminina. Através deles, é possível encontrar-se respostas sobre os mecanismos de dominação que, ainda hoje, mantêm a baixa participação das mulheres nas instâncias representativas da política e do poder, o que significa nada mais do que a ponta do *iceberg*, um decepcionante indício de estruturas mais

O que tem sido feito para que a desigualdade, historicamente construída, possa ser reparada? Várias ações e movimentos têm contribuído para a promoção da igualdade de gênero, mas continuam distantes de promover a equidade

profundas que mantêm a desigualdade política delas até os dias atuais (PHILLIPS, 1996).

Prevalece uma visão reducionista, fruto de séculos de dominação masculina, que concebe as mulheres desinteressadas e menos envolvidas nos assuntos públicos, na participação em grupos organizados, partidos políticos e em campanhas eleitorais.

Os estudos da década de 1950 e 1960 são identificados por conceberem uma *visão tradicional* sobre a mulher na política. Nesse período, predominou nas Ciências Sociais uma interpretação que considerava as mulheres menos envolvidas e interessadas na participação política do que os homens. Mas as causas para a suposta não-participação não ocupavam lugar de destaque nessas abordagens (BRABO, 2003, p. 24).

Se é fato que as mulheres ainda “resistem” em participar da política, pergunta-se: 1. Qual foi a causa principal? 2. O que tem sido feito para que a desigualdade, historicamente construída, possa ser reparada? Várias ações e movimentos têm contribuído para a promoção da igualdade de gênero, mas continuam distantes de promover a equidade. Por quê? As políticas de “ação afirmativa”, como medidas temporárias e especiais, visam promover a ascensão das mulheres na política, mas por que avançam tão pouco?

JUSTIFICANDO A EXCLUSÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

A resistência vem de uma cultura patriarcal, que se plasma numa relação de poder e subordinação entre homens e mulheres, na qual elas são constantemente relegadas ao espaço delimitado da reprodução, do privado e do doméstico. Deve-se ao fato de que as mulheres viveram sob um sistema patriarcal, em que foram destinadas a passar da dominação do pai para a submissão ao marido, sem condições para exercer uma cidadania plena, com direitos e deveres. São encontradas “raízes” dessa exclusão em diversos períodos clássicos da História da humanidade. “A pólis grega exclui as mulheres, tal como os escravos e os bárbaros” (PERROT, 2007, p. 151). Aristóteles (1998), ao referir-se à mulher, compara-a com o escravo, ou seja, alguém que foi brutalmente excluído pela sociedade da possibilidade de exercer qualquer direito. “Entre os bárbaros, a mulher e o escravo se confundem na mesma classe. Isso acontece pelo fato de não lhes ter dado a natureza o instinto do mando [...]” (ARISTÓTELES, 1998, p. 14).

Outro marco histórico importante para justificar a exclusão feminina da política foi o Iluminismo, com a teoria do contrato social, que fundou a matriz da cidadania. O contratualismo teve como principais teóricos Hobbes (1588-1679), Locke (1632-1704), Rousseau (1712-1778), entre outros e “[...] compreende todas aquelas teorias políticas que veem a origem da sociedade e o fundamento do poder político” (BOBBIO, 2000, p. 272). Hobbes parte do pressuposto que a maternidade fragiliza a mulher; ela precisa de proteção para garantir a segurança da prole, o que a faz ser submissa ao homem. Locke acredita que as mulheres alienam-se de seus direitos através do casamento, como observa Carole Pateman (1993) na teoria do “contrato sexual”. Rousseau concebe a mulher como pertencente à esfera privada e aos “sentimentos naturais”.

As vantagens da cidadania — a proteção da lei, a igualdade e a representatividade de sua vontade — não fazem parte. Tão pouco goza das liberdades do “estado natural” pré-social. A sujeição da mulher é “natural” (PETIT, 1994, p. 80).

Ao comparar a teoria do contrato social com a do contrato sexual, Petit (1994) afirma que o pacto original cria a família e a sociedade, porque suas histórias são distintas

Nye (1995) demonstra o quanto Rousseau colaborou para a exclusão das mulheres do exercício da cidadania e, consequentemente, do contrato social. Ele “[...] sentenciava que as mulheres são naturalmente fracas, apropriadas para a reprodução, mas não para a vida pública” (NYE, 1995, p. 20).

Pateman (1993) denomina de teoria do contrato sexual o pacto firmado entre homens e mulheres, através do casamento, quando elas “abrem mão” de seus direitos políticos em troca de proteção, passando a ser uma relação de sujeição. Resume no fato da mulher se submeter ao marido, abdicando de seus interesses em troca de manutenção. Enquanto a teoria do contrato social trata dos direitos dos cidadãos, a do contrato sexual trata do poder que os homens exercem sobre as mulheres “[...] gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata do direito político enquanto *direito patriarcal* [...]” (PATEMAN, 1993, p. 16, grifo da autora). Ao comparar a teoria do contrato social com a do contrato sexual, Petit (1994) afirma que o pacto original cria a família e a sociedade, porque suas histórias são distintas: no primeiro trata-se da história de liberdade, e no segundo da história de sujeição. Ambas as histórias dão conta da gênese do poder que gira em torno da relação entre homens e mulheres, ao constatar que a matriz da cidadania deixa de fora as mulheres, pois sua cidadania é limitada, imposta pela teoria do contrato sexual, que antecede o contrato social (PATEMAN, 1993).

AÇÕES AFIRMATIVAS DE REPARAÇÃO: A POLÍTICA DE COTAS NO BRASIL

Uma forma de reparar a desigualdade historicamente construída é o sistema de cotas, que apresenta formas diversificadas, em lugares em que essa prática existe, que podem ser de três tipos: a reserva de assentos parlamentares para as mulheres, a de iniciativa voluntária dos partidos políticos, como estratégia para ampliar a participação de mulheres na direção interna dos partidos, e as cotas obrigatórias de reserva de vagas partidárias. A primeira “[...] parece não apresentar resultados favoráveis em termos de ampliação da autonomia das mulheres”; na segunda, pode-se constatar que “[...] as legislações existentes se destinam a órgãos administrativos e não às instâncias de representação parlamentar”; e a última, que foi aplicada no Brasil desde 1995, é uma experiência recente, não completamente sistematizada, mas “[...] apresentando resultados bastante positivos” (ARAÚJO, 2001, p. 4). A discussão de cotas traz embutido o princípio da potencialidade igualitária, ou seja, a “[...] possibilidade de se corrigir, por meios políticos, a estrutura desigual das sociedades” (AVELAR, 2002, p. 41).

Para a aprovação da lei de cotas foi necessária muita discussão. Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a Lei nº 9.100¹ (BRASIL, 1995), que “[...] estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte, e determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres nas candidaturas dos partidos políticos” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 169). Dois anos mais tarde, em 1997, foi sancionada a lei 9.504/97 (BRASIL, 1997), que reservou o percentual mínimo de 30% e o máximo de 70% para as candidaturas de cada sexo, dentro dos partidos políticos, conforme art. 10 § 3º,² suprimindo a palavra “mulheres” do texto da lei. Na elaboração e promulgação da lei foram travadas diversas discussões, conforme relato a seguir:

Em 1997, foi sancionada a lei 9.504/97, que reservou o percentual mínimo de 30% e o máximo de 70% para as candidaturas de cada sexo, dentro dos partidos políticos, conforme art. 10 § 3º, suprimindo a palavra “mulheres” do texto da lei

A “Lei de Cotas” foi aprovada na Câmara Federal após uma forte negociação com políticos do sexo masculino resultando uma distorção profunda. Para compensar uma cota de 20% para as mulheres, os partidos políticos exigiram a ampliação do total de vagas, isto é, se o total era X ele passou a ser X + 20%. Ou seja, o número de vagas para candidatos cresceu de 100% para 100%+20%. Nos anos seguintes, o número de vagas também cresceu na mesma percentagem (BLAY, 2002, p. 59).

Apesar dessa medida não ter inspirado maior mobilização da sociedade e haver resistência das mulheres em assumir expressivamente esse espaço, no âmbito geral, pode ser considerada como positiva, por ter sido inserida na

[...] agenda política e por ter intensificado um processo que já estava em curso: o aumento das candidaturas femininas. O problema da ausência/presença das mulheres tornou-se visível [...] (BRABO, 2003, p. 319).

[...] para ter sucesso o sistema de cotas ou tem de ser acompanhado por uma reforma eleitoral ou então a própria lei de cotas tem de criar mecanismos compensatórios para diminuir o prejuízo causado pelo sistema eleitoral sobre as candidaturas femininas. (HTUN, 2001, p. 230).

Acredita-se que a adoção de ações afirmativas, sem dúvida, incrementou o aumento do número de mulheres

¹ Art. 11 § 3º: “Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.” (BRASIL, 1995).

² Art. 10 § 3º: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.” (BRASIL, 2008b, p. 2)

na política, mas muito aquém do esperado. Além disto, não há nenhum tipo de punição para os partidos que não cumprem a norma.

A maioria dos partidos políticos brasileiros herdou práticas sexistas e abre espaços para mulheres apenas como 'formiguinhas' que trabalham muito nas bases, mas que raramente são aceitas como 'companheiras de poder' na hora de decidir candidaturas e ocupações em cargos públicos (ALVES, 2009).

A norma também não é aplicada para os cargos majoritários de representação, valendo somente para o Legislativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que as experiências na esfera pública, as nuances e conjunturas de inserção perpassam por conflitos e tensões sociais, ocasionadas pela resistência da política de dominação e pelo sistema patriarcal. Se, ao longo da história, atribuiu-se às mulheres o domínio do privado, restrito à esfera da casa e da família, gradativamente testemunha-se a reinvenção dos espaços público e privado. Com o advento da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), foi "quebrada" a hierarquia entre os gêneros e a desigualdade absoluta das mulheres no campo dos direitos civis. Agora, o desafio é introjetar e proclamar os valores igualitários e democráticos consagrados na Constituição e nos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, compondo um novo paradigma de emancipação, capaz de transformar valores sociais e práticas culturais discriminatórias, assegurando o exercício da cidadania civil e política das mulheres, nos espaços público e privado, em sua plenitude e com inteira dignidade.

Para resolver os problemas de discriminação de gênero, não basta alterar as leis. Seguramente, é importante que as leis estejam mais justas, mas a transformação necessária deve se dar no dia a dia das pessoas.

Novos instrumentos precisam ser criados para que a paridade de gênero seja uma realidade prática. Exercer o direito de participar plenamente do processo de tomada de decisões públicas não é apenas uma questão de justiça democrática, mas de inclusão social, de responsabilização

pelos rumos da sociedade e eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Mulheres sem espaço no poder. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 mar. 2009. Caderno A, p.3.

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo na competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. Rio de Janeiro, *Dados*, v. 44, n. 1, 2001.

ARISTÓTELES. *A política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AVELAR, Lúcia. *Mulher e política: o mito da igualdade*. [Brasília]: PSDB, 2002. Disponível em: <http://www.psd.org.br/psdb_antigo/Partido/itv/revista/revista_02/p4054_mulher.pdf> Acesso em: 26 mar. 2008.

BAHIA. Secretaria de Promoção da Igualdade. *SEI/Sepromi editam C&P especial sobre a mulher*. Salvador: SEPRMI, 2009. Disponível em: <<http://www.sepromi.ba.gov.br/modules/news/article.php?storyid=146>> Acesso em 19 mar. 2009.

BARBOSA, Claudia de Faria. *Famílias pressupostos para política: sombra ou alicerce?* Dissertação (Mestrado)-Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2008.

BLAY, Eva. *Mulher e igualdade: cidadania e gênero*. *Social Democracia Brasileira*, v. 1, n. 2, mar. 2002.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. *Gênero e poder local: eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP)*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia)-Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 20 jan. 2008.

- BRASIL. *Lei 9.100/95*. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências Brasília, DF: 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9100.htm> Acesso em: 20 jan. 2008.
- BRASIL. *Lei 9.504/97*. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm> Acesso em: 20 jan. 2008.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. [Brasília], 2009. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes/estatistica2008/est_result/cargo.htm> Acesso em: 7 jan. 2009.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM - UFBA: Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.
- GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.
- HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.
- IBGE. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes/estatistica2008/est_result/cargo.htm> Acesso em: 4 fev. 2009.
- MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X200600200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2008.
- NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995. Cap. 2 - Liberté, Égalité et Fraternité: Liberalismo e Direitos das mulheres no século XIX. p. 18-47.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PETIT, Cristina Molina. *Dialética Feminista de la Ilustración*. Barcelona: Anthropos, 1994. Parte I. La dicotomia público/privado en el pensamiento político ilustrado y liberal, p. 27-104.
- PHILLIPS Anne. *Género y teoría democrática*. México: PUEG, 1996. Cap. 5. Paradojas de la participación, p. 121-144.
- UNIÃO INTER-AMERICANA. *Mulheres na política: Brasil é 107º em ranking*. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/03/060228_mulheresparlamentolistaebc.shtmlm> Acesso em: 17 jun. 2008.
- UNIFEM. *Relatório sobre o progresso das mulheres do mundo 2008/2009*. Quem responde às mulheres? Gênero e responsabilização. Disponível em: <www.unifem.org/progress/2008/media/PORT-PoWW-ExecutivesSummary.pdf> Acesso em: 4 abr. 2009.





Trabalho feminino na Região Metropolitana de Salvador: mudanças recentes

Ana Margaret Silva Simões*
Luiz Chateaubriand C. dos Santos**

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na coordenação da PE-DRMS. anasimoes@dieese.org.br

** Mestre em Sociologia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); analista técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). luizchateau@sei.ba.gov.br

A trajetória de crescimento da força de trabalho feminina no Brasil vem se desenhando desde os anos 1970, e se acentuou a partir de inícios da década de 1990. Alguns condicionantes fizeram com que uma proporção cada vez maior de mulheres fosse ao mercado de trabalho, como: i) a deterioração dos rendimentos do trabalho; ii) a elevação das taxas de desemprego, agudizada pela abertura da economia e da chamada reestruturação produtiva; iii) as mudanças nos padrões culturais, que levaram a outros entendimentos sobre o papel da mulher na sociedade e nos espaços públicos; iv) o crescente aumento da escolaridade; e v) a ampliação da pauta de consumo.

O crescimento da pressão feminina sobre mercado de trabalho [...] não foi acompanhado, nas mesmas proporções, pelo aumento da ocupação. Com isso, cresceu expressivamente a presença de mulheres entre os desempregados

Em um de seus artigos, Bruschini (1998) destaca:

Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil nos últimos anos, o primeiro fato a chamar a atenção é a intensidade e a constância do seu crescimento [...] Enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram patamares semelhantes, as das mulheres se ampliaram significativamente de 85 a 90 e mais ainda nos anos seguintes [...].

No período recente, a continuidade da elevação da participação das mulheres no mercado de trabalho pega carona em um estado geral de relativa estabilidade econômica, desde o Plano Real, seguida de uma fase, já nos anos 2000, de crescimento econômico, que proporcionou incrementos no número de postos de trabalho gerados, especialmente na ampliação, sem precedentes, do assalariamento formal.

Esse fenômeno também se verificou na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Somente na última década, tanto a presença feminina no mercado de trabalho quanto o nível de ocupação aumentaram mais que proporcionalmente. Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que, enquanto em 1997 as mulheres representavam 46,6% da População Economicamente Ativa (PEA), em 2008 essa proporção passou a 49,3%, com a taxa de participação evoluindo de 51,9% para 54,2%.

Em relação à ocupação, os resultados mostram que a parcela feminina nas posições de trabalho evoluiu de 45,6%, em 1997, para 46,9%, em 2008. Em outras palavras: o crescimento da pressão feminina sobre mercado de trabalho, como demonstram a evolução da PEA e da taxa de participação, não foi acompanhado, nas mesmas proporções, pelo aumento da ocupação. Com isso, cresceu expressivamente a presença de mulheres entre os desempregados.¹

O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho traz diversos rebatimentos sobre a sua estrutura ocupacional. Sem nenhuma intenção de esgotar todas as possibilidades de análises ensejadas pelas transformações ocorridas nas últimas décadas, este artigo pretende realizar uma investigação exploratória acerca das desigualdades de gênero no mundo do trabalho da RMS, após dois fenômenos observados nos últimos anos, a saber: o forte crescimento da importância do setor privado na demanda por trabalho; e o processo de concentração das posições de trabalho nos maiores estabelecimentos.

De fato, como pode ser visto a seguir, o trabalho assalariado no setor privado, que respondia por dois quintos das oportunidades ocupacionais em 1997, passou a ocupar a metade da força de trabalho da RMS em 2008, enquanto o assalariamento no setor público evoluiu de 16,1% para 14,0% e o emprego doméstico de 10,8% para 8,2%, no mesmo período. Esses fenômenos são importantes, na medida em que o emprego público e o serviço doméstico constituem-se em espaços de trabalho com elevada presença feminina e o assalariamento no setor privado desempenha, historicamente, papel semelhante para o grupo masculino.

Fenômeno análogo ocorre em relação à distribuição da ocupação segundo o tamanho das unidades produtivas, que será exposta com mais detalhes adiante. Entre 1997 e 2008, os estabelecimentos com até cinco ocupados perderam importância relativa na estrutura ocupacional da RMS em razão do crescimento intenso das unidades com mais de 100 empregados. Essa mudança

¹ Em 1997 as mulheres eram 50,3% dos desempregados da RMS e, em 2008, 58,7%.

O crescimento da importância da Indústria e dos Serviços na distribuição da ocupação atingiu homens e mulheres, sendo mais intenso para elas

também representa declínio da expressão dos espaços ocupacionais em que as mulheres encontravam menores dificuldades de inserção em função do aumento da importância dos segmentos historicamente ocupados pelos homens.

Para esta investigação serão utilizados os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS), agregados em dois períodos de três anos. O primeiro período engloba os últimos três anos da década de 1990 (1997 a 1999) e o segundo inclui os resultados agregados de 2006 a 2008.

O texto está organizado em três seções. Na primeira, caracterizam-se, de forma sucinta, as mudanças ocorridas na estrutura setorial da ocupação da RMS no período em análise; a segunda seção busca observar essas mudanças considerando o tamanho dos estabelecimentos segundo o número de empregados; na terceira, são apresentados alguns dos condicionantes que possibilitaram as transformações observadas na estrutura ocupacional, tanto setorial, quanto por tamanho do estabelecimento; as considerações finais expõem os principais impactos dessas mudanças na divisão do trabalho, no tocante à ampliação ou redução das desigualdades por gênero, no mercado de trabalho metropolitano.

CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA SETORIAL DA OCUPAÇÃO

Em termos gerais, a estrutura setorial da ocupação na RMS pouco se alterou em relação à hierarquia da

Tabela 1
Distribuição dos ocupados no trabalho principal por setor de atividade econômica, segundo sexo
Região Metropolitana de Salvador – 1997-1999 e 2006-2008

Em percentagem

Setores	1997-1999			2006-2008		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Indústria	11,6	4,2	8,2	12,3	5,1	9,0
Construção civil	9,5	0,6	5,4	9,8	0,5	5,5
Comércio	17,9	15,9	17,0	16,2	16,3	16,2
Serviços	57,5	56,6	57,1	59,3	59,6	59,4
Serviços domésticos	1,3	21,4	10,5	0,9	17,8	8,8
Outros	2,3	1,2	1,8	1,4	0,7	1,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

importância dos setores de atividade entre 1997-1999 e 2006-2008. Os *Serviços* persistiram como o principal espaço de trabalho, com 59,4% dos postos, sendo seguido pelo *Comércio*, com 16,2%. Apenas na terceira posição verifica-se alteração: a substituição dos *Serviços domésticos* (10,5% em 1997-1999 para 8,8% em 2006-2008) pela *Indústria* (de 8,2% para 9,0%). No período, o *Comércio*, os *Serviços domésticos* e o agregado *Outros setores* perderam importância relativa na estrutura setorial da ocupação, em face ao desempenho da *Indústria*, dos *Serviços* e da *Construção civil* (Tabela 1).

O crescimento da importância da *Indústria* e dos *Serviços* na distribuição da ocupação atingiu homens e mulheres, sendo mais intenso para elas. Contudo, a despeito do aumento do número de mulheres, a *Indústria* permaneceu como um território masculino².

A queda na expressão do *Comércio* na estrutura setorial da ocupação foi reflexo da redução relativa da presença masculina, já que as mulheres aumentaram sua participação no setor. O oposto ocorreu com a *Construção civil*, setor em que a presença de mulheres é bastante escassa, que perde importância para mulheres, porém aumenta para os homens (Tabela 1).

² De fato, no setor industrial, apenas 26,6% das posições de trabalho eram destinadas às mulheres em 2006-2008.

Dois aspectos se destacam em relação às estruturas setoriais da ocupação segundo a condição de gênero: a) a hierarquia da distribuição setorial da ocupação dos homens e das mulheres não se altera no período em análise; e b) embora o conjunto de atividades englobadas pelo setor de *Serviços* tenha importância relativa semelhante para homens e mulheres, as hierarquias são bastante distintas.

As mulheres permaneceram com presença rarefeita na *Construção civil* (4,5% dos trabalhadores do setor), no agregado *Outros setores* (29,6%) e na *Indústria* (26,2%); têm presença semelhante à do conjunto dos ocupados (46,4%) nos *Serviços* (46,5%) e no *Comércio* (46,5%) e são a esmagadora maioria nos *Serviços domésticos* (94,3%).

PRESENÇA FEMININA NAS UNIDADES PRODUTIVAS

Quando se detém o olhar sobre a estrutura ocupacional por tamanho do estabelecimento, algumas mudanças significativas são reveladas. As unidades com até 49 empregados agregavam e ainda agregam parte significativa dos ocupados na RMS, porém, no período de referência, observa-se redução da importância desses estabelecimentos na absorção de trabalhadores, enquanto aqueles de maior porte aumentaram sua participação na geração de postos de trabalho.

No triênio 1997-1999, 55,1% da ocupação no setor privado da RMS estava em unidades com até cinco empregados e 76,0% em estabelecimentos com até 49 empregados, enquanto a proporção de ocupados em estabelecimentos com mais de 100 empregados era de 19,3%.

No período de 2006-2008, verificam-se mudanças significativas nessa estrutura, com os estabelecimentos que contam com até cinco empregados passando a agregar 46,5% dos ocupados, e aqueles com mais de 100 empregados, 27,6%. Resultado de uma queda de 8,6 p.p. (pontos percentuais) na importância do primeiro e aumento de 6,7 p.p. do segundo.

A mudança ocorreu na seguinte lógica, tanto para homens quanto para mulheres: os estabelecimentos

Tabela 2
Distribuição dos ocupados (1) no trabalho principal por tamanho do estabelecimento, segundo sexo Região Metropolitana de Salvador – 1997-1999 e 2006-2008

Em percentagem

Tamanho do estabelecimento	1997-1999			2006-2008		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Até 5 empregados	52,4	59,3	55,1	44,0	50,2	46,5
De 6 a 49 empregados	20,4	21,7	20,9	20,0	22,1	20,9
De 50 a 99 empregados	5,1	4,2	4,7	5,3	4,6	5,0
De 100 a 499 empregados	9,7	6,6	8,5	11,3	8,2	10,1
Mais de 500 empregados	12,3	8,2	10,8	19,3	14,8	17,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, UFBA, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Não inclui assalariados do setor público e trabalhadores domésticos.

com até cinco empregados reduziram sobremaneira sua representação relativa no período, enquanto os estabelecimentos com mais de 500 empregados ampliaram bastante. Nas demais faixas, quanto maior o número de empregados, mais cresceu a importância relativa na geração de postos de trabalho. A exceção ficou apenas por conta da proporção de homens que trabalham em unidades que agregam entre seis e 49 trabalhadores, faixa que teve a sua participação relativa reduzida no período, conforme dados apresentados na Tabela 2.

Os rebatimentos dessa transformação nas estruturas ocupacionais de homens e mulheres foram semelhantes, porém com maior intensidade entre as mulheres. No triênio 1997-1999, era muito elevada a concentração da ocupação feminina nas pequenas unidades produtivas. Nada menos que 59,3% das mulheres ocupadas no setor privado estavam em estabelecimentos com até cinco empregados e 81,0% naqueles com até 49 empregados, enquanto os estabelecimentos com mais de 100 empregados absorviam apenas 14,8% das mulheres.

No triênio 2006-2008, a proporção do contingente feminino ocupado em unidades com até cinco empregados diminuiu para 50,2%, nas com até 49 empregados passou a 72,3%, naquelas com mais de 100 empregados chegou a 23,0% e naquelas com mais de 500 ocupados aumentou para 14,8%. Entre os homens essas proporções foram de 44,0%, 64,0%, 31,6% e 19,3%, respectivamente (Tabela 2).

A importância da *Indústria* e dos *Serviços* e a presença nas grandes unidades produtivas cresceram mais intensamente na estrutura ocupacional feminina

Ao incorporar a variável setorial à análise por tamanho do estabelecimento segundo o número de trabalhadores, os resultados ficam ainda mais interessantes, na medida em que replicam a constatação de que as grandes unidades produtivas vêm ganhando espaço na estrutura ocupacional da RMS. Em qualquer setor observado, os estabelecimentos considerados de menor porte, especialmente aqueles com até cinco trabalhadores, perdem importância relativa na estrutura ocupacional, enquanto as grandes unidades elevam a sua participação relativa na geração de postos de trabalho.

A redução da importância das menores unidades produtivas, de um lado, e o aumento da participação dos estabelecimentos com mais de 500 empregados, do outro, destacam-se também por três fatores: primeiro, atingiu tanto aos homens como às mulheres em todos os setores da atividade econômica; segundo, a intensidade desses movimentos foi maior na *Indústria* e nos *Serviços*; e, terceiro, nesses dois setores atingiram as mulheres mais fortemente.

De fato, a parcela de mulheres nas indústrias com mais de 500 empregados dobrou entre os períodos, ao passar de 15,0% em 1997-1999 para 32,1% em 2006-2008, ao passo que no setor de *Serviços* essa evolução foi de 32,1% para 43,5%, respectivamente.

Ou seja, a importância da *Indústria* e dos *Serviços* e a presença nas grandes unidades produtivas cresceram mais intensamente na estrutura ocupacional feminina, ainda que a participação delas nesses grupos setoriais e nas unidades de maior porte prossiga sendo menor que a dos homens.

CONDICIONANTES PARA AS MUDANÇAS OCORRIDAS

Algumas condições criadas, especialmente a partir de inícios da década de 1990, ajudam a entender a evolução do mercado de trabalho. Aspectos já destacados na Introdução deste artigo, como a estabilização da inflação, o lento crescimento da economia, o aumento da escolarização dos trabalhadores, o crescimento dos investimentos e do crédito para consumo, além da implementação de algumas políticas específicas de desenvolvimento industrial³ influenciaram, sobremaneira, a estrutura atual do mercado de trabalho.

Especificamente na RMS, podem-se destacar outros elementos que viabilizaram o crescimento da ocupação na *Indústria*, nos *Serviços* e na *Construção civil* e também a concentração da ocupação nos grandes estabelecimentos. Um deles, sem sombra de dúvida, foi a política de atração de investimento industrial na segunda metade da década de 1990 e nos anos 2000, inclusive com uso de incentivos e isenções fiscais e construção de infraestrutura, que teve, no ramo automotivo, um dos principais vetores (NAJBERG; PUGA, 2003).

Certamente, no segmento industrial, um dos fatores que contribuíram muito para esses resultados está relacionado

[...] a um surto de investimentos exógenos de uma das maiores montadoras de veículos do mundo: a Ford Company. Desde sua chegada ao estado, o Complexo Ford Nordeste induziu a vinda de uma rede de sistemas mundiais que consolidaram na Bahia (PESSOTI, G.; PESSOTI, B., 2008, p. 97-98),

um complexo automotivo que abrigava, até início de 2009, em torno de 8.500 trabalhadores diretos (ROCHA, 2009).

³ “O Regime Automotivo, criado em fins de 1995 e reformulado em 1997 para inclusão dos estados menos desenvolvidos, é um conjunto de incentivos fiscais para a implantação de empresas do setor, com incentivos mais generosos para as unidades que se implantassem em regiões menos desenvolvidas [...] Além dos incentivos federais, alguns estados disponibilizaram outras vantagens para atrair os novos investimentos [...]” (NAJBERG; PUGA, 2003, p. 206-209).

Além do Complexo Ford, outros empreendimentos de grande porte no setor industrial instalaram-se na RMS [...], aumentando, relativamente, tanto o número de unidades de grande porte, quanto a proporção de trabalhadores absorvidos

Além do Complexo Ford, outros empreendimentos de grande porte no setor industrial instalaram-se na RMS no período,⁴ aumentando, relativamente, tanto o número de unidades de grande porte, quanto a proporção de trabalhadores absorvidos por esse tipo de estabelecimento.

Os últimos anos também foram marcados por grandes mudanças no *Comércio*, resultado da ampliação do espaço destinado a grandes empresas na área de construção, de veículos e *shoppings*, redes supermercadistas, expansão nos serviços, especialmente do ensino privado de nível superior, nos *Serviços de saúde*, dentre outros. Destaca-se, contudo, que as pequenas unidades produtivas de até 49 empregados persistem como principais empregadoras.

ANÁLISE SUSCINTA DOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS SOBRE A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS, A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns aspectos relacionados com os impactos das mudanças ocorridas no mercado de trabalho da RMS sobre a inserção das mulheres, considerando suas

contribuições para a redução ou aumento das desigualdades entre os grupos de gênero no período recente serão agora observados. Foram analisadas especialmente três dimensões do problema: a) a estrutura ocupacional segundo a posição na ocupação; b) a contribuição à previdência social; e c) a proporção do rendimento médio das mulheres frente ao dos homens.

No tocante à posição ocupacional, as mulheres ampliaram sua participação, relativamente aos homens, em todas as categorias observadas. Ou seja, tanto no setor privado quanto no setor público, as mulheres aumentaram relativamente seu contingente. Esse resultado é fruto do aumento mais que proporcional do número de mulheres na estrutura ocupacional e também da conquista de novos espaços ocupacionais em áreas antes ainda mais restritas à presença feminina.

A análise da estrutura interna da ocupação de homens e mulheres mostrou que o emprego assalariado no setor privado aumentou sua importância relativa, em ambas as estruturas, enquanto as demais posições perderam expressão relativa na geração de postos de trabalho.

O emprego formal, com carteira de trabalho assinada, aumentou sobremaneira sua importância no período, porém isso ocorreu com maior intensidade para os homens. Com efeito, enquanto esse tipo de trabalho atingia 23,3% das mulheres no triênio 1997-1999 e 31,3% no triênio 2006-2008, representando uma elevação de 8,1 p.p., os homens obtiveram uma elevação de 9,1 p.p., ao passar de 36,7% para 45,9% no mesmo período.

Os postos menos valorizados do trabalho assalariado no setor privado, a exemplo do emprego assalariado sem carteira de trabalho assinada, reduziram a sua importância na estrutura ocupacional dos homens e aumentou na das mulheres.

Já o emprego no setor público reduziu sua importância na ocupação dos homens e das mulheres, porém com maior intensidade para as mulheres. No caso da ocupação doméstica, ocorreu o oposto, ou seja, a redução foi maior na ocupação masculina.

Essas constatações permitem afirmar que tanto homens quanto mulheres obtiveram ganhos em relação à

⁴ Para maiores informações, ver Pessoti e Pessoti (2008).

formalização das posições de trabalho, haja vista que aumentaram de importância ocupações consideradas mais estruturadas, enquanto perderam importância algumas ocupações vulneráveis e subordinadas, como os serviços domésticos e a auto-ocupação.

Ao relativizar os resultados entre homens e mulheres, porém, os movimentos observados parecem elevar a desigualdade na qualidade da inserção por posição ocupacional, na medida em que, para as mulheres, aumenta em menor intensidade a importância do trabalho assalariado com carteira de trabalho assinada no setor privado e cai em maior proporção a importância do emprego no setor público. Por outro lado, enquanto o emprego sem carteira de trabalho assinada no setor privado eleva sua expressão entre as mulheres, entre os homens, ele declina.

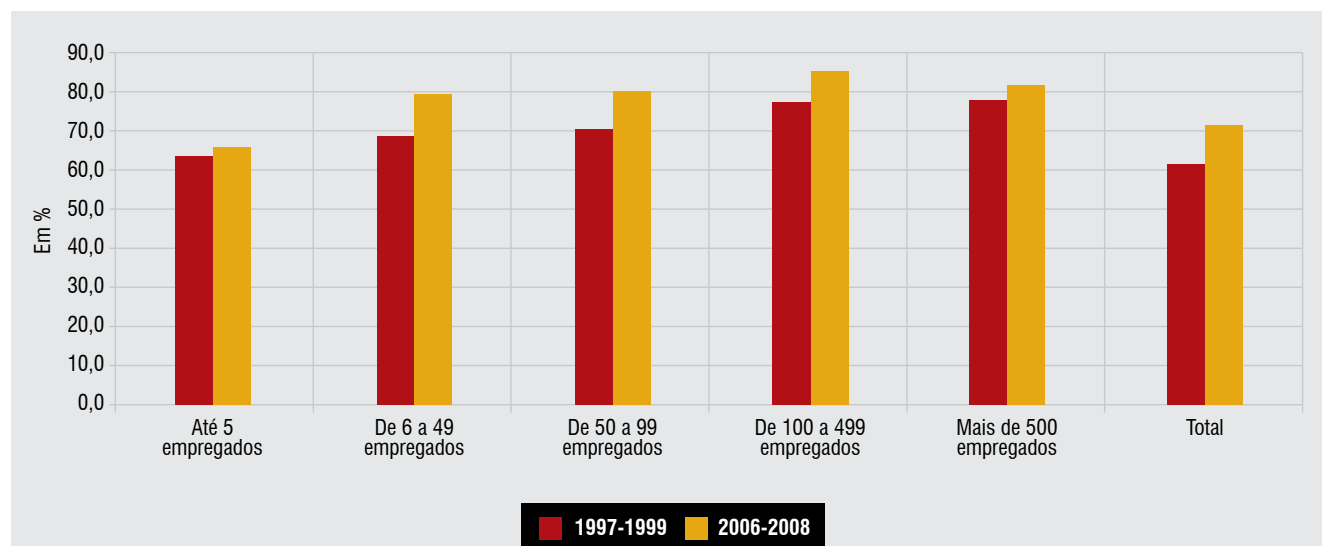
O aumento sem precedentes do emprego assalariado com carteira de trabalho assinada no período teve como consequência direta e previsível o aumento da proporção de ocupados que contribuem para a previdência social, que passou de 47,7%, no triênio 1997-

1999, para 55,2%, no triênio 2006-2008. Igual fenômeno foi percebido para homens e mulheres. Todavia, a exemplo do que ocorreu em relação ao aumento na expressão do trabalho assalariado com carteira, com intensidade maior para os homens, a proporção de mulheres ocupadas contribuintes para a previdência passou de 44,8% para 51,9%, elevação de 7,1 p.p.; entre os homens essa elevação foi de 8,0 p.p., aumentando de 49,5% para 57,5%. Mais uma vez, o processo levou a melhorias individuais, por um lado, e a ampliação das diferenças, por outro.

Ainda assim, cabe destacar, no que tange ao aumento da cobertura social, que o processo de concentração da ocupação nas unidades de grande porte foi mais benéfico para as mulheres, apenas nos estabelecimentos que agregam acima de 500 empregados, e nos quais o nível de contribuição previdenciária é maior, pois o aumento da contribuição para a previdência social foi mais intenso entre as mulheres.

Em relação aos rendimentos médios do trabalho, os dados da PED mostram que persistem elevadas diferenças



**Gráfico 1**

**Proporção do rendimento médio real das mulheres (1), segundo tamanho do estabelecimento
Região Metropolitana de Salvador – 1997-1999 e 2006-2008**

(1) Rendimento médio real dos homens, em cada uma das faixas de tamanho do estabelecimento

entre os vencimentos dos homens e os das mulheres. Considerando o conjunto do mercado de trabalho, as mulheres receberam 71,4% do rendimento dos homens. Em termos setoriais, somente no setor de *Construção civil*, os rendimentos femininos foram mais elevados que os masculinos. Nos demais setores, elas recebiam 82,0% do rendimento masculino nos *Serviços*, 73,8% nos *Outros setores*, 71,5% no *Comércio*, 70,0% nos *Serviços domésticos* e 66,6% na *Indústria*. Contudo, a distância entre os rendimentos médios do trabalho de homens e mulheres reduziu-se entre os dois períodos em análise. Essa aproximação ocorreu em todos os setores de atividade econômica com exceção dos *Serviços domésticos*, segmento amplamente dominado pelas mulheres.

A remuneração média do trabalho cresceu em razão direta do tamanho dos estabelecimentos segundo o número de empregados: quanto maior o tamanho da unidade produtiva, maior o nível médio de rendimento e menores as distâncias entre os rendimentos médios dos grupos de gênero⁵ (Gráfico 1). Nesse sentido, à medida

Em relação aos rendimentos médios do trabalho, os dados da PED mostram que persistem elevadas diferenças entre os vencimentos dos homens e os das mulheres. Considerando o conjunto do mercado de trabalho, as mulheres receberam 71,4% do rendimento dos homens

que o emprego em unidades de maior porte elevou a sua importância relativa na estrutura ocupacional das mulheres, também se visualiza a possibilidade de aumentos na remuneração média e nas reduções dos hiatos que separam rendimentos de homens e mulheres.

A análise da contribuição das mudanças observadas no mercado de trabalho da RMS sobre as desigualdades

⁵ A única exceção a esse comportamento ocorreu nos empreendimentos com 100 a 499 empregados, em relação aos que possuem mais de 500 empregados. No primeiro caso, as mulheres recebem 85,3% dos rendimentos dos homens e, no segundo, 81,5%.

entre os grupos de gênero no período recente sugere que, embora tenham ocorrido alterações que aproximam os grupos de gênero em relação à formalização das relações de trabalho, à distribuição setorial da ocupação, à presença nas micro, pequenas, médias e grandes unidades produtivas, à presença nos setores público e privado e às remunerações do trabalho, isso ocorre em ritmo lento e sem sustentação em políticas públicas consistentes de promoção de equidade.

REFERÊNCIAS

- BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?*... 1998. Mimeo.
- NAJBERG, Sheila; PUGA, Fernando Pimentel. Condomínio industrial: o caso do Complexo Ford Nordeste. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 199-216, jun. 2003
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: resultados do ano de 2008. Salvador: SEI, v. 8, 2009. 32 p.
- PESSOTI, Gustavo Casseb; PESSOTI, Bruno Casseb. Uma análise da política de atração de investimentos industriais da Bahia com especial referência ao Recôncavo Baiano no período 2000-2004. *Revista Desenbahia*, v. 5, n. 9, p. 89-116, set. 2008.
- ROCHA, Luciana. Programa de demissão voluntária da Ford não atrai funcionários. *Correio*, Salvador, 7 abr. 2009. Disponível em: <<http://correio24horas.globo.com/noticias/noticia.asp?codigo=23098&mdl=50>>. Acesso em: 8 abr. 2009.
- SOUZA, Laumar Neves de; RODRIGUES, Flávia Santana. Exclusão social e gênero no mercado de trabalho. *Conjuntural & Planejamento: mulher*, n. especial, abr./jun. 2009.
- _____. Tendência da atividade feminina no Brasil. *Conjuntural & Planejamento: mulher*, n. especial, abr./jun. 2009 .

Características da sexualidade de mulheres negras com doença falciforme em Salvador, na Bahia

Silvia Lúcia Ferreira*
Ceci Figuerêdo da Silva**

Embora sejam poucas as doenças que podem ser consideradas como raciais ou étnicas, as doenças falciformes, por exemplo, atingem precocemente grande número da população negra, com taxas elevadas de morbimortalidade. Estudo realizado por Zago, na década de 1990, identificou que a idade mediana de morte de um grupo de 3.764 pacientes foi de 42 anos para homens e de 48 anos para as mulheres homozigotos SS e 60 e 68 anos para os pacientes com hemoglobinopatia SC¹(ZAGO, 2000).

Além dos inúmeros problemas que provocam, estas doenças também interferem na vida sexual e reprodutiva de homens e de mulheres, como afirma De Lorenzi (2009) e ainda são poucos os estudos voltados para identificar aspectos subjetivos sobre a sexualidade, em particular das mulheres. Assim, esta pesquisa tem como objetivo identificar características da sexualidade de mulheres negras com doença falciforme atendidas na rede pública de saúde

* Profa. Dra. da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher (GEM) e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM). silvialf@ufba.br

** Enfermeira graduada pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA). ceciitaporan@hotmail.com

¹ A denominação "anemia falciforme" é reservada para a forma da doença que ocorre em homozigotos SS. Além disso, o gene da HbS pode combinar-se com outras anormalidades hereditárias das hemoglobinas, como hemoglobina C (HbC), hemoglobina D (HbD), beta-talassemia, entre outros, gerando combinações que também são sintomáticas, denominadas, respectivamente, hemoglobinopatia SC, hemoblobinopatia SD, S/beta-talassemia. No conjunto, todas essas formas sintomáticas do gene da HbS, em homozigose ou em combinação, são conhecidas como doenças falciformes (ZAGO, 2000).



de Salvador, como idade da primeira relação sexual, uso de métodos contraceptivos e interferência da doença em sua vida sexual e reprodutiva.

Diante da grande população afrodescendente da cidade de Salvador, estimada em 83%, e da significativa incidência das doenças falciformes nesses indivíduos (1:655 nascidos vivos), faz-se necessária a realização deste estudo para identificar algumas características que podem alterar a situação da saúde reprodutiva, considerando suas peculiaridades. Com isso, espera-se que os resultados propiciem maior visibilidade dos problemas enfrentados por essas mulheres, para que venham a ter melhor e maior acesso a informações e serviços de saúde, com acompanhamento de qualidade.

A gravidez é uma situação potencialmente grave para as pacientes com doença falciforme.² Além disso, as

As mulheres com anemia falciforme são mais susceptíveis a abortos espontâneos, decorrentes da própria fisiopatologia da doença

mulheres negras estão mais expostas à mortalidade materna e à infertilidade, como resultado de sua predisposição biológica para algumas doenças, como a hipertensão arterial e a miomatose. Soma-se a este quadro a maior dificuldade de acesso a serviços de saúde, fruto da discriminação racial que determina maior concentração de pessoas negras em áreas de periferia, onde a infraestrutura de serviços é deficiente (PERPÉTUO, 2000).

As mulheres com anemia falciforme são mais susceptíveis a abortos espontâneos, decorrentes da própria fisiopatologia da doença. As complicações decorrentes de abortos mostram a falta de estrutura dos serviços

² Embora a gravidez represente risco para as mulheres com doença falciforme, devido às alterações histopatológicas às quais a placenta está susceptível, como fibrose das vilosidades, infartos e calcificações, a opção de engravidar é dela. Cabe a ela e/ou ao casal decidir, após receber todos os esclarecimentos e as possibilidades de acompanhamento.

de planejamento familiar e a dificuldade no acesso aos contraceptivos para a população de baixa renda, ou seja, para a maioria das mulheres negras. As que optam por usar métodos contraceptivos devem ser orientadas e acompanhadas por especialistas, pois existem restrições quanto ao uso de alguns métodos. Esta restrição gera, para as mulheres, maior dificuldade de acesso, pois não possuem a garantia de ter regularmente assegurados e disponíveis, nos serviços de saúde, os medicamentos mais indicados para o seu caso (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2001). Em que pese este risco, devem ser informadas a respeito dos aspectos hereditários e clínicos da enfermidade e devem ter sua decisão de engravidar respeitada.

As dificuldades para viver uma sexualidade plena não param por aí. Outra complicação são as úlceras de membros inferiores com difícil processo de cicatrização, muito comum em pessoas com anemia falciforme, e que trazem grande desconforto, afetando a autoimagem da pessoa acometida.

O governo brasileiro tem investido, nos últimos anos, na elaboração de políticas e programas destinados a fornecer atendimento adequado às pessoas com doença falciforme e difundir informações sobre esta enfermidade. Neste sentido, uma das principais conquistas da sociedade brasileira foi a elaboração do Programa Nacional de Anemia Falciforme (PAF) em 1996. Este programa surgiu, principalmente, em decorrência das ações promovidas pelo Movimento Negro com dois objetivos centrais: reduzir a morbimortalidade, melhorando a qualidade de vida das pessoas com doença falciforme, e disseminar informações relativas à doença.

Até o momento, no entanto, este programa produziu resultados incipientes. Em diversos estados brasileiros, é possível verificar o despreparo dos profissionais para o atendimento qualificado às pessoas diagnosticadas, devido à falta de capacitação específica, bem como à descentralização dos serviços voltados ao atendimento às doenças falciformes. Poucas são as unidades básicas com atendimento, comprometendo o acesso das pessoas com baixo nível socioeconômico à assistência qualificada. Há, por outro lado, necessidade de conhecer melhor outros aspectos das pessoas acometidas por

Em diversos estados brasileiros, é possível verificar o despreparo dos profissionais para o atendimento qualificado às pessoas diagnosticadas, devido à falta de capacitação específica [...]

esta doença, para que se possam oferecer respostas aos anseios e superar as desigualdades provocadas por patologias há muito conhecidas, mas negligenciadas pelo poder público.

METODOLOGIA

Para o presente estudo, foram entrevistadas 14 mulheres diagnosticadas com doença falciforme residentes na cidade de Salvador e Região Metropolitana e que correspondiam aos seguintes critérios de inclusão: auto-classificação em pardas e pretas, em idade fértil (18 a 49 anos), com vida sexual ativa e aceitassem participar da pesquisa. Trata-se de estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa, já que esta realidade é de difícil quantificação. Ou seja, os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

A coleta de dados foi realizada na Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (Hemoba) e no ambulatório do Hospital Magalhães Neto, que faz parte do Complexo Hospital Universitário Professor Edgar Santos (HUPES).

A Hemoba possui um ambulatório especializado no tratamento das doenças hematológicas situado no Hemo-centro de Salvador. Dispõe de serviços, como a triagem clínica, acompanhamento psicológico, tratamento

odontológico, tratamento fisioterápico, curativos e transfusões de sangue para o acompanhamento dos pacientes, além de tratar diversos tipos de hemoglobinopatias. A Hemoba é, também, o órgão encarregado de coordenar a política nacional de sangue no estado.

A coleta de dados foi feita semanalmente nos ambulatórios da Hemoba e do ambulatório Magalhães Neto, após consentimento das instituições, nos meses de março a maio de 2008, com pessoas que aguardavam o atendimento na sala de espera. Inicialmente era feito o contato e a entrevista era realizada e gravada conforme disponibilidade das participantes, levando-se em consideração o horário de sua consulta, nos próprios ambulatórios, em locais que ofereciam privacidade, após leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada, cujo roteiro foi composto por questões referentes aos aspectos sociodemográficos e questões específicas da saúde reprodutiva, como uso de métodos contraceptivos, número de gravidezes, incidência de abortos, bem como a interferência da doença em sua vida sexual.

Os dados foram submetidos a análise temática, que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem o discurso, cuja frequência tenha significado para o objetivo proposto pelo trabalho (MINAYO, 1994). O

projeto foi registrado no Sistema Nacional de Ética na Pesquisa (Sisnep) e encaminhado para a Comissão de Ética na Pesquisa correspondente, a qual aprovou sua realização. Os aspectos éticos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, relacionados ao termo de consentimento livre e esclarecido e ao anonimato das participantes foram respeitados no desenvolvimento deste trabalho.

Características sociodemográfica das entrevistadas: obedecendo ao critério da amostra, todas as entrevistadas eram da raça negra, sendo oito pardas e seis pretas. Três tinham idade entre 22 e 29 anos, sete entre 30 e 39 anos e quatro entre 41 e 49 anos.

Com relação ao nível de escolaridade, apenas seis completaram o ensino médio. Este fato já é esperado nas pessoas com doença falciforme em razão do absenteísmo causado pelos internamentos frequentes.

Diretamente relacionado à escolaridade é o baixo nível socioeconômico: seis não possuíam renda, pois não desempenhavam nenhuma atividade remunerada, dependendo da renda mensal de outro familiar. Cinco recebiam um salário mínimo, com atividade autônoma e trabalho doméstico e três exerciam atividade remunerada formal, com renda mensal entre dois e três salários mínimos. Estes dados são compatíveis com outros estudos, uma vez que as atividades de trabalho das pessoas com doença falciforme são muito limitadas, em especial aquelas que exigem esforço físico, devido ao cansaço, às crises dolorosas, à necrose asséptica da cabeça do fêmur, que causam frequentes internações.

Com relação ao estado civil, oito eram solteiras, cinco, casadas e uma em união estável. Onze já engravidaram, destas, oito têm filhos vivos atualmente. Três tiveram experiência com aborto espontâneo. O perfil reprodutivo das entrevistadas de certo modo contradiz uma crença muito difundida entre os médicos brasileiros de que as pessoas com a doença falciforme, principalmente os homozigotos, não devem reproduzir.

Observa-se que, apesar de possuírem uma doença limitante, estas mulheres não abdicaram do seu direito de exercer a maternidade e, assim, vivenciaram a experiência

Características sociodemográfica das entrevistadas: [...] todas as entrevistadas eram da raça negra, sendo oito pardas e seis pretas. Três tinham idade entre 22 e 29 anos, sete entre 30 e 39 anos e quatro entre 41 e 49 anos

da gestação sob a difícil situação de terem sua saúde e a de seu filho ameaçadas pela doença, tendo como fator agravante sua condição socioeconômica.

DA MENARCA À PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL

A primeira menstruação ainda é um rito de passagem para as mulheres, pois implica pensar em uma série de questões que envolvem a sexualidade, a prevenção da gravidez indesejada e a maternidade precoce. Identificou-se, no presente estudo, a idade média de 15,5 anos para o aparecimento da menarca, caracterizando-a como tardio. Este resultado difere dos encontrados para adolescentes saudáveis em estudo de Borges e Schor (2005), cuja menarca ocorreu em média aos 12,3 anos. Coincide, entretanto, com os encontrados por Veríssimo (2007), a qual afirma que a menarca nas pacientes com doença falciforme ocorre cerca de dois a três anos de idade mais tarde que as mulheres sem a patologia. Esta autora afirma que o peso é o fator preditivo, independente do genótipo: quanto maior o *deficit* ponderal, maior é o atraso para atingir a menarca.

As pessoas com doença falciforme apresentam retardo no crescimento e desenvolvimento causado por múltiplos fatores: má oxigenação dos tecidos provocada pelo baixo hematócrito, disfunção hormonal associada

As pessoas com doença falciforme apresentam retardo no crescimento e desenvolvimento causado por múltiplos fatores: má oxigenação dos tecidos [...] disfunção hormonal associada à anemia, lesões em órgãos [...] ingestão deficiente de nutrientes

O início da vida sexual se deu em média aos 20,1 anos. A diferença entre a menarca e o início da vida sexual foi em média de 5 anos e com parceiros com os quais já tinham uma relação afetiva estável

à anemia, lesões em órgãos motivadas pela falcização das hemácias, ingestão deficiente de nutrientes além de outros fatores, decorrentes de difíceis condições socioeconômicas.

O desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários femininos é marcado pelo aumento das mamas, aparecimento dos pelos pubianos e menarca. As mudanças puberais em pessoas com doença falciforme começam tardiamente em ambos os sexos, correlacionando com a demora no estirão puberal. Estas pessoas atingem tardiamente a maturação sexual normal (VERÍSSIMO, 2007).

O início da vida sexual entre mulheres brasileiras ocorre geralmente após a menarca e é influenciado por questões socioeconômicas e culturais, variando com o passar do tempo. Segundo dados da ONG Bem Estar Familiar no Brasil (Bemfam), em 1996, a mediana da idade da primeira relação sexual foi de 19,5 anos para as mulheres (BORGES; SHOR, 2005). Dados recentes encontrados na Pesquisa GRAVAD (Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil), realizada com 4.634 jovens entre 18 e 24 anos do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador, em 2002, demonstram que a idade média para o início da vida sexual é de 17,9 anos para as mulheres (VERÍSSIMO, 2007).

Neste estudo, observou-se que o início da vida sexual se deu em média aos 20,1 anos. A diferença entre a menarca e o início da vida sexual foi em média de cinco

anos e com parceiros com os quais já tinham uma relação afetuosamente estável. O início tardio da vida sexual foi evidenciado nos discursos:

"Minha vida sexual também foi tarde. Eu comecei a ter relação já com 17 anos." (E01).

"Comecei tarde. Foi com 19 anos. Eu fiquei com o namorado durante seis anos, depois fiquei com outro três anos e tô com esse cinco anos já." (E02).

DINÂMICA DAS RELAÇÕES AFETIVO-AMOROSAS E SEXUAIS

A maioria das mulheres entrevistadas (78,6%) afirmou que a doença falciforme não atrapalha sua vida sexual e 21,4% afirmaram o contrário. Apesar da maioria das mulheres negarem a interferência da doença falciforme em sua vida sexual, todas apresentaram um perfil de vida sexual marcado com características negativas, como baixa frequência de relações sexuais, presença da dor na relação, medo de ser rejeitada e falta de prazer sexual.

Este fato está associado à fragilidade que a doença traz ao organismo, ao medo da dor ou à própria dor, à presença de úlcera nos membros inferiores e ao medo de engravidar. Estudo realizado por Silva, Ramalho e Cassorla (1993), com pacientes portadores de anemia falciforme, mostrou que a interferência da doença na vida afetivo-sexual foi pouco referida pelos entrevistados.

Nesta pesquisa, entre os sintomas citados como provocadores de interferência na vida sexual, aparece com maior frequência o medo. Este pode ser da dor, da possibilidade de agravamento de algum sintoma e, de modo particular, da úlcera nos membros inferiores. A doença provoca fragilidade e insegurança na convivência com os parceiros, principalmente no início do relacionamento. Muitas falam da necessidade de nunca expor a ferida ou o curativo da perna, "porque assusta". Algumas entrevistadas com relacionamentos mais estáveis falaram das dificuldades na mudança de posição durante o ato sexual por medo da dor. O medo de engravidar também aparece nos discursos:

A doença provoca fragilidade e insegurança na convivência com os parceiros [...] Muitas falam da necessidade de nunca expor a ferida ou o curativo da perna, "porque assusta"

"[...] a doença atrapalha, sabe por quê? A gente namora, mas tem que namorar sempre com medo. Eu fico com medo porque não posso engravidar. Aí vai lá, tem um descuido e engravida." (E14).

Das mulheres entrevistadas, três estavam sem parceiro no momento da entrevista. A maioria das mulheres teve dois parceiros com os quais mantiveram relação estável, sendo estes pais de seus filhos ou não.

Com relação à frequência das relações sexuais, 36,4% declararam que ocorrem uma vez por mês, 27,3% duas vezes por semana e 18,2% três vezes por semana. Embora reconheçam problemas relacionados à doença, quando se analisa a vida sexual, percebe-se que elas associam os problemas muito mais às características do parceiro, como chegar em casa cansado, ter cheiro de álcool e não conviver bem com ele.

"Olha vou te dizer uma coisa. Se ele não me procurar eu não tô aí pra nada, mas eu acho que não tem nada a ver com meu problema; eu que não sinto o fogo, não consigo ter relação com homem fedendo a bebida, é horrível. Então vou deixando o barco correr; quando ele procura eu deixo uma vez na semana, duas vezes na semana." (E11).

"Ah, porque ele só chega em casa cansado, relação só de vez em quando... uma vez... duas vezes na semana." (E08).

As complicações decorrentes da anemia falciforme, como presença de úlcera de perna, indisposição, medo

de engravidar, cansaço e crises dolorosas, foram referidas por 21,3% das mulheres como causa da baixa frequência das relações sexuais.

“Ah é bem difícil, assim uma vez por mês, porque eu não posso [...] eu tenho um ferimento na perna, aí eu evito [...] A médica me disse uma vez que eu não podia fazer esforço que podia piorar a perna. E tenho muito medo de piorar ou engravidar.” (E05).

A ausência de prazer na relação sexual aparece ligada ao relacionamento afetivo-amoroso e a características da fase reprodutiva, neste caso o climatério, que traz mudanças hormonais, tais como diminuição do desejo pelo sexo, ressecamento vaginal, entre outras.

“Não é legal, eu não gosto na verdade. Mas não é que eu ache que é um problema dele, é um problema meu. Depois dessa idade a gente fica assim. Porque, se eu deixasse, ele fazia sexo toda hora, mas eu não queria, só de vez em quando. No começo era toda hora, todo dia, agora é diferente.” (E11).

“Eu não sinto vontade mesmo, falo com sinceridade. Dói muito. Doía assim o pé da barriga, aí eu mudava de posição, mas não adiantava, doía do mesmo jeito. Mas eu sinto realmente é uma dor, uma dor, uma dor no pé da barriga que quando ele mudava era aquela dor que incomoda mesmo e também um ardor também. Depois daí perdi totalmente a vontade.” (E04).

A ausência de prazer na relação sexual aparece ligada ao relacionamento afetivo-amoroso e a características da fase reprodutiva [...] que traz mudanças hormonais, tais como diminuição do desejo pelo sexo

RESTRIÇÕES DAS PRÁTICAS CONTRACEPTIVAS

A maioria das mulheres entrevistadas afirmou já ter usado mais de um método contraceptivo, mas interrompeu o uso devido à falta de adaptação, ocorrendo com frequência sangramento intenso, enjoo, emagrecimento, enxaqueca e piora do quadro anêmico. A troca do método foi recomendada, na maioria das vezes, pelo médico hematologista. Em estudo sobre a utilização de métodos contraceptivos em mulheres que utilizam o serviço público em Maringá (PR), Zanette (2007) demonstra que um dos motivos da interrupção do método, principalmente a pílula, é o aparecimento de efeitos colaterais (ZANETTE, 2007).

Para as mulheres em geral, o uso contínuo de altas doses de contraceptivos orais combinados, principalmente com altas doses de estrogênios, leva ao aumento do risco de tromboembolismo. Quando não existem outros fatores de risco associados, as taxas de trombose venosa em usuárias de pílulas anticoncepcionais estão entre dez a 40 por 100.000 mulheres/ano (ANDRADE, 2000).

No caso das mulheres com doença falciforme, este risco é ainda maior devido à interferência da droga na coagulação sanguínea e à polimerização das hemácias que causa a vaso-oclusão, gerando crises dolorosas e lesão de órgãos. A escolha do método contraceptivo depende da análise conjunta entre o profissional de saúde e a mulher, levando em consideração as modalidades disponíveis, as preferências pessoais, o nível de entendimento da mulher sobre a responsabilidade da escolha, o quadro clínico, as vantagens e desvantagens de cada método e as circunstâncias individuais (ZANETTE, 2007).

A laqueadura tubária foi o método mais utilizado por 35,7% das entrevistadas. Treze já engravidaram e apenas uma não tem nenhum filho vivo. Na maioria das vezes a laqueadura é indicada pelo médico sob a justificativa de que estas mulheres não poderão mais ter filhos devido às complicações que a doença falciforme poderá trazer durante a gestação.

“O médico chamou minha mãe disse que eu tinha que me operar porque eu tinha falcemia. Aí

A laqueadura [...] para as mulheres que já estiveram grávidas pode estar associada ao baixo nível socioeconômico, à baixa escolaridade e também à dificuldade de acesso a outros métodos contraceptivos

mandaram me operar porque eu não ia poder mais ter filho.” (E01).

A laqueadura como método de escolha para as mulheres que já estiveram grávidas pode estar associada ao baixo nível socioeconômico, à baixa escolaridade e também à dificuldade de acesso a outros métodos contraceptivos reversíveis no serviço de saúde.

Identifica-se que nenhuma das entrevistadas é cadastrada em serviço de Planejamento Familiar, mas todas fazem acompanhamento periódico com hematologista, que recomenda métodos mais apropriados, dá orientações quanto ao seu uso e esclarece dúvidas. Algumas referem que existem frequentes encaminhamentos do ginecologista para o hematologista, para que este avalie melhor o método e esclareça dúvidas. Uma provável explicação para este fato é a insegurança dos profissionais especialistas em saúde da mulher em tratar da saúde reprodutiva das mulheres com doença falciforme, devido à falta de descentralização no atendimento às pessoas com esta patologia, o que implica a ausência de profissionais qualificados na Atenção Básica, como é evidenciado pela fala:

“A ginecologista nunca me passou remédio anticoncepcional, eu nunca tomei. Ah... porque com o problema da anemia não é todo remédio que eu posso tomar [...] porque tem muito remédio que é contra-indicado. Ela sabe, mas nunca passou, nunca falou nada.” (E08).

O uso do condom aparece em segundo lugar (21,4%) entre os métodos contraceptivos mais utilizados, o que diverge dos achados em estudos com a população brasileira, nos quais a pílula e a laqueadura aparecem em primeiro e segundo lugar, respectivamente, como métodos de escolha (ANDRADE, 2000; ZANETTE, 2007). O uso do preservativo masculino é mais frequente entre as solteiras que têm relações sexuais esporádicas. Poucas mulheres em união estável referiram fazer uso deste método de barreira, devido à baixa aceitabilidade masculina, a não ser nos casos de interrupção do método hormonal. Estudo ressalta que o uso de métodos adequados e eficazes associados à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) esbarra em dificuldades de aceitabilidade, taxa de interrupção e o próprio preconceito que o tema DST propicia (SOUZA et al. 2006).

Após o uso do condom, aparece o anticoncepcional hormonal injetável trimestral, com 14,3%. Este medicamento tem boa eficácia anticoncepcional, cessa o fluxo menstrual, dando maior conforto à mulher, e melhora os níveis de hemoglobina. Para Zanette (2007), o acetato de medroxiprogesterona (Depo-provera) deve ser considerado o método contraceptivo hormonal de primeira escolha em mulheres com doença falciforme, visando proporcionar-lhe uma contracepção prática, segura e bem tolerada.

As entrevistadas reconhecem o interesse e a participação masculina na contracepção, uma vez que o uso

O uso de métodos adequados e eficazes associados à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) esbarra em dificuldades de aceitabilidade, taxa de interrupção e o próprio preconceito que o tema DST propicia

do condom foi citado por 21,4%. Relatam também a vasectomia (14,3%) e o coito interrompido (7,1%). Alguns homens são resistentes ao uso do condom e utilizam o coito interrompido como método de evitar a gravidez. Outras mulheres convencem seu parceiro a fazer a vasectomia por causa das recomendações médicas de não engravidar e como forma de restringir o uso de métodos contraceptivos hormonais.

“Então na época eu falava assim pra ele: ‘eu só vou morar com você se você fizer vasectomia, porque tenho um problema de anemia muito sério e o médico já tinha me prevenido isso antes, que eu não posso ter filho, e se eu for ter algum filho, ele pode nascer com alguma deficiência.’” (E10).

O homem tem um papel importante em relação à saúde reprodutiva do casal, bem como sobre as escolhas contraceptivas, cuja responsabilidade deve ser compartilhada. No caso de mulheres com doença falciforme, a satisfação com o método escolhido é diretamente proporcional ao envolvimento do parceiro e do suporte que este oferece.

Desde a década de 1990, vem crescendo a participação masculina na contracepção. Duarte (2003) observa que o uso do preservativo e da vasectomia passou de 1,7% para 4,4% e de 0,8% para 2,6%, respectivamente. Em relação ao acesso aos métodos contraceptivos, a maioria afirmou que consegue na unidade de saúde, mas, com frequência, ocorre falta do medicamento. Apesar de se constituir de mulheres com baixo nível socioeconômico, a

O homem tem um papel importante em relação à saúde reprodutiva do casal, bem como sobre as escolhas contraceptivas, cuja responsabilidade deve ser compartilhada

maioria das mulheres que fazem uso de anticoncepcional hormonal referiu comprar para não descontinuar o uso. Em alguns casos foi utilizado um método de barreira, geralmente o preservativo masculino, até ser disponibilizado novamente no serviço.

“Lá no posto nunca tem, eu sempre tenho que comprar. Agora eu tomo por conta própria; vou lá na farmácia e compro.” (E03).

“Pegava no posto. Muitas vezes tive que comprar. Quando era o anticoncepcional, eu comprava logo, mas quando era injetável, ficava esperando chegar.” (E04).

A maioria demonstrou conhecimento dos métodos mais utilizados e disponíveis na rede pública, os hormonais — a pílula, o injetável mensal e o injetável trimestral —, bem como o condom, o DIU e os métodos cirúrgicos, laqueadura e vasectomia, além das restrições a alguns métodos.

“[...] a hematologista disse que eu não posso botar o DIU, porque eu tenho a falcemia, mas com a injeção é tudo normal. Disse que eu posso tomar a pílula. Mas que o melhor é a injeção.” (E03).

Existe a preocupação entre as entrevistadas de entender sua patologia e respeitar suas restrições diante das crises dolorosas e falta de energia (cansaço).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações do planejamento familiar fazem parte da atenção básica e são de responsabilidade da gestão municipal. Infelizmente, muitos municípios não implantam estratégias adequadas para o fornecimento de anticoncepcionais para a população, programa educativo e de aconselhamento para a livre escolha do método e, assim, garantir o acompanhamento das usuárias.

Diante das complicações do aborto na saúde das mulheres com doença falciforme, percebeu-se a necessidade da melhoria da assistência contraceptiva, através do Planejamento Familiar direcionado às especificidades deste grupo de mulheres. Além disto, identificou-se a necessidade da ampliação da discussão sobre a descriminalização do

aborto, uma vez que a mortalidade materna como consequência do aborto inseguro possui taxas elevadas.

Espera-se, portanto, que este estudo possa contribuir para a sensibilização de outros profissionais em relação às peculiaridades da gestação em mulheres com doença falciforme, bem como estimular a elaboração de novos estudos sobre esta temática, dando maior visibilidade aos problemas enfrentados por essas mulheres, para que tenham um melhor e maior acesso a informações e a serviços de saúde, com um acompanhamento de qualidade. Além disso, que possa contribuir com o poder público na construção de novos programas que respeitem as particularidades não somente da patologia, mas também de cada fase do desenvolvimento humano, o que se constituiu na finalidade deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). *Manual de diagnóstico e tratamento de doenças falciformes*. Brasília: ANVISA, 2001.
- ANDRADE, R. P. et al. *Contracepção: promoção da saúde sexual e reprodutiva*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- BORGES, Ana Luiza Vilela; SCHOR, Néia. Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil, 2002. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, mar./abr. 2005.
- DE LORENZI, Dino Roberto Soares; SACIOTO, Bruno. Frequência da atividade sexual em mulheres menopausadas. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, São Paulo, v. 52, n. 4, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302006000400027>. Acesso em: 14 jan. 2009. doi: 10.1590/S0104-42302006000400027.
- DIAGNÓSTICO de saúde da população negra de Salvador. Salvador: Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra, 2006. 62 p.
- DUARTE, Graciana Alves et al. Participação masculina no uso de métodos contraceptivos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000100023>. Acesso em: 14 set.. 2008. doi: 10.1590/S0102-311X2003000100023
- LAGUARDIA, Josué. No fio da navalha: anemia falciforme, raça e implicações no cuidado à saúde. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n.1., jan./abr. 2006.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- _____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3 ed.. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994.
- PERPETUO, I. H. O. Raça e acesso às ações prioritárias na agenda da saúde reprodutiva. *Jornal da Rede Feminista de Saúde*, São Paulo, n. 22, nov. 2000.
- SILVA, Roberto B. de Paiva e; RAMALHO, Antonio S.; CAS-SORLA, Roosevelt M. S.. A anemia falciforme como problema de Saúde Pública no Brasil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 27, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>>. Acesso em: 7 jul. 2008. doi: 10.1590/S0034-89101993000100009
- SOUZA, J M M. et al. Utilização de métodos contraceptivos entre as usuárias da rede pública de saúde do município de Maringá-PR. *Rev Bras Ginecol Obstet*, v. 28, n. 5, p. 271-7, 2006.
- VERISSIMO, Monica P. A.. Crescimento e desenvolvimento nas doenças falciformes. *Rev. Bras. Hematol. Hemoter*, São José do Rio Preto, v. 29, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-84842007000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2008.
- ZAGO, M. A. Anemia Falciforme e doenças Falciformes. In: HAMANN, Edgar Merchan; TAUIL, Pedro Luiz (Orgs.). *Manual de doenças mais Importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. Disponível em: <www.saude.gov.br/sps/menu.htm>. Acesso em: 2 jan. 2008.
- ZANETTE, Angela Maria D. Gravidez e contracepção na doença falciforme. *Rev. Brasileira de Hematologia e Hemoterapia*, v. 29, n.3, 2007 Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 8 jul. 2008. doi: 10.1590/S1516-8484200700030002





Tendência da atividade feminina no Brasil¹

Laumar Neves de Souza*
Flávia Santana Rodrigues**

Antes de apresentar, de forma mais detalhada, as informações que expressam de que maneira as mulheres vêm, nas últimas décadas, se inserindo no mercado de trabalho brasileiro, faz-se mister tecer alguns comentários a respeito de quais foram os principais rumos teóricos seguidos pelo debate que se travou no país em torno da questão do trabalho feminino, assim como apontar qual a direção seguida por um outro debate suscitado com base nos levantamentos e análises de dados sobre o trabalho feminino, haja vista que tanto um quanto outro possibilitam o conhecimento de toda uma realidade vivenciada pelas trabalhadoras do país.

* Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisador da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). laumar@sei.ba.gov.br

** Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Universidade Salvador (Unifacs); graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisadora da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). flavia@sei.ba.gov.br

¹ Este texto é um subproduto da tese *Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS*, defendida por Laumar Neves de Souza no programa de pós-graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

AVANÇOS TEÓRICOS

Pode-se dizer, em linhas gerais, que os primeiros estudos sobre a questão do trabalho feminino datam do final da década de 1960 e tinham como escopo principal identificar as feições da incorporação ou a expulsão do trabalho feminino, tomando como pano de fundo o próprio contexto de expansão do capitalismo no país². Relegando, naquele momento, obstáculos culturais derivados do papel reprodutivo da mulher na sociedade, as pesquisas concluíam que o trabalho feminino se dava em resposta aos movimentos de atração ou rejeição do mercado.

Não fazia parte do leque de preocupações desses trabalhos a consideração dos papéis que as mulheres ocupavam na reprodução; limitavam-se, exclusivamente, a investigar sua presença ou não no mercado de trabalho, fato que, com certeza, restringia o alcance de seus resultados. Logo em seguida, dá-se nova direção ao rumo das pesquisas sobre o trabalho feminino.

Nesse instante, o problema central tornou-se a articulação do espaço produtivo com a família enquanto esfera de produção, implicando procriação e trabalho doméstico. Na visão de Bruschini (1989), avançou-se enormemente quando o trabalho feminino, tanto aquele que era realizado nas áreas rurais quanto o que se processava nas zonas urbanas, passou a ser entendido como parte integrante e indispensável das estratégias adotadas pelas unidades familiares, no que tange às questões relacionadas com a própria sobrevivência, manutenção ou ascensão social.

Dentro dessa nova abordagem teórica, as atividades desenvolvidas pelas mulheres deixaram de ser analisadas na perspectiva da mulher/indivíduo, passando a ser entendidas como uma complexa articulação entre atividades produtivas e reprodutivas, sendo, portanto, percebidas como um arranjo do grupo familiar visto em sua totalidade.

Mais recentemente, os estudos sobre trabalho feminino passaram a ser pensados tomando-se por base a noção de

As atividades desenvolvidas pelas mulheres deixaram de ser analisadas na perspectiva da mulher/indivíduo, passando a ser entendidas como uma complexa articulação entre atividades produtivas e reprodutivas

divisão sexual do trabalho. Esta divisão funcionaria como uma espécie de princípio organizador fundamentado na preexistência de relações sociais entre os sexos.

Com relação à questão dos levantamentos e análises dos dados, conforme assinala Bruschini (1989, p. 7), pode-se traçar o seguinte panorama:

O uso de estatísticas oficiais, a princípio de forma acrítica, foi substituído, em certo momento, por estudos de natureza mais antropológica, de pequeno porte, mas de profundo alcance, capazes de apreender as formas de trabalho feminino que os grandes números não mostravam, como o trabalho a domicílio, a pequena produção caseira e o trabalho doméstico.

Entretanto, de outro lado, tais levantamentos e análises dos dados esbarravam, e até hoje esbarram, certamente com menos intensidade, em uma série de limitações metodológicas. Uma primeira origina-se no fato de que o próprio conceito de População Economicamente Ativa (PEA) ter sido pensado para países de economia capitalista avançada, nos quais predominam as relações normais de emprego, não incorporando, portanto, um fenômeno típico de países cuja economia não se caracteriza por ser de mercado. Trata-se do subemprego, ou da situação das pessoas que têm um emprego de duração inferior à normal e estão à procura de um trabalho de natureza complementar.

² Duas referências fundamentais são os trabalhos pioneiros de Saffioti (1969) — *A mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade* — e de Blay (1978) — *Trabalho Doméstico: a Mulher na Indústria Paulista*.

Uma segunda é suscitada pela questão da adequação ou não do período de referência para a coleta das informações. Algumas interpretações o consideravam curto demais, fato esse que implicava na não inclusão de trabalhadores ocasionais ou sazonais, sobretudo daqueles ligados às atividades agrícolas. E no caso da mensuração do trabalho feminino, tal problema é por demais comprometedor, dado que, mais frequentemente que os homens, as mulheres estão submetidas a situações de trabalho instáveis, sazonais e não-remuneradas.

Uma terceira limitação residia no fato de o papel de dona-de-casa, desempenhado fundamentalmente pelas mulheres em idade adulta, ser contabilizado em tais levantamentos como inatividade econômica.

Por último, podem-se citar as formas mediante as quais eram elaboradas as perguntas nos instrumentos de coleta de dados, pois podem provocar maior ou menor ocultamento das informações, assim como podem implicar numa subestimação do trabalho feminino.

No entendimento de Bruschini e Lombardi (2000) e Bruschini (2006), do ponto de vista das estatísticas oficiais, passou-se a perceber certo esforço, a partir do final dos anos 1970, para contornar as referidas deficiências metodológicas e, por conseguinte, tornar mais visível a atividade econômica feminina. Prova

disso pode ser encontrada no recenseamento de 1980, no qual reformulou-se a pergunta sobre trabalho realizado, ampliou-se o tempo de referência e mudou-se a ordem das alternativas de resposta.

Isso, por si só, teve um efeito significativo na ampliação do número de mulheres que se declararam trabalhadoras. Tais autoras comentam que ainda nos anos 1980, como resultado de demandas de vários setores da sociedade e como consequência de um diálogo mais sintonizado entre aqueles que usavam e aqueles que produziam os dados, várias modificações foram sendo incorporadas nos questionários do IBGE, muitas das quais se prestavam a um maior desvendamento do trabalho feminino.

Posteriormente, na década de 1990, aprimorou-se ainda mais a forma de captação de algumas perguntas sobre trabalho. No censo de 1991, por exemplo, introduziu-se a possibilidade da pessoa que respondeu o questionário indicar se trabalhou habitual ou eventualmente nos 12 meses anteriores ao levantamento. Tal mudança, a princípio pequena, pode ter levado muitas mulheres que exerciam esporadicamente atividades econômicas a se declararem trabalhadoras. A PNAD também acompanhou esse esforço para melhor captar a atividade feminina. No transcorrer dos anos 1990, uma das maiores preocupações dos responsáveis por tal pesquisa era criar mecanismos para que fossem elaboradas estatísticas mais precisas sobre a participação econômica das mulheres, de tal modo que permitissem uma melhor visualização de sua contribuição nãoeconômica.

Tal como indicado em Bruschini (2006, p. 6):

[...] na PNAD de 1992 foi criada [...] a categoria trabalhador doméstico, ao lado dos empregados, autônomos ou conta própria, não remunerados e empregadores. Esta nova categoria refere-se ao emprego ou serviço doméstico remunerado, realizado em geral no domicílio do empregador e não ao trabalho doméstico de reprodução social. Este realizado sem remuneração no espaço de reprodução social, continua a ser captado através da categoria 'afazeres domésticos'. Esta, no entanto, a partir

Nos anos 1980 [...] várias modificações foram [...] incorporadas nos questionários do IBGE, muitas das quais se prestavam a um maior desvendamento do trabalho feminino

de 1992, deixa de ser somente uma alternativa de resposta apresentada apenas aos que declararam não trabalhar e torna-se uma pergunta específica, apresentada a todos os respondentes, independentemente de sua condição de trabalho. A partir de 2001, a PNAD introduz novo quesito sobre o tema, desta feita sobre o tempo consumido na realização de afazeres domésticos.

Na verdade, o que se empreendeu em tais levantamentos, ao longo desses anos, foi um esforço para rever o próprio conceito de trabalho, de modo a permitir a inclusão de formas não monetarizadas de participação na produção social, entre as quais se destacam as atividades consideradas “não produtivas”, como é o caso da produção de valores de uso e da prestação de serviços na unidade doméstica.

Esse encaminhamento foi muito bem-vindo por, pelo menos, duas razões. A primeira porque procura retirar da invisibilidade o trabalho das mulheres. Já a segunda tem a ver com o fato de que tal iniciativa opõe-se, de forma veemente, à ideia, enraizada em muitas sociedades, de que o trabalho dos homens valeria mais que o trabalho das mulheres. Como bem informam Hirata e Kergoat (2003, p. 113),

[...] por toda parte e sempre, o ‘valor’ distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção ‘vale’ mais que reprodução, produção masculina ‘vale’ mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas).

ALGUNS NÚMEROS RECENTES

No Brasil, a exemplo do que ocorre em outras partes do mundo, quando se analisa o comportamento da força de trabalho feminina, o primeiro fato a chamar atenção diz respeito à intensidade e constância de seu crescimento. Nas palavras de Lavinas (2002, p. 33):

[...] a participação feminina no mercado de trabalho tem aumentado de forma linear e praticamente alheia às flutuações da atividade econômica. Seja em fases de recessão, seja nos ciclos de expansão da economia, a

taxa de atividade das mulheres, em particular das cônjuges com filhos, tem crescido no Brasil nos últimos 20 anos. Quaisquer que sejam as fontes estatísticas, essa constatação é quase lugar-comum, estando evidenciada em todas as pesquisas e artigos.

Na realidade, o crescimento da atividade feminina torna-se mais expressivo a partir da década de 1970, quando o Brasil convivia num contexto de expansão econômica e de acelerado processo de industrialização e urbanização. Na década de 1980, muito embora a economia brasileira tenha enfrentado uma outra realidade, com a estagnação da atividade econômica e a deterioração das oportunidades de emprego no setor formal, esse movimento de expansão decorrente da entrada de mulheres no mercado de trabalho teve continuidade.

Nesse último momento, isso se deveu, principalmente, a um contínuo processo de terciarização da economia, que permitiu o incremento daquelas atividades econômicas intimamente relacionadas às mulheres, tais como a prestação de serviços, o comércio, as atividades administrativas, as bancárias, entre outras (LIBERATO, 1999). Tal persistência pode também ser entendida como resultando da configuração de um esquema de divisão sexual do trabalho, o qual provocou a concentração das trabalhadoras nos chamados guetos ocupacionais, que se expandiram a despeito da crise econômica (BRUSCHINI, 1996).

No Brasil, a exemplo do que ocorre em outras partes do mundo, quando se analisa o comportamento da força de trabalho feminina, o primeiro fato a chamar atenção diz respeito à intensidade e constância de seu crescimento

Na década de 1990 [...] incrementa-se o desemprego feminino, indicando que o aumento de postos de trabalho para mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA feminina

Nos anos seguintes, ou seja, na década de 1990, esse panorama de incremento da participação das mulheres no mercado de trabalho não perdeu força, apesar de o cenário macroeconômico indicar uma situação de intensa abertura econômica, de baixos investimentos e de terceirização. Não obstante, nesse período, incrementa-se o desemprego feminino, indicando que o aumento de postos de trabalho para mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA feminina (HOFFMANN; LEONE, 2004).

Pode-se constatar, com base no trabalho de vários estudiosos, que as mulheres vêm aumentando substancialmente

sua presença na PEA brasileira. As estatísticas revelam que a taxa de atividade feminina passou de 18,2% em 1970 para quase 39,2% em 1990 — mostrando comportamento ascendente já desde a época de 1950, período no qual se intensificou, com a instalação de novas indústrias no país, o processo de expansão do capitalismo brasileiro — e saltou para cerca de 47,0% nos primeiros anos da década, mais precisamente no ano de 1993. Daí em diante esse indicador aumenta ainda mais, alcançando, em 2007, o patamar de 52,4% (Gráfico 1). Wajnman e Rios-Neto (2000) consideram que esse é o indicador mais geral das mudanças do papel feminino no mundo do trabalho. No entendimento desses autores, esse indicador não representa uma condição suficiente para a igualdade entre os indivíduos dos dois sexos nas várias dimensões do mercado de trabalho, mas é condição necessária para que essa igualdade ocorra.

A constatação desse comportamento de acentuado ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a partir dos anos 1970 até os dias atuais, deve-se à ocorrência de uma série de fatores. Pode-se, inicialmente, destacar o fator relacionado à necessidade econômica, derivada da deterioração dos salários reais dos trabalhadores, situação essa que, decerto, obrigou as mulheres a buscarem uma complementação para a renda familiar.

Entretanto, não apenas as mulheres pertencentes aos estratos de mais baixa renda adentraram as fronteiras do mercado de trabalho, como também aquelas

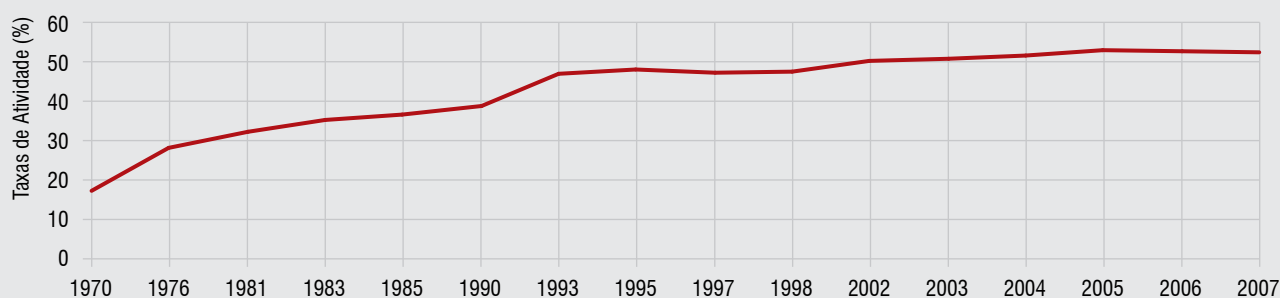


Gráfico 1
Taxas de atividade global das mulheres de 10 anos e mais – Brasil – 1970-2007

Fonte: IBGE-PNAD.

Nota: A exceção das estatísticas refere-se aos anos de 1970 e 2003 e de 2005 a 2007, sendo que a série de 1976 a 2002 e o ano de 2004 foram retirados do site <http://www.fcc.org.br/mulher/>.

pertencentes aos estratos superiores. Ou seja, tanto nos estratos menos privilegiados da população, no que diz respeito à renda, quanto nos estratos médios, camadas em que se fizeram sentir com mais intensidade os efeitos do crescimento econômico com concentração de renda e das sucessivas crises econômicas, a participação das mulheres em atividades remuneradas, objetivando a complementação do orçamento doméstico, tornou-se cada vez mais necessária.

Um outro fator foi, indubitavelmente, a aceleração do processo de desenvolvimento econômico, fato que gerou o aumento dos níveis de industrialização e a rápida urbanização de algumas áreas do país, acarretando ampliação do mercado de trabalho em geral. Isso, certamente, ampliou as possibilidades de inserção das mulheres nesse mercado. Vale lembrar ainda que, durante esse período, a sociedade brasileira passou por transformações tanto de natureza econômica quanto de caráter social e demográfica que trouxeram reflexos consideráveis sobre o nível e a composição interna da força de trabalho. As taxas de crescimento econômico elevaram-se e o nível de emprego aumentou. Esses anos se distinguem, entre outras coisas, por marcar a consolidação da industrialização da economia brasileira, a modernização de seu aparato produtivo e a acentuação de sua urbanização (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996).

Vertiginosa queda da fecundidade não guarda [...] relação [...] com nenhum tipo de ação levada adiante pelo Estado brasileiro [...] fenômeno se fez presente sem que houvesse um esforço, consistente, para se implantar políticas oficiais

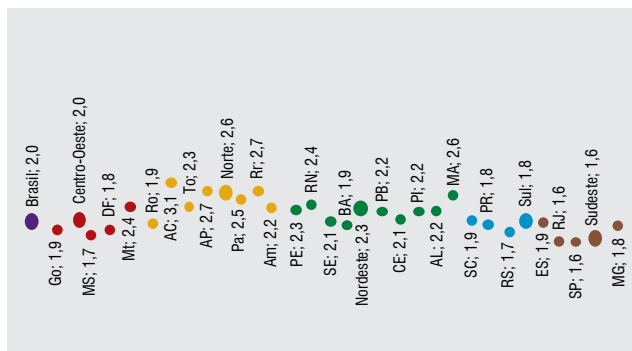


Gráfico 2
Taxas de fecundidade das grandes regiões e unidades da Federação – Brasil – 2007

Fonte: IBGE–Síntese de Indicadores Sociais 2008.

Outro fator que contribui decisivamente na explicação do fenômeno de maior participação da mulher brasileira no mercado de trabalho são as agudas transformações nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher, motivadas e intensificadas pelas lutas levadas a cabo pelos movimentos feministas e pela presença feminina cada vez mais atuante nos espaços públicos. Na conformação desse novo cenário, cria-se um ambiente mais propício para a mulher ofertar sua força de trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996).

Essas autoras lembram ainda que, paralelamente a isso, se processa uma queda da fecundidade da mulher brasileira³, diminuindo o número de filhos por mulher — o número médio de filhos por mulher apresenta um ritmo de queda impressionante no período de 1960 a 2007, passando de 6,2 para 2,0 filhos —, sobretudo nas cidades e regiões mais desenvolvidas do país, fato que, por certo, contribuiu para liberar a força de trabalho feminina para o mercado de trabalho, situação que pode ser visualizada no Gráfico 2.

³ Sabe-se que a queda da fecundidade no Brasil se inicia no findar dos anos 1960 e começo dos 1970, com a difusão dos métodos anticoncepcionais orais, e se acentua durante os anos 1980 e seguintes (BERQUÓ; OLIVEIRA, 1989). Em relação à questão da difusão dos métodos anticoncepcionais, é importante que se diga duas coisas. A primeira é que ela trouxe como consequência, de certo modo previsível e natural, a redução da natalidade. A segunda relaciona-se ao fato de que ela acabou provocando o surgimento de "novos valores" em prol de uma maior liberdade sexual, donde adveio uma nítida separação entre sexualidade e reprodução (CIOFFI, 1998).

Nesse ponto, é preciso destacar que essa vertiginosa queda da fecundidade não guarda nenhuma relação, como muitos poderiam ser levados a suspeitar, com nenhum tipo de ação levada adiante pelo Estado brasileiro. Na realidade, tal fenômeno se fez presente sem que houvesse um esforço, consistente, para se implantar políticas oficiais que visassem o planejamento familiar (CIOFFI, 1998). Ao invés disso, conforme relata Therborn (2006), assumiu, a partir de 1965, época da ditadura militar, uma postura permissiva sobre o controle da natalidade.

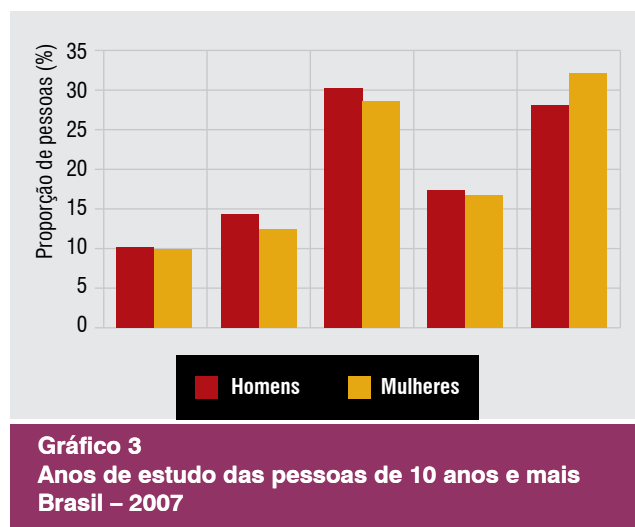
Não há como negar que esse fenômeno de redução da fecundidade assume, de uma só vez, a condição de causa e consequência da revisão dos papéis que secularmente eram exclusivamente atribuídos às mulheres. Isso se deu porque muitas mulheres, hoje em dia, em função das aspirações que possuem, por exemplo, em relação ao mercado de trabalho, optam por não ter muitos filhos. Ademais, existe toda uma pressão por redução das diferenças sociais entre homens e mulheres, situação que vem provocando uma mudança substancial na postura de alguns homens, os quais passaram a ajudar nos afazeres domésticos, bem como a desempenhar um papel mais ativo no que diz respeito ao cuidado dos filhos.

Ao passarem a ter menos filhos, as mulheres ficam, em certa medida, mais livres para ocuparem seu tempo com outros afazeres que não aqueles que lhes são historicamente atribuídos, como, por exemplo, cuidar da casa e dos filhos. Esse fato, aliado à mudança comportamental das mulheres na sociedade, fez com que elas passassem a considerar algumas alternativas de realização pessoal, diferentes daquelas que lhes foram tradicionalmente atribuídas — realização apenas como mãe e esposa. A bem da verdade, não é correto falar-se em preenchimento do tempo com alguma outra atividade por parte das mulheres, pois tal ideia traz implicitamente a falsa impressão de que, pelo fato de terem menos filhos, elas passaram a ter mais tempo livre. Essa interpretação estaria correta se, pelo fato de terem menos filhos, elas se desobrigassem das funções relacionadas ao “bem-estar do lar”. Todavia, o que se constata é que muitas dessas mulheres, ao partirem para o exercício de alguma atividade no mercado de trabalho — submetendo-se, muitas vezes, a jornadas estafantes —, continuam tendo de dar conta das tarefas domésticas.

Ao lado desses acontecimentos, verifica-se também a ocorrência de um outro fenômeno, fundamental na consolidação dos novos padrões de comportamento das mulheres em relação ao mercado de trabalho, que é a expansão de sua escolaridade. Como se sabe, nos dias atuais, há uma tendência de que as taxas de participação dos indivíduos mais escolarizados sejam mais elevadas, pois os novos postos de trabalho que vão surgindo, e mesmo os antigos, vêm exigindo maiores níveis de educação formal.

No caso específico das mulheres, tal fato vem ao encontro de suas crescentes expectativas quanto à realização na área profissional, expectativas que se fazem mais presentes à medida que se eleva seu nível de escolaridade. Cabe chamar atenção para o fato de que é exatamente esse contingente feminino que pode lançar mão da utilização de creches, escolas maternais, empregadas domésticas etc., se esta infraestrutura de apoio se fizer necessária, para permitir o exercício de atividades profissionais fora dos limites do lar (BRUSCHINI, 2000).

De uma situação de desvantagem em relação aos indivíduos do sexo oposto no quesito escolaridade, as mulheres passaram, em termos médios, a possuir credenciais educacionais mais elevadas. Em 2007, por exemplo, as proporções de homens e mulheres que contabilizavam uma trajetória escolar com 11 anos de estudo ou mais eram de, respectivamente, 28,0% e 32,0% (Gráfico 3).



Fonte: IBGE-PNAD.

Para finalizar esses comentários em relação ao crescimento da participação feminina no total da força de trabalho brasileira, resta dizer o seguinte: esse excepcional crescimento jamais poderia ter ocorrido sem que houvesse uma significativa mudança no perfil das mulheres que atualmente participam do mercado de trabalho. Observe-se que, até os anos 1970, as mulheres brasileiras que tentavam se inserir no mercado de trabalho eram, em sua grande maioria, jovens, solteiras e sem filhos. Já nos dias atuais, aquele perfil se inverteu, ou seja, agora elas são mais velhas, casadas e mães (COMIN; GUIMARÃES, 2002; HOFFMANN; LEONE, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso reiterar, mais uma vez, que uma guinada de 180° como essa que se processou no perfil das mulheres que pressionam o mercado de trabalho não teria tido espaço, fossem os elementos de natureza econômica seu determinante exclusivo. Outros fatores, conforme já se antecipou, a exemplo das mudanças nos planos valorativo, atitudinal e comportamental da sociedade em relação às mulheres, também, desempenharam um papel especialmente importante na configuração de um fenômeno com tamanha dimensão (BRUSCHINI, 1998).

Isso significa, em outros termos, que as questões de natureza econômica, tais como crise e reestruturações na esfera produtiva, funcionaram, por assim dizer, como uma espécie de catalisadores, na medida em que aceleraram o fenômeno de maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. Muito provavelmente, mesmo na ausência desses elementos originados na esfera da economia, as mulheres não deixariam de exercer o papel de trabalhadoras, procurando, paulatinamente, encontrar seu espaço no mercado de trabalho.

Nessa medida, o fenômeno de maior participação da mulher no mercado de trabalho parecia ser algo que a sociedade brasileira não poderia conter, visto que derivava de suas próprias entranhas, sendo-lhe, portanto, assim como o foi para tantas outras sociedades, um acontecimento inexorável que inescapavelmente iria compor, mais cedo ou mais tarde, seu raio de possibilidades futuras. Diante dessa contextualização, perdem

espaço, cada vez mais, as expectativas sociais que procuram vincular às mulheres o desempenho de papéis e funções, de alguma forma relacionados ao trabalho doméstico e à vida familiar.

REFERÊNCIAS

- BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, M. C. A. Família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 13., 1989, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 1989.
- BRUSCHINI, Cristina. Inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2006.
- BLAY, Eva. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978. 294 p.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria. R. A dupla face do desemprego feminino no Brasil: o emprego doméstico e as novas ocupações. *Informe PED – RMPA*, v. 9, ed. especial, p.31-34, mar.2000.
- BRUSCHINI, Cristina. A. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade. In: ABRAMO, Lais; ABREU, Alice R. P. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia Latino-Americana*. São Paulo: ALAST, 1998.
- BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Minas Gerais: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1996, v. 2, p. 483-513.
- BRUSCHINI, Cristina. *Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais*. São Paulo: FCC/DPE, 1989. mimeo.
- CIOFFI, Sylvia. Famílias metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1998. p. 1041-1070.
- COMIN, Alvaro Augusto; GUIMARÃES, Nadya Araújo. Vicissitudes do trabalho no Brasil nos anos 90: mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro-desemprego. *Series de la CEPAL: políticas sociales*, Santiago, v.2, n.60, p.11-32, sep. 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Senac, 2003.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p.35-58, maio./ago. 2004.

LAVINAS, Lena. Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. *Series de la CEPAL: políticas sociales*, Santiago, v. 1, n. 60, p.33-54, sep.2002.

LIBERATO, Vânia Cristina. A dinâmica do serviço doméstico remunerado nos anos noventa no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7, 1999, Belo Horizonte. *Anais...* Minas Gerais: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1999.

SAFFIOTI, Helieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969. 128 p.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo 1900 a 2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

WAJNMAN, Simone, RIOS-NETO, Eduardo L. G. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar. (Org.). *Trabalho e gênero no Brasil: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000.



Mulheres jornalistas: percursos e percalços

Ana Fernanda Campos de Souza*

A gramática da língua portuguesa ensina que “jornalista” é um substantivo comum de dois gêneros, ou seja, suas formas masculina e feminina são idênticas, apenas diferenciadas pela presença de um artigo, um adjetivo, um pronome. Usamos a palavra “jornalista” indistintamente, para referir-nos a ambos os sexos, e apenas a presença de um modificador determina se estamos falando de um homem ou de uma mulher.

Neste caso (como em outros, certamente), há um grande abismo entre a lição da gramática e a vida em sociedade — é o que apontam os passos iniciais de nossa pesquisa intitulada *Por uma História da Profissionalização das Mulheres Jornalistas em Salvador*, atualmente em fase de coleta de dados. Na prática, a jornalista enfrentou e enfrenta uma variedade de desafios, que não diferem tanto daqueles enfrentados por mulheres exercendo outras profissões e são absolutamente desconhecidos de seus colegas de profissão do sexo masculino.

Nosso objetivo geral com a referida pesquisa é investigar como se deu a profissionalização das mulheres jornalistas na cidade de Salvador. A perspectiva adotada é a dos Estudos Feministas, com foco nas reflexões que articulam gênero e ciências e gênero e mercado de trabalho. A pesquisa é desenvolvida no contexto da linha de pesquisa Cultura e Identidade do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, e conta com a orientação da Prof^a Dr^a Linda Rubim.

* Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisadora do Grupo de Pesquisa Miradas Femininas. anafernandas@gmail.com

Outros objetivos da nossa pesquisa são: descrever o cenário da imprensa na capital baiana na segunda metade do século passado; traçar um perfil das mulheres que atuaram como jornalistas profissionais em Salvador entre 1950 e 2000, com resgate de perfis singulares de algumas delas, e identificar as trajetórias sociais percorridas no caminho de sua profissionalização como jornalistas. Adotamos como procedimentos metodológicos, para a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e as entrevistas.

Neste artigo, registramos alguns dados que já levantamos a respeito da presença das mulheres no mercado de trabalho do jornalismo. Esperamos ainda tecer algumas reflexões a respeito de tais elementos, a partir da perspectiva dos Estudos Feministas.

DA PRIMEIRA ONDA AO ANO 2000¹

Em fins do século XVIII e início do século XIX, os Estados Unidos da América e a Europa foram sacudidos pelas revoluções burguesas que colocaram abaixo o regime feudal. Os ideais democráticos de liberdade, igualdade e fraternidade, que inspiraram as revoluções, inspiraram igualmente as mulheres que atuaram durante esta que ficou conhecida como a primeira grande onda de atividade feminista — compreensivelmente conhecida também pelo nome de movimento sufragista, já que o direito ao voto era a principal bandeira.

As mulheres esperavam poder votar, para escolher uma legislação que corrigisse as injustiças cometidas contra elas, que apenas aumentaram com a emergência do capitalismo e do industrialismo. A despeito de também serem subordinadas durante a sociedade feudal, naquela época o trabalho da mulher era uma necessidade econômica, e a dependência da família quanto a sua contribuição dava-lhe relativa força e poder de barganha. Quando o trabalho passou a ser compreendido como uma atividade realizada por homens fora de casa e em troca de um salário, o trabalho doméstico das mulheres decresceu em valor.

Ao lado do voto [...] o direito à instrução e ao exercício de uma profissão fora do lar também se tornou um tema relevante durante a primeira onda do feminismo

Apesar disso, algumas mulheres já trabalhavam, sendo mantidas sem qualificação profissional pelas associações de trabalhadores e pelos sindicatos, e limitadas aos mais baixos níveis no mercado de trabalho. O trabalho fora do lar era inevitável para as mulheres pobres, qualquer que fosse seu estado civil, que tinham de administrar a necessidade do ganha-pão com a moral da época, que punha sob suspeita as mulheres que circulavam pelo espaço público. Para as mulheres da elite, a situação era diferente (o que não quer dizer que fosse melhor): reclusão ao espaço privado e dependência financeira dos maridos.

Ao lado do voto, portanto, o direito à instrução e ao exercício de uma profissão fora do lar também se tornou um tema relevante durante a primeira onda do feminismo. Harriet Taylor era uma das mulheres para quem o direito ao voto não era suficiente. Para garantir equilíbrio no relacionamento entre homem e mulher no lar, era preciso garantir o direito delas de participar no mercado livre do capitalismo:

[...] a woman who contributes materially to the support of the family, cannot be treated in the same contemptuously tyrannical manner as one who, however she may toil as a domestic drudge, is a dependent on the man for subsistence (TAYLOR, 1851)².

Apesar dos esforços de Taylor e das outras feministas da primeira onda, só a partir da década de 60 do século

¹ O panorama histórico que se segue foi construído a partir de Nye (1995).

² “Uma mulher que contribui financeiramente para a manutenção de sua família não pode ser tratada da mesma maneira tirânica que outra que, embora na labuta doméstica como um burro de carga, é dependente do homem para a sua subsistência.” (TAYLOR, 1851, tradução nossa).

XX o trabalho feminino deixou de ser encarado como algo vergonhoso para ser considerado como um valor. Em 1963 Betty Friedan (1971) denunciou, em *Mística Feminina*, o mal-estar, isolamento e vazio existencial das donas de casa dos subúrbios estadunidenses. Neste país, em 1970, 80% das mulheres brancas consideravam “muito preferível” que a mulher permanecesse em casa, enquanto os homens cuidavam do sustento da família. Sete anos depois, esta era a opinião de 50% delas (LIPOVESTKY, 2000). A aceitação do trabalho feminino foi aumentando, amparada, é claro, pelo crescimento da oferta e por uma demanda crescente pela entrada de mulheres no mercado de trabalho, principalmente porque a mão de obra feminina desempenhava o mesmo trabalho do homem por uma remuneração menor. Gradativamente, o trabalho das mulheres passa a gozar de “[...] uma legitimidade sem precedentes [...]”, nas palavras de Lipovetsky (2000, p. 219).

A legitimação do trabalho feminino, a partir da década de 1960, acompanhada do acesso das mulheres à profissionalização, é contemporânea à criação dos primeiros cursos superiores de jornalismo no Brasil. Entre as décadas de 1980 e 1990, dados do Ministério do Trabalho apontam para um crescimento significativo no número de mulheres jornalistas com carteira assinada.

Os números indicam que o desenvolvimento do jornalismo no Brasil é simultâneo à ocupação do mercado de trabalho pelas mulheres. Nas palavras de Nelson Sato, “[...] o crescimento do setor é consequência do crescimento dos postos de trabalho para mulheres” (NARDELLI; SANT’ANNA, 2002, p. 87).

Dados do Ministério do Trabalho (NARDELLI; SANT’ANNA, 2002) apontam que, no ano 2000, o Brasil contava com

40 mil profissionais de jornalismo, e a estimativa é que metade deles fosse do sexo feminino. Em 1996, essa proporção era de quatro mulheres para cada dez homens. No Distrito Federal, que em 2000 tinha a maior concentração per capita de jornalistas, equivalente a um profissional para cada 400 habitantes, uma pesquisa do Sindicato dos Jornalistas constatou uma divisão de 55% de homens e 45% de mulheres (NARDELLI; SANT’ANNA, 2002, p. 87).

Esta mesma pesquisa informa que as mulheres jornalistas estão mais concentradas na imprensa escrita (40,3%) e nas atividades denominadas extra-redação — como as empresas de assessoria, produtoras e consultorias (39,2%). A mídia eletrônica (emissoras de rádio e TV) é a que menos absorve mulheres (duas entre cada dez), mas é o setor em que se verifica a maior disputa pelo mercado entre os sexos: 46,65% para mulheres e 53,35% para os homens.

A profissão de jornalista apenas pode ser exercida no Brasil por quem tenha concluído o curso superior de jornalismo, mas na prática nem todo profissional de imprensa passou pela faculdade. Em 2000, o número de mulheres jornalistas com curso superior era maior do que o de homens: 73,19% delas possuíam o diploma, contra 53,1% deles. Em Brasília, o número de mulheres jornalistas com nível superior chegava a 89% em 2000. O dado pode ser associado ao fenômeno da maior escolarização da mulher no Brasil, mas a explicação mais

No ano 2000, o Brasil contava com 40 mil profissionais de jornalismo, e a estimativa é que metade deles fosse do sexo feminino. Em 1996, essa proporção era de quatro mulheres para cada dez homens

Tabela 1
Taxa de crescimento da participação de homens e mulheres trabalhando como jornalistas com carteira assinada

	1986	1999	Crescimento
Homens	11.352	11.389	0,33%
Mulheres	6.176	8.693	40,75%
Total	17.528	19.944	13,78%

Fonte: NARDELLI, SANT’ANNA (2002).

relacionada especificamente ao campo do jornalismo é o fato de que eles estão a mais tempo exercendo a profissão. No Brasil a formação superior apenas se tornou obrigatória em 1967. Como as mulheres ingressaram nas redações em um momento posterior, já entraram com a exigência de serem formadas em curso universitário (NARDELLI; SANT'ANNA, 2002).

Ainda que represente uma parcela significativa dos profissionais de imprensa no país e com mais anos de estudo, a mulher jornalista não goza da mesma média salarial de seus colegas de profissão. A mesma pesquisa do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal constatou que, em 2000, a média salarial da jornalista era 5,09% inferior à de seus colegas de profissão: US\$ 1.072 para elas, US\$ 1.129 para eles. Em Brasília, no ano 2000, 5% das mulheres e 4% dos homens estavam concentrados na base da pirâmide salarial, recebendo US\$ 450. No topo da pirâmide, a situação era oposta: 25% dos homens e 20% das mulheres concentravam-se na faixa dos que recebiam US\$ 3 mil de remuneração.

Segundo o economista Nelson Sato (NARDELLI; SANT'ANNA, 2002), não há diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função nas médias e grandes redações, que são empresas com planos de cargos e salários. A explicação para a diferença é que há um número maior de homens ocupando os cargos de diretor, chefes e secretários de redação, o que puxa a média salarial masculina para cima. O motivo

para haver mais homens do que mulheres no topo da pirâmide hierárquica da profissão é questão que ainda precisa ser estudada.

O respeito à carga horária estabelecida em lei é outro ponto que distingue a prática profissional de mulheres e homens jornalistas. Ainda tomando a pesquisa do Sindicato de Jornalistas de Brasília como fonte, em 2000, 68% das jornalistas trabalhavam mais de sete horas por dia, enquanto a lei determina uma carga horária diária de cinco. Entre os homens, 58% têm uma carga horária superior à determinada por lei.

Há, ainda, outros percalços no caminho das mulheres jornalistas:

[...] a jornalista mulher sofre, inclusive, discriminações quanto ao conteúdo das reportagens. Temas considerados de maior complexidade ou que potencialmente terão maior impacto na opinião pública são canalizados, numa forma de privilégios, aos jornalistas do sexo masculino. A estética, principalmente na televisão, é outra forma de segregação. Mulheres negras, gordas, ou mulheres tidas como feias, que não atendam ao *standard* anglo-caucasiano, não encontram tanta oportunidade de trabalho como repórteres em emissoras de TV quanto àquelas que atendem aos padrões de estética machistamente estabelecidos (NARDELLI; SANT'ANNA, 2002, p. 13).

PERSISTE O ESSENCIALISMO

As mulheres que trabalham com a informação são em grande número. Temos uma grande presença do feminino. Essa presença não pode ser apenas quantitativa, mas também qualitativa na criação de novas relações, na forma de agir em rede (NARDELLI; SANT'ANNA, 2002, p. 23).

A fala é da então senadora pelo estado do Acre, Marina Silva, na abertura da I Conferência Latino-Americana de Mulheres Jornalistas, realizada em 2001, em Brasília.

Marina Silva, certamente, dá voz a um anseio coletivo legítimo — o da humanização das relações. Chamamos

Em 2000, 68% das jornalistas trabalhavam mais de sete horas por dia, enquanto a lei determina uma carga horária diária de cinco. Entre os homens, 58% têm uma carga horária superior à determinada por lei

A crença de que as mulheres jornalistas seriam os agentes naturais de uma mudança para a melhoria da qualidade dos meios de comunicação não encontra correspondência na realidade

a atenção aqui para a crença, subjacente a esta fala, de que sejam as mulheres os seres humanos naturalmente mais apropriados para liderar a realização deste desejo. No evento citado, embora se referindo à própria atividade e não à de jornalista, a opinião da deputada distrital Maria José Maninha vai na mesma direção:

[...] nas instâncias de poder, embora minoria, nos revelamos honestas e eficientes no trato da coisa pública, além de *mais sensíveis* diante das questões sociais (NARDELLI; SANT'ANNA, 2002, p. 31, grifo nosso).

A julgar pelas denúncias levadas a cabo pelos movimentos feministas e de mulheres a respeito do alto teor de androcentrismo detectado no conteúdo veiculado pelos meios de comunicação, a crença de que as mulheres jornalistas seriam os agentes naturais de uma mudança para a melhoria da qualidade dos meios de comunicação não encontra correspondência na realidade. E à luz da crítica feminista, não há motivo para ser diferente. Cuidado com as relações, sensibilidade e demais características tomadas como atitudes tipicamente de mulheres são, em verdade, socialmente construídas.

Não há indícios de que as reportagens produzidas por mulheres jornalistas levam em conta as demandas e os anseios das mulheres. Uma pesquisa conduzida por Débora Diniz e Paula Damasceno, cujos resultados foram apresentados no evento supracitado, ilustra bem esta realidade. O trabalho analisou a cobertura dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e

O Globo, a respeito dos temas aborto e novas tecnologias reprodutivas, entre 1994 e 1999. Das quase 1.000 matérias publicadas, 124 haviam sido produzidas por mulheres. Deste total, 75% das matérias não associam o tema às mulheres (no sentido de considerar a saúde, os direitos e os interesses fundamentais das mulheres como questão prioritária) (NARDELLI; SANT'ANNA, 2002).

A ideia, explicitada nas falas de Silva e Maninha, de que as mulheres teriam uma natureza diferenciada da dos homens, mais sensível e orientada para os relacionamentos, chama-se essencialismo e já era questionada pelas feministas de primeira onda (NARDELLI; SANT'ANNA, 2002). “Os homens não veem qualquer tipo de utilidade geral em estimular o êxito das mulheres nessa carreira” (NYE, 1995, p. 21), escreveu Madame de Stäel em 1796, em denúncia contra a socialização recebida pelas mulheres. Embora fizesse eco ao pensamento tradicional, atribuindo em parte a situação das mulheres a sua natureza feminina, Stäel abriu caminho para outras feministas que se utilizaram da lógica das Revoluções Burguesas para tentar modificar a situação das mulheres (NYE, 1995).

Mary Wollstonecraft, em seu *Vindication of the Rights of Women*, concordava com Rousseau e Stäel ao reconhecer a incompetência política das mulheres. A diferença é que atribuída esta incompetência não à natureza, mas à forma como as mulheres são educadas.

Quando mesmo, felizmente, houvesse igualdade, seria preciso lançar sobre os homens a causa da má conduta das mulheres, pois que nos tem roubado as vantagens da educação, que nos teria posto em estado de obrar melhor (FLORESTA, 1989, p. 56).

A denúncia do caráter socialmente construído das diferenças entre os sexos não parou aí. Simone de Beauvoir, uma das inspiradoras da segunda onda do movimento feminista, que se deu na década de 60 do século XX, tornou célebre a frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Em sua obra *O Segundo Sexo*, publicada em 1949, embora situe na maternidade uma das causas da opressiva situação da mulher (gestar, dar à luz e cuidar dos filhos faz com que as mulheres encarem a si mesmas como presas da natureza e as incapacita de trabalhar continuamente), ela se coloca ao lado de Wollstonecraft,

ao relatar os defeitos femininos, atribuindo-os não a uma natureza essencial feminina, mas à socialização recebida por meninas e mulheres.

Quando, a partir da segunda onda, as feministas ocuparam as universidades como um espaço de militância, a denúncia da socialização ganhou formulação teórica. A historiadora estadunidense Joan Scott (1990) revisou as tentativas de teorização de outras pesquisadoras de mulheres e formulou a categoria gênero. Decorre daí sua formulação:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas estão ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990, p. 14).

A primeira parte da definição de gênero proposta por Scott (1990) está dividida em quatro subpartes: os símbolos e mitos culturalmente disponíveis, os conceitos normativos, as instituições e organizações sociais e a identidade subjetiva.

O primeiro desses elementos diz respeito às representações simbólicas invocadas socialmente, suas modalidades e contextos, enquanto os conceitos normativos explicitados na diversidade de doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas têm a função de

Quando, a partir da segunda onda, as feministas ocuparam as universidades como um espaço de militância, a denúncia da socialização ganhou formulação teórica

Estudar as relações de gênero em uma sociedade dada não significa (apenas) deter-se nos papéis desempenhados por homens e mulheres, mas em compreender os sentidos que tais papéis assumem

interpretar tais símbolos culturalmente disponíveis. Tais conceitos não são fixos, mas frutos de disputas sociais que devem ser postas em evidência pelo pesquisador.

O olhar para o terceiro elemento, as instituições e organizações sociais, é importante por proporcionar o uso do conceito de gênero para além dos sistemas de parentesco, incluindo espaços como o mercado de trabalho, o sistema político e a educação. Por fim, a atenção à construção da identidade subjetiva, que pode partir das teorizações da psicanálise, desde que trabalhadas “[...] de maneira mais histórica [...]” (SCOTT, 1990, p. 15). Para a autora citada, a pretensão de universalidade da psicanálise é um obstáculo a seu uso pela História.

Embora não operem simultaneamente, os quatro elementos estão relacionados entre si e devem ser igualmente levados em conta na análise. Julgamos que tal modelo foi um passo na direção de uma perspectiva que não se prende à dicotomia entre os paradigmas estruturalista e pós-estruturalista, mas leva em conta tanto as instituições quanto os sentidos atribuídos pelos indivíduos. Para Scott (1990), este modelo pode ser aplicado tanto à análise de gênero quanto de raça/etnia ou de classe social.

A especificidade da definição de Scott (1990) estaria, na opinião da própria autora, em sua segunda metade: gênero como uma primeira maneira de significar as relações de poder. Depreendemos daí que estudar as

relações de gênero em uma sociedade dada não significa (apenas) deter-se nos papéis desempenhados por homens e mulheres, mas em compreender os sentidos que tais papéis assumem.

Tais sentidos estariam ancorados na percepção das diferenças biológicas entre homens e mulheres, origem primeira da divisão sexual do trabalho, procriação e reprodução, e seriam estendidos à percepção e à organização de todos os outros campos sociais.

Na medida em que estas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial às fontes materiais e simbólicas) [...] o gênero torna-se envolvido na concepção e na construção do poder em si mesmo (SCOTT, 1990, p. 16).

Se as diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas, acreditar que a presença de mulheres no jornalismo pode fazer alguma diferença para melhor ou para pior no exercício da profissão traduz um pensamento essencialista. A perspectiva de nossa pesquisa é a da crítica feminista: dar visibilidade à presença e às especificidades das mulheres na profissão. O desenvolvimento de um jornalismo de mais qualidade, com informações que atendam os propósitos da mais

valorização e respeito dos Direitos Humanos da mulher se dará via mudança de cultura e desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à questão. É com isso que pretendemos contribuir com nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d].
- FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher – permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- NARDELLI, Elizabeth; SANT'ANNA, Francisco. *Mulher e Imprensa na América Latina*. Brasília: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; UNESCO, 2002.
- NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1995.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- TAYLOR, Harriet. *The Enfranchisement Woman*. 1851. Disponível em: <http://www.pinn.net/~sunshine/book-sum/ht_mill3.html>. Acesso em: 13 mar. 2009.

A economia das políticas de habitação e a luta dos movimentos sociais por moradia: o espaço ocupado pelas mulheres na busca pela cidadania

Renato Macedo Filho*
Fabiane Alves Regino**
Bruno Mota Lopes***

Um dos problemas sociais graves que afligem uma grande parte das famílias brasileiras, especialmente as mulheres, é a falta de moradia. Isso pode, por um lado, ser explicado pelo crescimento da população nas áreas periféricas urbanas, que vem superando a das zonas centrais. Tal aspecto exerce forte pressão sobre a infraestrutura econômica, social e principalmente habitacional, um impacto decisivo na dinâmica urbana. Essa questão influencia diretamente as condições e a qualidade de vida da população, configurando, nesse cenário, “[...] as desigualdades, a pobreza e as mobilizações políticas e sociais” (CARVALHO; ALMEIDA; AZEVEDO, 2001, p. 90).

Essa escassez ou crise de moradia, atribuída não somente ao crescimento da população urbana, mas, principalmente, ao processo migratório de famílias inteiras para as grandes cidades, vem necessitando de olhares multidisciplinares, já que não pode ser entendida como um fenômeno isolado. Ela faz parte da situação crítica das grandes cidades, no contexto das atuais transformações econômicas, imersas em um ideário de Estado mínimo, que trazem em seu bojo a ameaça e o declínio de postos de trabalho, a fragmentação e a precarização do emprego, desníveis e exclusão social, e atingem as condições de vida em todos os seus aspectos.

* Doutorando em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); mestre em Economia Doméstica (Economia Familiar) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). natomacedo@yahoo.com.br

** Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); professora assistente da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). famestrado@yahoo.com.br

*** Especializando em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental e graduado em Economia pela Universidade Salvador (Unifacs); tutor da disciplina Conjuntura Econômica na Unifacs. bruno.mota929@gmail.com





Os efeitos dessa crise, combinados a interesses empresariais privados e políticas clientelistas, são visíveis no crescimento das invasões e de moradores/as de rua, no inchamento das favelas, na multiplicação dos loteamentos periféricos ilegais ou irregulares e no surgimento, nas grandes cidades, dos Movimentos Sem Teto.

Esse movimento tem como protagonistas as mulheres, as quais, no contexto de ajustamento econômico, são fortemente atingidas, na condição de mães, gestoras da família, trabalhadoras da comunidade e produtoras de bens e serviços. Suas participações se dão ativamente em todos os âmbitos do movimento, reivindica políticas públicas adequadas e denuncia políticas econômicas que privilegiam setores mais abastados da população, em detrimento das camadas mais carentes, e mostram que as mulheres pobres têm maiores dificuldades de acesso à habitação e aos serviços do que os homens do mesmo extrato socioeconômico, pois vivenciam problemas como: salários mais baixos; dificuldades de oferecer garantias ou comprovação de renda para obtenção de empréstimos; maior dificuldade em apresentar a documentação legal exigida pelos programas

oficiais de moradia; pouco contato com as instituições financiadoras; vulnerabilidade econômica e dependência legal e social, entre outros. Por fim, apontamos como importantes estes novos movimentos sociais, no que diz respeito às demandas da população, mas também pela visibilidade dada às atrizes desse cenário público: as mulheres.

As mulheres, [...] no contexto de ajustamento econômico, são fortemente atingidas, na condição de mães, gestoras da família, trabalhadoras da comunidade e produtoras de bens e serviços

DÉFICIT DE MORADIA E MOVIMENTO SEM TETO DE SALVADOR

No Brasil, o Movimento Sem Teto torna-se mais visível no final da década de 1990. Com a finalidade de combater, ao lado dos marginalizados urbanos, a lógica dos centros brasileiros, onde sobram terras e prédios, porém faltam moradias. Em geral, as famílias sem-teto não têm acesso aos seus direitos, representadas como que os avessos da cidadania, muitas vezes sem emprego, moradia, alimentação, saúde, lazer e cultura. Enfrentam a indiferença, o preconceito, a violência policial e estão excluídas das decisões políticas que determinam os rumos da vida social.

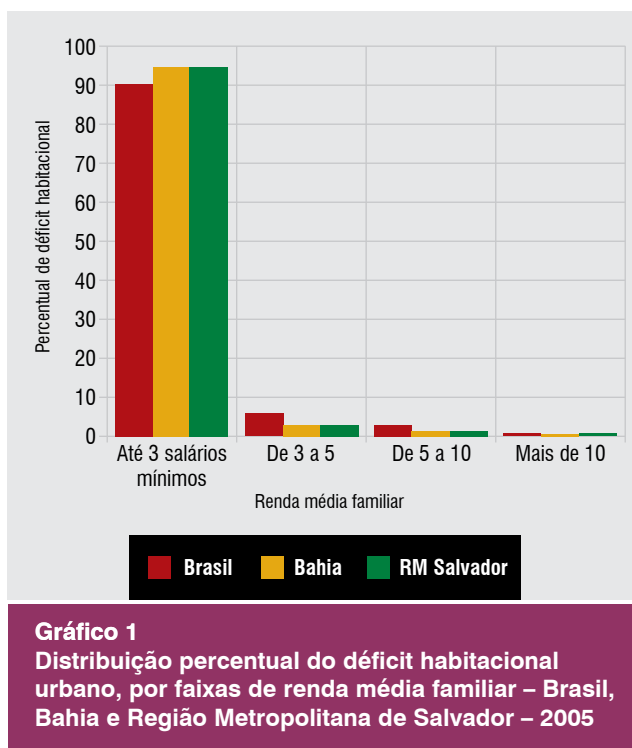
Essas informações são corroboradas por dados oficiais de institutos de pesquisas e do governo federal, que revelam um déficit habitacional¹ no Brasil que ultrapassa 7,9 milhões, incluindo a zona rural e urbana no ano de 2006; destes, mais de 6,4 milhões referem-se ao déficit urbano (IBGE, 2006; SEHAB, 2007; SEPLAM, 2002).

Na Bahia a situação não é diferente. Segundo dados de 2006 da Fundação João Pinheiro, o estado possui um déficit habitacional de 657 mil unidades, e Salvador abarca 100 mil desse total (SEHAB, 2007). Ao relacionar a distribuição percentual do déficit habitacional por faixas de renda média familiar mensal (salários mínimos), os institutos de pesquisa apontam o seguinte panorama da população brasileira, do estado da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador (Gráfico 1):

O Gráfico 1 apresenta dados percentuais dos problemas ligados à incapacidade do mercado imobiliário de atender às demandas de moradia da população de baixa renda no Brasil, pois este mercado possui o foco direcionado para as classes média e alta. Além disso, existe a insuficiência de políticas públicas para suprir o déficit habitacional de grande parte da população brasileira e baiana, que possui renda

inferior a três salários mínimos. Estes dados evidenciam uma política habitacional no estado da Bahia, principalmente na cidade de Salvador, fragmentada, com ações pontuais, que apenas contribuem para acelerar a pobreza na capital, e a falta de solução para o problema de moradia da população pobre, que encontra, nas ocupações de terrenos e imóveis, a alternativa mais imediata.

Nesse cenário, o Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS) passa a ser uma alternativa para a população desprovida das condições de habitação, já que um dos objetivos do movimento é combater essa lógica capitalista de produção de miséria nos centros urbanos. Dentre suas estratégias estão: ocupação de terras e terrenos urbanos ociosos, prédios abandonados e trabalho de organização popular para pressionar os gestores públicos. Assim, as famílias envolvidas resistem contra a pobreza, entendida pela maioria como natural e imutável, buscando diminuir as desigualdades sociais aguçadas pela concentração de riqueza e de terra nas mãos de poucos, para começar a construir a cidadania.



Fonte: Fundação João Pinheiro (2006), IBGE (2006), PNAD (2006).

¹ Os componentes oficiais do déficit habitacional são: habitação precária, coabitação familiar e ônus excessivo com aluguel (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006; IBGE, 2006).

As discussões sobre os movimentos sociais geram inúmeros elementos que servem [...] para se refletir sobre a participação das mulheres envolvidas nesse processo

MULHERES EM MOVIMENTO E NO MOVIMENTO SEM TETO DE SALVADOR

As discussões sobre os movimentos sociais geram inúmeros elementos que servem de instrumentos para se refletir sobre a participação das mulheres envolvidas nesse processo. Estes elementos podem ser identificados a partir de uma perspectiva de gênero², ou seja, por meio das análises das relações de poder que envolvem homens e mulheres no interior dos movimentos, instância em que também se reproduz uma organização sexual da sociedade, em que as mulheres permanecem representando a esfera do privado, excluídas do âmbito público e do poder político. Essas relações de gênero, reproduzidas na sociedade contemporânea, são oriundas de um modelo patriarcal, em que se destina aos homens a posição de chefe da família no âmbito privado, posição que transpassa o âmbito público, tornando-o “proprietário” da autoridade junto ao grupo.

Isso pode ser percebido nas diversas práticas e atividades cotidianas dos movimentos, na medida em que existe uma concepção muito limitada sobre os papéis que mulheres e homens exercem no interior dos movimentos; ou seja, na maioria das vezes, as mulheres são consideradas como mais uma força de trabalho e mão de obra e não como atrizes sociais e políticas, cabendo esse mérito somente aos homens. Embora as responsabilidades dessas mulheres estejam mais centralizadas no âmbito

do doméstico, algumas também exercem a função de líderes nos movimentos e esse fato gera tensão nas relações familiares, já que sua posição na rede de poderes passa a ser transformada (SOUZA-LOBO, 1991).

Tal fato, percebido na dinâmica cotidiana dos movimentos, reforça a concepção de que o grupo, no interior desses movimentos, não é homogêneo, assexuado e sem cor. Nesse sentido, quando se trata de movimentos sociais urbanos e de moradia, deve-se levar em conta também, como aspecto central para compreender o fenômeno, a condição de pobreza do ponto de vista das classes sociais, do gênero e da raça/etnia, já que a maioria das pessoas envolvidas nesses movimentos são mulheres, pobres e negras. Em verdade, as pessoas são percebidas de maneiras diferentes e, no caso das mulheres, isto se encontra bem definido, com papéis e valores que omitem a participação e menosprezam a força, as conquistas, e o protagonismo feminino (COSTA, 1998).

Sendo assim, estudos sobre a participação das mulheres na esfera pública, em movimentos sociais, tornam-se fundamentais para a compreensão das novas formas de organização da sociedade, pois, na medida em que as mulheres passam a participar de um movimento, tem início um processo de rompimento com sua condição de invisibilidade pública (isso se diferencia entre as mulheres brancas e negras). (CELI PINTO, 1992).

Souza-Lobo (1991, p. 263), ao estudar o movimento de mulheres e a representação política no Brasil, busca “[...]”

Estudos sobre a participação das mulheres na esfera pública, em movimentos sociais, tornam-se fundamentais para a compreensão das novas formas de organização da sociedade

² Entendida como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1991, p.164)

analisar as relações existentes entre as diversas formas de participação das mulheres nos movimentos sociais e as modalidades de sua representação política”, reduzindo a imensa lacuna deixada pelos/as pesquisadores/as sobre essa temática. Ou seja, nesse estudo torna-se possível questionar o significado atribuído ao engajamento das mulheres em diferentes movimentos sociais, durante as décadas de 1970 e 1980, observando o papel dessas mulheres na vida pública e privada.

A autora mostra que, nos movimentos sociais, as mulheres participam articulando práticas da vida privada nos âmbitos públicos e, na medida em que realizam essas articulações, rompem, não facilmente, com os modelos tradicionais vividos na esfera doméstica e na forma de fazer política, como podemos perceber no depoimento a seguir:

“O fato da mulher casada chegar no movimento, a tendência é elas avançarem cada vez mais, e terem uma ação mais aguerrida e se destacarem. Não significa que dentro de casa a relação melhorou. Uma liderança, por exemplo, que tem destaque dentro do movimento, passa por essa situação, quando ela chega em casa, o fato dela estar destacando mais, incomoda o marido, porque isso mexe com a relação dentro de casa, porque se antes ela ouvia ele dizer pare e ela parava, hoje ele diz pare e ela questiona porque parar?” (DEPOIMENTO DE UMA COORDENADORA DO MSTS).

A adesão das mulheres a movimentos sociais, como o MSTS, pode ser considerada “[...] como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público” (CELI PINTO, 1992, p.131) e envolve rupturas para a construção de uma identidade pública, colocando essas mulheres diante de novas relações sociais e de poder “[...] e conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança” (SANTOS, 2007, p.246). Nesse caso, é fundamental entender de que forma essas mulheres estão sendo representadas e se esta representação está garantindo seus interesses, já que as demandas e interesses são “plurais e complexos” e devem ser pensados no contexto em que acontece a experiência participativa (CELI PINTO, 1992; FRASER, 2002; SANTOS, 2007).

Especificamente no Brasil, as décadas de 1970 e 1980, em que ocorrem acontecimentos políticos e econômicos,

tais como a luta pela redemocratização, o fim do regime autoritário, a alta da inflação, a instabilidade econômica e o aumento da pobreza, constituem um rico período para a elaboração de estudos sobre a participação das mulheres em movimentos sociais. É neste contexto que a participação das mulheres apresenta-se como uma força social que constitui novas formas de mobilização em diferentes âmbitos da sociedade, tais como nas lutas por creches, contra a elevação do custo de vida (também organizado em Salvador), contra o desemprego, a melhoria das condições de saúde e transportes, o acesso a moradia, entre outras (COSTA, 1998; DOIMO, 1995; JELIN, 1985). No caso das mulheres, o movimento feminista contribui para a reavaliação do processo hierárquico existente entre os gêneros e politiza um pouco mais as questões do âmbito doméstico em meio às questões políticas do período (COSTA, 1998; DOIMO, 1995; GOSS; PRUDÊNCIO, 2004).

Esses períodos são marcados pela emergência dos chamados Novos Movimentos Sociais, que têm a participação ativa das mulheres em diversos movimentos reivindicatórios, constituídos ao redor de exclusões específicas, como os sem teto, os sem terra etc. (CARVALHO; LANIADO, 1990; CELI PINTO, 1992). Tais movimentos, que ganham a cena política ao longo das décadas de 1970 e 1980, têm como principais características suas bases essencialmente populares, com reivindicações de caráter mais imediatistas, cujas formas e procedimentos embasam-se em ações de confronto com o Estado, como as ocupações de terras ociosas em Salvador.

No Brasil, as décadas de 1970 e 1980, em que ocorrem acontecimentos políticos e econômicos [...] constituem um rico período para a elaboração de estudos sobre a participação das mulheres em movimentos sociais

Os novos movimentos sociais deste decênio deslocam o foco das reivindicações ligadas às questões de infraestrutura [...] para as questões de sobrevivência física das pessoas [...] e para o plano moral

Os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, face aos limites institucionais do regime militar, são constituídos com a participação de trabalhadores/as precários/as, de donas de casa, negros/as, pobres e favelados/as e tinham como base a esfera da reprodução, já que a luta pela obtenção de bens e serviços é necessária para suprir as necessidades provenientes desta esfera e garantir a democratização das relações sociais e de cidadania. Nesse caso, a participação das mulheres nessas lutas exige-lhes um alinhamento às reivindicações e demandas da esfera de reprodução e a busca de abertura de novos espaços para a prática política (SOUZA-LOBO, 1991; CARVALHO; LANIADO, 1990; DOIMO, 1995; SANTOS, 2007).

Na década de 1990, os estudos sobre a ação política das mulheres e sua participação em movimentos (urbanos e reivindicatórios) ainda são escassos, tendo em vista a imensidão e importância do fenômeno. Apesar disto, algumas análises desse período já incluem a perspectiva de gênero, que passa a despertar maior interesse por parte dos/as produtores/as acadêmicos/as. Os novos movimentos sociais deste decênio deslocam o foco das reivindicações ligadas às questões de infraestrutura (transportes, moradia, saúde etc.) para as questões de sobrevivência física das pessoas (acesso a alimentos e a terra) e para o plano moral (ausência da ética na política e agressão a valores da sociedade, que levam os movimentos sociais de base pluralista à articulação em torno da problemática de raça, idade, gênero etc.) (GOHN, 1997; GOSS; PRUDENCIO, 2004; SANTOS, 2007).

O mesmo acontece em Salvador nesse mesmo período, nas lutas por moradia e no processo de organização desse movimento. Os dados sobre essas ações coletivas, entretanto, também insuficientes, seja por motivos de refluxo do movimento, que perde o caráter articulado e organizado das décadas anteriores, ou ainda, como afirma Gohn (1997), as ações coletivas de *ocupar*, *reivindicar* e *resistir* já não são mais as principais formas utilizadas pelos movimentos de luta por moradia nas grandes cidades. Neste sentido, difere do movimento sem teto de hoje, que parece retornar às práticas anteriores, com o lema *organizar*, *ocupar* e *resistir*.

Sendo assim, o que se percebe nas discussões sobre os “novos” movimentos sociais, principalmente os contemporâneos, é a nova forma de fazer política imbricada ao processo de politização de novos temas, como gênero, raça e geração, buscando dar visibilidade às diferentes pessoas que constituem as relações sociais dentro dos movimentos, sejam elas mulheres ou homens, envolvidas e exercendo papéis diferentes no público, não menos importantes quando comparadas umas às outras.

MULHERES E CIDADANIA: À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta parte do texto é relacionar a concepção de cidadania com o processo de conquista desta condição pelas mulheres engajadas em movimentos, especificamente no MSTs, em Salvador, considerando que a cidadania tem sido uma das formas de entender o papel dos movimentos sociais e das personagens, como as mulheres, inseridas nestas ações coletivas. Para isso é necessário resgatar a relação existente entre a participação e a construção do conceito de cidadania.

O processo de conquista da cidadania pelas mulheres foi e vem sendo árduo, principalmente se considerar a base em que é construído o termo, ou seja, sob os moldes do pensamento liberal e a égide do modelo masculino de dominação patriarcal, que se perpetua ao longo dos tempos. A cidadania construída sob esses moldes acentua a diferença entre homens e mulheres e, do ponto de vista político, entre a liberdade e a sujeição, respectivamente, em que as

mulheres são relegadas a exercer a cidadania a partir do modelo masculino. A categoria cidadania, elaborada sob os moldes do pensamento liberal, é adotada como cidadania universal, tipicamente masculina, que exclui as mulheres e não considera a condição de sujeição e opressão a elas imposta (COSTA, 1998; PATEMAN, 1993).

Dessa forma, a sociedade patriarcal e liberal impõe limites às conquistas das mulheres, impedindo-as de exercer a cidadania plena, excluindo-as do público e definindo o privado como o lugar natural da mulher, já que a cidadania é uma categoria patriarcal, em que “[...] aquilo que um ‘cidadão’ é, aquilo que faz e a arena onde atua, foram construídos à imagem masculina” (PATEMAN, 1993, p.109). Sendo assim, a esfera pública é um âmbito em que se constituem — embora com algumas conquistas para as mulheres — as diversas formas de desigualdades, sejam elas de classe, raça ou gênero, em que as relações de poder, de sujeições e opressões encontram-se presentes como se fossem “naturalmente” construídas (ÁVILA, 2001; COSTA, 1998).

Na concepção liberal de cidadania, discutida por Mary Dietz (2001, p. 7), as necessidades e capacidades dos indivíduos são concebidas como “[...] independentes de qualquer condição social ou política imediata”. Desta forma, os seres humanos são entendidos como “[...] indivíduos racionais, com seu próprio valor intrínseco” (DIETZ, 2001, p. 7). Nesse sentido, consoante o princípio ético central da tradição liberal ocidental, seria dever da própria sociedade garantir a liberdade de todas as pessoas, para que possam realizar suas capacidades; ou seja, a sociedade teria a liberdade de buscar seus próprios bens a sua maneira (MILL apud DIETZ, 2001).

De forma pontual, a cidadania na perspectiva liberal é menos coletiva e política e mais uma ação individual e econômica da sociedade, já que cada pessoa possui o direito de buscar seus interesses (bens) “livremente” e em condições “iguais” no mercado, ou seja, nas esferas econômicas e sociais (JAMES, 1992 apud COSTA, 1998, p. 71; DIETZ, 2001) e esse interesse, quando associado à conquista da moradia, exclui a população mais pobre e segrega a habitação em relação às condições econômicas. Ou seja, na construção da cidadania é necessário levar em consideração os contextos sociais e as diversas

realidades em que estão inseridas os/as diferentes personagens sociais, principalmente em situações em que o foco principal são as mulheres, e romper com o conceito *universal* de cidadania, que implica reafirmar as desigualdades de classe, gênero e raça, alimentado pelo individualismo, de caráter mercantil, o qual caminha em direção oposta a “[...] qualquer compromisso ético e social” (ÁVILA, 2001, p. 26).

A cidadania, então, deve ser vista como

[...] um meio de instituir um novo processo democrático assentado sobre o compromisso com a justiça social, com a ética e com uma moral que seja instaurada na dignidade humana (ÁVILA, 2001, p.15).

e ainda como uma referência na luta da sociedade contra as desigualdades sociais, discriminações e preconceitos. Essa concepção de cidadania vem se ampliando como um produto das lutas contra a exclusão social e a conquista de direitos. As mulheres encontram-se nessa luta, no MSTs, em processo de afirmação, como sujeitos de direitos e fazem isso através da organização coletiva e política do movimento social, buscando, com a participação, defender a cidadania.

As mulheres predominam como participantes no MSTs, desenvolvendo diversas ações de caráter público e privado. Embora, muitas vezes, limitem-se às mesmas atividades operacionais no interior do Movimento ou como “escudo” nas manifestações públicas, existem mulheres que participam nas esferas de decisão. É na prática da ação política, que a cidadania torna-se um componente fundamental para que a sociedade torne-se ativamente participante, podendo influenciar nos processos de decisão em diferentes instâncias, buscando a conquista de interesses comuns, como a moradia.

O problema da moradia não pode ser entendido como um aspecto isolado, e sim como um reflexo da dinâmica complexa da sociedade e das relações sociais construídas ao longo dessa luta em Salvador, que inclui a realidade social e econômica dos/as personagens envolvidos/as. Entendemos, apoiados em Brandão (1984), que a necessidade ou luta de/por moradia não pode ser reduzida à conquista do bem material (a casa propriamente dita), mas

deve englobar a vontade coletiva, individual e as articulações das pessoas em seu meio cultural e familiar.

O Movimento Sem Teto, nesse contexto, representa uma alternativa de conquista da moradia, pela sociedade civil organizada, com nível de renda mais baixo, caracterizando-se, portanto, como um espaço de demanda, sobretudo das mulheres. Através desse movimento as mulheres se inserem na arena pública, em que as demandas habitacionais se configuram em diferentes setores sociais e variam na própria dinâmica dessa coletividade, visando conquistar a cidadania. Os movimentos sociais deixam indícios de possibilidades de mudanças e de construção de uma outra maneira de pensar as relações de poder nessas instâncias e fora delas, ou seja, as questões discutidas neste artigo, sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais, especificamente no MSTs, remetem à importância desses movimentos no processo de tomada de consciência sobre o paradigma hegemônico da sociedade patriarcal e na conquista da cidadania pelas mulheres que lutam pela moradia.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: ÁVILA, Maria Betânia. (Org.). *Textos e imagens do feminismo. Mulheres construindo a igualdade*. Recife: SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2001. p. 15-61.
- BRANDÃO, Arnaldo Barbosa. Problemas de teoria e metodologia na questão da habitação. *Projeto: arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção*. São Paulo, n. 66, p. 102-108, ago. 1984.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; LANIADO, Ruthy Nadia. Movimentos sociais e democracia: novos fatos em busca de uma teorização. *Caderno CRH*, Salvador, n. 13, jul./dez. 1990.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de; AZEVEDO, José Sergio G. de. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 89-114, 2001.
- CELI PINTO, Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. p.127-150.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. *As donas no poder; mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/ALBa, 1998. p.19-90.
- DIETZ, Mary. O contexto é quem conta: feminismo e teorias da cidadania. *Debate Feminista*, México, n. especial, p. 3-32, 2001.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimento sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.
- FRASER, Nancy. Políticas feministas na Era do Reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUCHINI, C; UNBEHAUM, S. G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002. p.59-78.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (MG); CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES (BA). *Déficit habitacional no Brasil 2005*. Belo Horizonte, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas contemporâneos*. São Paulo: SP: Edições Loyola, 1997.
- GOSS, Karine; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1(2), jan./jul, p. 75- 91, 2004. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 15 mar. 2008.
- IBGE. *Censo 2006*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.org.br> Acesso em: 15 mar. 2008.
- JELIN, Elizabeth. *Los nuevos movimientos sociales*. Buenos Aires: Biblioteca Política Argentina, Centro Editor de América Latina, 1985.
- MATOS, Maria Zilda S. *Por uma história da mulher*. Bauru, SP: Edusp, 2000.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SANTOS, Ademir Sousa. *Reestruturação urbana e movimento popular de luta por moradia: organização e resistência dos moradores à implementação do projeto de requalificação urbana do Dique de Campinas em SSA-BA*. 2007. 248 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007..
- SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: *Gender and the politics of History*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1991. p. 153-175.
- SEHAB. *Sehab elabora propostas para o Fundo de Habitação*. Salvador: Governo da Bahia. 2007. Disponível em: <http://www.secom.salvador.ba.gov.br>. Acesso em: 16 mar. 2008.
- SEPLAM. "Introdução" In: *Saneamento Integrado do Dique do Cabrito – Projeto Executivo de Drenagem*. Salvador: Governo da Bahia; Prefeitura de Salvador; Caixa, 2002. Mimeo.
- SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Estado civil: Solteirona – o embate entre a aceitação e a negação de “quem não soube fisgar um marido”¹

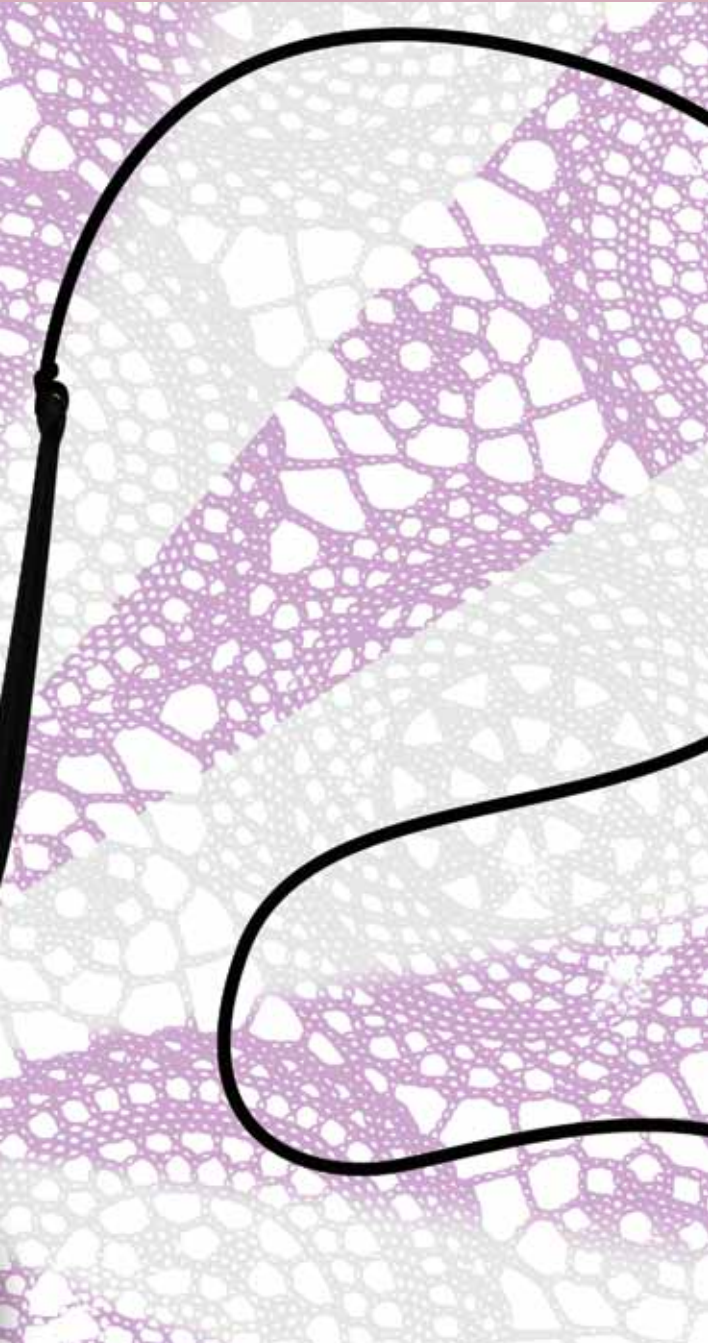
Márcia Tavares*

Nas próximas linhas, pretendo refletir sobre a solteirice feminina, tema que a princípio pode parecer bizarro, diante das profundas mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, inclusive nos padrões de relacionamento, suscitando a ideia de que o não-casamento deixou de significar fracasso, estigma que cerca a vida de determinadas mulheres. Mas será que isso realmente aconteceu? Para tentar responder a tal indagação, o trabalho foi dividido em três etapas: na primeira, reúno alusões sobre a solteirice localizadas em livros, artigos científicos e revistas comerciais. Na segunda etapa, aponto os caminhos metodológicos utilizados na pesquisa empírica. Na terceira, tramo o encontro entre as representações e práticas sociais das mulheres investigadas sobre a solteirice. Nas considerações finais, destaco deslocamentos e continuidades acerca das visões de mundo e experiências das mulheres solteiras das classes médias.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica de Salvador (UCSal). marciatavares1@gmail.com

¹ Este artigo traz algumas discussões contidas em minha tese de doutorado, intitulada *Os Novos Tempos e Vivências da “Solteirice” em Compasso de Gênero: ser solteira/solteiro em Aracaju e Salvador*, que teve como sujeitos 13 mulheres e 13 homens solteiros, residentes nessas capitais.





Até meados do século XX, as famílias de classes médias educavam a mulher para cumprir seu destino natural, o casamento, a maternidade e, consequentemente, o papel de dona de casa

ANOTAÇÕES PARA ENTENDER A SOLTEIRICE NO BRASIL

A sina da mulher solteira no Brasil tem origem na sociedade colonial, quando o caráter androcêntrico da sociedade europeia imigra para a Colônia e não só instaura a desigualdade dogmática entre os sexos, como também a força normativa do casamento. O discurso em defesa do matrimônio foi usado pela Igreja e pelo Estado para desenvolver uma política familiar que inibisse o concubinato e a miscigenação desregrada, garantisse o processo civilizatório e a ordem social.

No Brasil colônia, o ideário patriarcalista reservou à mulher a função de reprodutora dos varões portugueses, impondo-lhe precocemente o casamento e, àquela desejosa de subverter o “destino”, caso possuidora de dote, restava como única alternativa o convento, pois, caso “não se casasse ou não fosse para um convento era considerada ‘enclhada’.” (RIBEIRO, 2000, p. 87).

Com efeito, no século XVIII e XIX, confessores e médicos encarregaram-se do adestramento da mulher, enclausurando-a na sacralidade do matrimônio, único remédio contra males físicos e morais, ou seja, somente o casamento seria capaz de conter a lascívia, paixão carnal, melancolia e achaques histéricos provocados pela continência. O corpo feminino era concebido como um sistema físico-moral, daí não haver lugar na sociedade para viúvas, solteiras e celibatárias que, consideradas doentes, infecundas ou ninfômanas, tinham como destino a exclusão social.

Até meados do século XX, as famílias de classes médias educavam a mulher para cumprir seu destino natural, o casamento, a maternidade e, consequentemente, o papel de dona de casa. Tal educação era endossada pelas chamadas revistas femininas, que não só reafirmavam o matrimônio como “caminho correto” para a concretização dos ideais femininos, como definiam os parâmetros de moralidade e comportamentos adequados às moças casadoiras. Além disso, alertavam-nas sobre o risco do não-casamento. A partir dos 20 anos, a mulher sem um pretendente em perspectiva era alvo de cobranças sociais, pois estava prestes a ficar “enclhada” e, com mais de 25 anos, era definitivamente rotulada de “solteirona”, mulher fracassada e “incompleta”, porque não conseguiu conquistar um marido, tornar-se esposa e mãe (BASSANEZI, 1996).

No Brasil, a partir da década de 1960, as transformações sociais vêm acompanhadas pela crescente inserção da mulher nas universidades e no mercado de trabalho; ampliação de seu espaço político; disseminação de métodos contraceptivos, que a libertam para exercer a sexualidade de forma recreativa, sem o risco de uma gravidez indesejada. A difusão da psicanálise e dos movimentos emancipatórios feministas também provocam repercussões no processo de construção identitária da mulher, que rejeita os papéis tradicionais de esposa-mãe, almeja autonomia e realização pessoal, independência emocional e financeira, liberdade e igualdade na relação entre os sexos.

De acordo com Berquó (1989), tais mudanças influenciam tanto a idade ideal para mulheres e homens se casarem quanto os padrões de conjugalidade escolhidos, com relação à duração, rompimento, celebração ou não de novas uniões e, certamente, também se refletem no celibato.

Alguns fatores podem contribuir para a solteirice feminina, tais como: a) as normas sociais, ao contrário do que ocorre com os homens, inibem o envolvimento afetivo de uma mulher mais velha com um homem mais jovem, da mesma forma que o culto à juventude a torna insegura para competir com outra mulher mais nova pela atenção desses rapazes; b) as mulheres, nas últimas décadas, têm tentado imprimir uma maior qualidade a seus relacionamentos afetivos e “preferem estar sós a mal acompanhadas”; c) algumas escolhem não casar, outras geram filhos através de “produção independente” e outras tantas exercitam sua sexualidade fora da institucionalização do matrimônio, com namorados e parceiros transitórios (solteiros e/ou casados).

O fato é que a solteirice tem sido alvo de um crescente número de reportagens publicadas em revistas comerciais, que destacam o aumento de mulheres solteiras por opção, sua independência financeira e potencial como consumidoras, além de reforçarem a ideia de que elas podem ser felizes, mesmo sem um par. Ao mesmo tempo, advertem que, na faixa dos 30 anos, essas mulheres são assaltadas pela inquietude e passam a pensar em casamento, mesmo que priorizem a carreira e não estejam propensas a ser mães, principalmente quando a maioria das amigas está casada ou

A solteirice tem sido alvo de um crescente número de reportagens publicadas em revistas comerciais, que destacam o aumento de mulheres solteiras por opção, sua independência financeira e potencial como consumidoras

em vias de se casar, o que lhes causa uma sensação de “incômodo social”, por serem diferentes das demais (ZAIDAN; CHAVES, 2003).

Contudo não se pode ignorar que as mulheres e os homens reais nem sempre correspondem à imagem construída pelas revistas, jornais e programas televisivos, pois, apesar de apontarem novas tendências e comportamentos modelizadores, ignoram que hábitos e costumes são absorvidos diferentemente pelas distintas gerações, gênero, grupo étnico, classe social e local em que moram as pessoas, ou seja, tais mudanças acontecem em um contexto específico, em um tempo, espaço e cultura que se entrelaçam e articulam subjetividades distintas, sob os acordos de códigos e padrões variados, que oscilam entre liberdade e repressão, ora mais rígidos, ora mais elásticos.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste artigo, registro e analiso os depoimentos de três mulheres solteiras, na faixa etária entre 35 e 63 anos, residentes em Aracaju e Salvador, oriundas das classes médias, que nunca se casaram ou conviveram maritalmente com alguém.

O estudo foi desenvolvido por meio de um sistema de redes, em que amigos, colegas, familiares e os próprios entrevistados atuaram como interlocutores junto a possíveis informantes. Privilegiei a pesquisa de natureza qualitativa,

por entender que uma investigação acerca das mudanças e continuidades relativas às representações e práticas sociais das(os) solteiras(os) conduzia para a utilização de técnicas qualitativas, mais especificamente, as histórias de vida. As entrevistas foram gravadas e, depois de transcritas, examinadas por meio da técnica de análise de conteúdo.

RECORTES DE VIDA: A EDUCAÇÃO DOS AFETOS

A trajetória de vida das mulheres, sua percepção de mundo, aprendizagem dos afetos e do prazer, possibilidades e limites, conquistas e perdas são estabelecidas no grupo familiar, em que pai e mãe atuam como modelo, referência das relações entre os sexos, ao mesmo tempo em que balizam suas escolhas e/ou resistências, desejos, sonhos e ambições no tocante à dimensão afetiva e profissional.

Para as mulheres nascidas nas décadas de 1940-1950, o pai é percebido como “rígido”,² “severo”, “durão”, aquele que mantém as emoções sob forte controle, impõe barreiras e cerceia sua liberdade, pois, na adolescência, ainda brinca de “boneca, não podia viajar” e fica “presa em casa”, só sai com os irmãos. A mãe, de forma “doce”, “carinhosa”, exercita a “maternagem”, é “dona de casa” que cuida do lar, e se preocupa com o bem-estar do marido e dos filhos. É ela também a responsável pela reprodução da assimetria de papéis e padrões duais de comportamento entre as moças e os rapazes, através de seus amorosos conselhos que, não sendo atendidos, exigem a interferência paterna, sob a via da repressão. Assim, mesmo com a perda da mãe, a irmã mais velha herda seu papel e se torna a “mãezona atual”, acolhendo seus rebentos postiços.

Com efeito, observa-se que mesmo para aquela que perde a mãe ainda criança, embora a educação esteja dissociada da “repressão”, é impelida pelas circunstâncias a silenciar a dor e amadurecer precocemente; transforma-se em uma pequena mulherzinha para cuidar dos irmãos mais novos, a despeito de ir morar com a avó e uma tia

A trajetória de vida das mulheres, sua percepção de mundo, aprendizagem dos afetos e do prazer, possibilidades e limites, conquistas e perdas são estabelecidas no grupo familiar

solteira, que se tornam suas mães substitutas, “o que amenizou muito”. Conforme relato,

“[...] tivemos, eu e minha irmã mais velha [...] isso era uma prática comum naquela época, hoje nem tanto, dos mais velhos cuidarem dos mais novos [...] nós fomos mãe muito cedo, porque aos 8 anos eu estava cuidando de meu irmão, com 10 meses, que não conhecia outro rosto [...] só queria ficar com a gente [...] quando mamãe era viva a gente tinha o cabelo grande, na missa de sétimo a gente já tinha tudo o cabelo curtinho, que não tinha quem cuidasse” (63 anos).

“A relação da mãe com filho é víscera”, a ausência do amor materno³ pode ser amenizada, mas nunca substituída. E se a essencialização dos atributos femininos é definida pela capacidade de cuidado e doação que devota ao marido e filhos, a menina guarda as bonecas e acolhe os irmãos/filhos mais novos, por não ter quem assuma tal papel. Afinal, o papel do pai/homem é restrito à dimensão pública — ele trabalha, é provedor do sustento econômico da família —, mas do mundo dos afetos sabe pouco ou quase nada, pois não aprendeu a cuidar, e sim a ser cuidado pela mãe, pela esposa e, agora, pelas filhas.

Assim, embora o pai se case novamente, as meninas não são destituídas do papel materno; continuam responsáveis pela educação e cuidados com os irmãos menores,

² As palavras aspeadas foram extraídas dos depoimentos das mulheres investigadas.

³ Sobre a mitificação do amor materno, ver, por exemplo, Badinter (1985).

A construção do modelo ideal da nova mulher, na esteira da revolução sexual e dos movimentos emancipatórios, quando são estimuladas a priorizar os estudos, as relações entre os gêneros se tornam mais democráticas

que “não conseguiam se adaptar com a madrasta”. Em outras palavras, o amor entre mães, filhos e irmãos é regido pelas leis do coração e, portanto, não pode ser forçado ou construído pela convivência; surge o afeto, mas nunca o amor incondicional, que nasce das entranhas e é capaz de todo sacrifício.

As mulheres nascidas na década de 1970, ao contrário, passam por outro tipo de aprendizado. A construção do modelo ideal da nova mulher, na esteira da revolução sexual e dos movimentos emancipatórios, quando são estimuladas a priorizar os estudos, as relações entre os gêneros se tornam mais democráticas, os papéis se tornam menos rígidos, o irmão e a irmã compartilham o videogame e empinam pipas, ao mesmo tempo em que ensaiam com bonecas o papel materno e paterno, ou seja, “não teve aquela coisa de dizer essa brincadeira é de homem, essa brincadeira é de mulher”. Isso não significa, entretanto, que as diferenças de gênero deixam de existir; em determinados momentos, produzem tensões e conflitos, pois o menino quer participar da roda de meninas e é rejeitado, porque a irmã desconfia do controle, da vigilância que pode exercer, mascarada sob a proteção, resqúcio dos modelos arquetípicos tradicionais. Em meio a proximidades e distâncias, essa geração de mulheres emerge e engendra o fazer das diferenças:

“[...] eu fui a primeira mulher da minha família a ter um nível superior [...] eu fui criada como o diferencial de minha mãe [...] eu não fui criada para aprender prendas

domésticas, eu não sei cozinhar muito bem, e até por conta dos estudos, por conta de um zelo que meus pais tinham em relação a isso” (35 anos).

Até meados da década de 1960, atribuía-se à mulher uma vocação natural para a maternidade e a vida doméstica, o que distingue a feminilidade da masculinidade, representada pela participação no mercado de trabalho e investimento em uma carreira profissional. Contudo, nos anos seguintes, diminui a distinção entre papéis e capacidades masculinas e femininas, o estudo, ingresso nas universidades e inserção das mulheres no mercado de trabalho não mais ameaçam a feminilidade, cujas marcas ganham outros contornos, isto é, dedicar-se às “prendas domésticas”, “arrumar a casa”, “aprender a cozinhar e bordar” e ser uma “dona de casa” exemplar deixa de ser o único destino possível para as mulheres, que vislumbram outras possibilidades.

A BUSCA DE UMA CARREIRA PROFISSIONAL: NOVAS POSSIBILIDADES PARA AS SOLTEIRAS?

A despeito de terem idades distintas e pertencerem a etnias e gerações diferentes, a trajetória de vida das três mulheres investigadas é marcada pelo investimento nos estudos e na carreira profissional, todas possuem nível superior, uma cursou especialização, outra fez doutorado

A despeito de terem idades distintas e pertencerem a etnias e gerações diferentes, a trajetória de vida das três mulheres investigadas é marcada pelo investimento nos estudos e na carreira profissional

e a mais nova prepara-se para tentar o mestrado. Entretanto as razões que as impulsionam a priorizar o trabalho e a busca de realização profissional nem sempre são as mesmas, conforme evidenciam seus relatos:

“Minha irmã mais velha casou muito cedo, com 17 anos, aliás, aos 19 anos eu já era a coroa da família [...] uma noivou com 15, com 17 já estava com menino no colo, mas eu acho que é a tal história, o instinto de maternidade ou de querer romper ou de querer ter seu espaço. Cada um foi procurando seus caminhos, eu optei por independência” (63 anos).

“Meu pai criou a gente dizendo assim: Sabe qual é o seu casamento? Seu casamento é uma boa formatura, é uma boa relação profissional que você tenha, é a segurança de um emprego [...] um bom emprego, esse é que é o melhor casamento, e eu acho que ele passou para todo mundo, porque são três mulheres sem casar, e sem sofrer porque não casaram” (48 anos).

“[...] eu me cobrei muito em relação aos estudos porque eu quero, acredito que consegui muito, ser uma profissional, viver pela minha capacidade intelectual e isso para mim hoje é um motivo de orgulho” (35 anos).

As mulheres nascidas nas décadas de 1940-1950 são educadas para o casamento e a maternidade, que compunham o ideal de felicidade feminina na época. Embora o trabalho extraluar tenha obtido consentimento social no início dos anos de 1960, não é estimulado para as moças casadoiras, pois o exercício dos papéis de esposa-mãe e dona de casa é incompatível com o exercício de uma carreira profissional⁴. Além disso, os homens não se sentem atraídos por mulheres independentes, daí porque o emprego só seja recomendado para as mulheres solteiras, cujas chances de contrair matrimônio parecem remotas, ou seja, considera-se o trabalho uma alternativa substitutiva que garanta um futuro seguro às “solteironas”, incapazes de conquistar um marido. Portanto, as jovens que se recusam a cumprir seu destino natural e priorizam a independência econômica pela via do trabalho estão fadadas ao não-casamento.

⁴ Ver, por exemplo, Bassanezi (1996).

As jovens que se recusam a cumprir seu destino natural e priorizam a independência econômica pela via do trabalho estão fadadas ao não-casamento

Na década de 1960, as famílias das classes médias passam a demonstrar uma maior preocupação com a educação dos filhos e, as moças começam a ingressar nas universidades. Para aquela que atinge a adolescência em meados dos anos 1970, é negra e se “enquadrava numa categoria mais pobre”, os sonhos de casamento são adiados e dão lugar ao investimento no estudo e na carreira profissional, que lhe asseguram independência econômica, segurança e mobilidade social. Contudo, para quem se torna adolescente na década seguinte, se a dedicação aos estudos oferece segurança e independência econômica, é também via de realização profissional, autonomia e crescimento pessoal, mudanças subjetivas que tornam a mulher ainda mais exigente consigo mesma e no tocante à escolha de seus parceiros. Cabe então indagar: O que é ser solteira para essas mulheres? Elas são discriminadas e/ou cobradas pelo não-casamento? O fato de quererem escolher seus parceiros, em vez de serem escolhidas por eles, traz como ônus a solidão? Busquemos algumas respostas.

– SOLTEIRAS? – SIM. – E “SOLTEIRONAS”, TAMBÉM?

Os depoimentos das mulheres entrevistadas buscam construir uma diferenciação com as solteiras de idades/gerações anteriores a suas, avós, mães e tias, cuja trajetória de vida parece desbotar diante de suas conquistas. A valorização dos estudos e da vida profissional faz com que menosprezem as prendas domésticas, ao mesmo tempo em que se autorepresentem como independentes, engajadas politicamente, livres, decididas e exigentes.

No entanto, a solteirice é pensada e experienciada por elas de forma distinta:

“Isso é uma vitalina velha, sabe? Não pode dar uma opinião porque você é uma frustrada que nunca pariu [...] Já de vez em quando, tem essas brincadeirinhas: Ah! Vai dar para São Pedro, entendeu?”

“[...] ser solteira é uma identificação na carteira de identidade, nunca firmei contrato com ninguém, estado civil oficial, entendeu? Mas não tem maiores problemas, não me qualifica nem desqualifica” (63 anos).

“Eu saí para o doutorado solteirona e voltei solteira [...] Solteirona é aquela que está no caritó, aquela que não teve relação, que é casta, e a solteira [...] tem uma vida sexual e que tem uma independência e que não é aquela pessoa bloqueada. Eu até os 46 anos era uma solteirona, porque ainda não tinha tido uma relação sexual com penetração [...] mas as outras coisas a gente fazia numa boa, as preliminares [...] eu não amadureci para esse lado sexual como aconteceu com o lado profissional” (48 anos).

“Não sou aquela pessoa ímpar, não é? Eu me encontro sem pares como pessoas parecidas nessa questão da solteirice, mas há cobrança da família sim [...] Não é fácil, às vezes me sinto sozinha [...] algumas vezes já me perguntaram se eu não era lésbica, e aí, não, mas se fosse? [...] Um amigo meu me disse: Você assusta. [...] mas eu não vou me anular para ser uma pessoa que diga sempre amém, meu nome [...] não é Amélia, com todo respeito às Amélias” (35 anos).

Os depoimentos revelam que, não obstante a revolução sexual, as mulheres solteiras acima dos 30 anos continuam sendo alvo de cobranças familiares e pressões sociais. Para a família e a sociedade, uma mulher solteira de 63 anos é considerada uma “vitalina”, moça-velha frustrada e incompleta porque não conseguiu casar e ter filhos e, portanto, desqualificada para opinar sobre assuntos do coração, isto é, supõe-se que permanece solteira porque tem algum problema, é egoísta ou desprovida de atrativos, nunca despertou o desejo sexual masculino e, por isso, nada sabe sobre o relacionamento entre homem e mulher. Para a sociedade,

é inconcebível que a solteirice feminina seja escolhida; sequer é cogitado que a liberação sexual possibilita o exercício da sexualidade dentro e fora do casamento, independente da idade. Em outras palavras, pouco importa como se autorepresente, a “vitalina” ainda é concebida como uma mulher cuja virgindade permanece intacta, pois nunca teve penetração vaginal, enfim, é mal amada.

Neste sentido, vale destacar que, embora na década de 1970 o *slogan* “é proibido proibir” tenha liberado a mulher para exercitar sua sexualidade sem culpas, a década seguinte é marcada pela tentativa de conciliação entre velhos e novos padrões de comportamento e modelos arquetípicos em construção, ou seja, mais uma vez a sexualidade é reprimida, retoma-se a busca pelo conforto e segurança que, por suposto, o casamento oferece. Talvez por isso, algumas mulheres adotem comportamentos modernizantes e invistam nos estudos e na carreira profissional, ao mesmo tempo em que mantêm vivas as aspirações no tocante ao casamento e à formação de uma família, concebidos como abrigos contra a insegurança e instabilidade contemporâneas; enquanto aguardam o matrimônio/uma relação estável, há quem prefira adiar a perda da virgindade, o que não significa abdicar das carícias preliminares ao ato amoroso. Contudo, aos 46 anos, as chances dessa mulher no mercado matrimonial se tornam remotas e reprimir o desejo perde o sentido. Então escolhe sair do “caritó”, deixa de ser uma virgem “bloqueada” e transforma-se em uma mulher independente, desta feita solteira, mas solteirona reprimida, nunca mais.

Os depoimentos revelam que, não obstante a revolução sexual, as mulheres solteiras acima dos 30 anos continuam sendo alvo de cobranças familiares e pressões sociais

Nos últimos anos, tem crescido o contingente de mulheres solteiras que, artífices de seu destino, têm como meta precípua a felicidade e autorealização. Diferentemente de décadas anteriores, uma mulher de 35 anos, que ainda não casou ou está em vias de se casar, sabe que sua independência e autonomia assustam possíveis parceiros e/ou pretendentes, mas sabe o que quer e, ainda que o preço a pagar seja a solidão, recusa-se a ser dependente e submissa, sem personalidade e opiniões próprias, tal qual a musa da canção popular. Em outras palavras, prefere estar só a manter um relacionamento amoroso insatisfatório, com alguém que não respeite suas escolhas. Afinal, sempre pode contar com a amizade e cumplicidade de seus pares, isto é, grupos de amigas(os) também solteiras(os), para se sentir menos inadequada, diferente e conseguir lidar com as cobranças da família e da sociedade relativas ao não casamento, bem como especulações acerca de sua orientação sexual. O certo é que, tenham 63, 48 ou 35 anos, os testemunhos dessas mulheres não fazem “apologia da solidão”, elas estão abertas a um relacionamento amoroso, caso apareça alguém “interessante” com quem possam compartilhar suas vidas.

SEM ENCERRAR A DISCUSSÃO

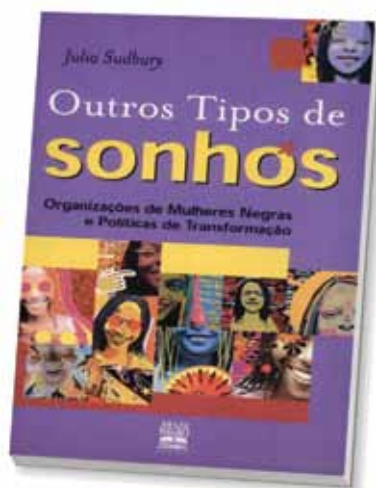
Não tive a intenção de apresentar argumentos conclusivos sobre a solteirice feminina, mas tão somente suscitar questionamentos, reflexões acerca das percepções e/ou vivências sobre nossa própria solteirice ou de outras mulheres com as quais convivemos. Por isso, explorei apenas fragmentos dos depoimentos de três mulheres, trazendo à luz determinados aspectos, mas também omitindo outros que, certamente, possibilitariam uma leitura mais aprofundada acerca do tema. Por falta de espaço, mas também para instigar a curiosidade daquelas(eles) que porventura tenham acesso a este artigo, não abordei, por exemplo, que papel a solteira exerce no grupo familiar, a importância da dimensão profissional, as estratégias alternativas para suprir as lacunas afetivas, seu estilo e/ou projetos de vida, nem tampouco esbocei

qualquer tentativa de comparar sonhos e desejos, limites e possibilidades masculinos e femininos, o que pretendo fazer em outro momento.

Por ora, desejo compartilhar um diálogo que tive com uma colega de trabalho, durante o esboço destas linhas: ao descobrir que sou solteira, questionou-me se gostava de cozinhar, de cuidar das plantas e, finalmente, de animais domésticos. Diante de minhas negativas, comparou-me ao marido, que se dedica a pensar e, assim como eu, é um pesquisador, ou seja, de forma enviesada, subliminar, contrastou a minha feminilidade com características tidas como masculinas que identificara em mim. Sem perceber, reproduziu a diferença social entre masculino e feminino no tocante a papéis e capacidades, das décadas de 1940-1950. Nesse breve (des)concerto, tive a certeza de que minhas incursões pelo universo da solteirice ainda me trarão muitas descobertas, pois entendo que as diferenças coexistem e, às vezes, podem causar estranheza, mas acredito, principalmente, que a novidade é plasmada no interior daquilo que consideramos velho ou ultrapassado.

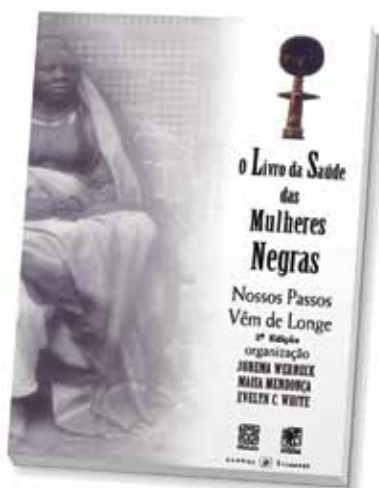
REFERÊNCIAS

- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BASSANEZI, C. B. *Virando as Páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem – mulher, 1945 – 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BERQUÓ, E. *Família no Século XXI: um enfoque demográfico*. 1989. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol6_n2_1989/vol6_n21989_1artigo_1_16.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2006.
- RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, E. M. T. L.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79-94.
- ZAIDAN, P.; CHAVES, D. A Nova Solteira. *Cláudia*. São Paulo: Abril, p.198–202, maio 2003.



OUTROS TIPOS DE SONHOS

Em *Outros tipos de sonhos*, Julia Sudbury, ativista negra inglesa, propõe-se a construir uma metodologia de pesquisa e análise que transcenda a exclusão da produção coletiva das mulheres negras da Grã-Bretanha e suas contribuições para a reflexão atual acerca das mudanças sociais. A ideia da autora é explorar as respostas organizacionais das mulheres negras à diversidade de perspectivas e inserções relativas a gênero, raça, sexualidade, classe e ideologia política.



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Fruto da parceria entre Criola, Global Exchange e Pallas Editora, *O livro da saúde das mulheres negras* representa um projeto elaborado oficialmente com base no Encontro Internacional Mulher e Saúde. A publicação contém artigos, entrevistas, poesias, depoimentos e outras peças produzidas por e sobre mulheres negras. Organizado por Jurema Werneck, Maisa Mendonça e Evelyn C. White, a obra permite visualizar a participação das mulheres como portavozes essenciais de uma diversidade centrada na contribuição africana. A questão da saúde é trabalhada com o foco nas mulheres, abordando diversos aspectos da vida, como sua afirmação individual e coletiva e sua capacidade de agir e transformar.



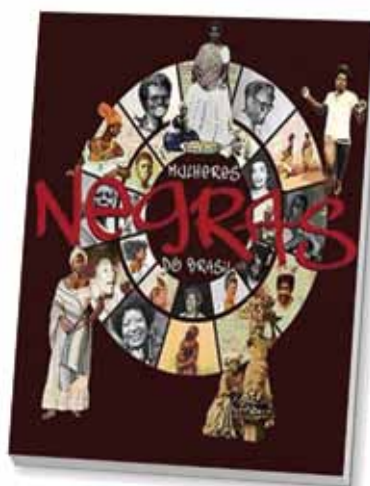
EU SOU ATLÂNTICA

Eu sou atlântica representa a forma encontrada por Alex Ratts para resgatar a trajetória de vida e a contribuição intelectual de Beatriz Nascimento, definida por ele como “mulher, negra, nordestina, migrante, professora, historiadora, poeta, ativista, pensadora”. Estudiosa das temáticas do racismo e dos quilombos, Beatriz aborda a correlação entre corporeidade negra e espaço e as experiências de longos deslocamentos socioespaciais de africanos e descendentes, por meio das noções de “transmigração” e “transatlânticidade”. Nesse aspecto, o livro de Ratts traz uma reflexão sobre a condição atual e a participação histórica dos brasileiros e brasileiras negros e ascendentes africanos na construção do território nacional.



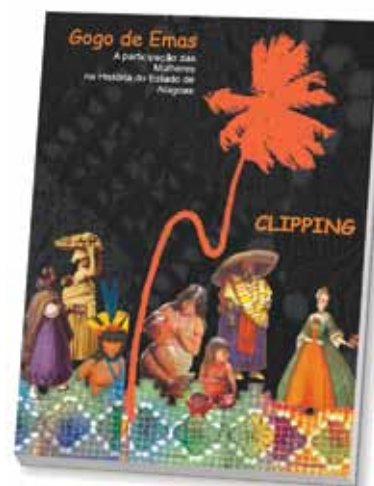
BREVE HISTÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL

A obra *Breve história do feminismo no Brasil*, escrita por Maria Amélia de Almeida Teles, mostra que a história da condição da mulher brasileira não foge à regra universal da opressão do feminismo ao longo dos tempos. Reunindo algumas ações individuais e coletivas de mulheres brasileiras — incluindo a repressão específica às mulheres durante a ditadura — com vivência no movimento feminista de São Paulo, a autora incita a pensar na possibilidade de criar um novo pensamento, uma prática e uma ação diferentes do observado no poder patriarcal.



MULHERES NEGRAS DO BRASIL

Sem a pretensão de esgotar o assunto, Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil lançam *Mulheres negras do Brasil*, uma coedição Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh) e Senac Editoras. O livro ajuda a construir um novo olhar sobre o passado e a superar a invisibilidade das mulheres negras, levando ao reconhecimento de suas contribuições na formação de nossa identidade. De acordo com os autores, com exceção dos escritos sobre o sistema escravocrata e algumas alusões ao mito Chica da Silva, não se encontram referências e informações detalhadas sobre as mulheres negras em nossos currículos escolares, museus, livros didáticos e narrativas oficiais.



GOGÓ DE EMAS – A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA HISTÓRIA DE ALAGOAS

A publicação *Gogó de emas* traz à tona a valorosa e decisiva participação feminina das alagoanas, que, rompendo com o “acanhamento”, não esconderam suas inquietações e inconformismos. É uma publicação que faz parte de um projeto maior que a Redeh vem desenvolvendo com o propósito de contribuir para quebrar os silêncios seculares que mantiveram as mulheres esquecidas pela história oficial, o que, entre outras sequelas, se reflete na literatura escolar.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES DE MERCADO
DE TRABALHO**Tabela 1****Estimativa da População Economicamente Ativa, da população ocupada e desempregada segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2007/2008**

Em 1.000 pessoas

Indicadores	2007			2008		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Belo Horizonte						
População Economicamente Ativa	2.564	1.351	1.213	2.621	1.381	1.240
Ocupados	2.251	1.231	1.020	2.364	1.281	1.083
Desempregados	313	120	193	257	100	157
Distrito Federal						
População Economicamente Ativa	1.282	647	635	1.341	678	663
Ocupados	1.055	552	503	1.119	587	532
Desempregados	226	95	132	222	91	131
Porto Alegre						
População Economicamente Ativa	1.898	1.027	871	1.992	1.066	926
Ocupados	1.653	922	731	1.769	971	798
Desempregados	245	105	140	223	93	130
Recife						
População Economicamente Ativa	1.620	891	729	1.707	930	777
Ocupados	1.301	740	561	1.372	774	598
Desempregados	319	150	169	335	157	178
Salvador						
População Economicamente Ativa	1.817	936	881	1.834	930	904
Ocupados	1.423	764	659	1.462	776	686
Desempregados	394	171	223	372	154	218
São Paulo						
População Economicamente Ativa	10.168	5.461	4.707	10.467	5.571	4.896
Ocupados	8.663	4.792	3.871	9.064	4.975	4.089
Desempregados	1.505	669	836	1.403	596	807

Fonte: PED (Convênio Dieese, Seade, MTE/FAT e instituições regionais).

Tabela 2
Distribuição da População Economicamente Ativa, da população ocupada e desempregada segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2007/2008

Em porcentagem

Indicadores	2007			2008		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Belo Horizonte						
População Economicamente Ativa	100,0	52,7	47,3	100,0	52,7	47,3
Ocupados	100,0	54,7	45,3	100,0	54,2	45,8
Desempregados	100,0	38,4	61,6	100,0	38,9	61,1
Distrito Federal						
População Economicamente Ativa	100,0	50,5	49,5	100,0	50,5	49,5
Ocupados	100,0	52,3	47,7	100,0	52,5	47,5
Desempregados	100,0	41,8	58,2	100,0	40,8	59,2
Porto Alegre						
População Economicamente Ativa	100,0	54,1	45,9	100,0	53,5	46,5
Ocupados	100,0	55,8	44,2	100,0	54,9	45,1
Desempregados	100,0	42,8	57,2	100,0	41,9	58,1
Recife						
População Economicamente Ativa	100,0	55,0	45,0	100,0	54,5	45,5
Ocupados	100,0	56,9	43,1	100,0	56,4	43,6
Desempregados	100,0	47,1	52,9	100,0	46,8	53,2
Salvador						
População Economicamente Ativa	100,0	51,5	48,5	100,0	50,7	49,3
Ocupados	100,0	53,7	46,3	100,0	53,1	46,9
Desempregados	100,0	43,5	56,5	100,0	41,3	58,7
São Paulo						
População Economicamente Ativa	100,0	53,7	46,3	100,0	53,2	46,8
Ocupados	100,0	55,3	44,7	100,0	54,9	45,1
Desempregados	100,0	44,5	55,5	100,0	42,5	57,5

Fonte: PED (Convênio Dieese, Seade, MTE/FAT e instituições regionais).

Tabela 3
Taxas de participação, por sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2007/2008

Em porcentagem

Regiões Metropolitanas	2007			2008			Variação relativa 2008/2007		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Belo Horizonte	60,9	68,6	54,1	60,6	68,7	53,5	-0,5	0,1	-1,1
Distrito Federal	64,8	71,3	59,4	65,4	71,4	60,2	0,9	0,1	1,3
Porto Alegre	56,9	65,8	49,0	58,7	66,9	51,4	3,2	1,7	4,9
Recife	51,4	61,6	42,8	53,1	63,4	44,5	3,3	2,9	4,0
Salvador	61,2	68,4	55,2	60,1	67,1	54,2	-1,8	-1,9	-1,8
São Paulo	62,8	71,4	55,1	63,8	72,0	56,4	1,6	0,8	2,4

Fonte: PED (Convênio Dieese, Seade, MTE/FAT e instituições regionais).

Tabela 4
Taxas de desemprego, por sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2007/2008

Em porcentagem

Regiões Metropolitanas	2007			2008			Variação relativa 2008/2007		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Belo Horizonte	12,2	8,9	15,9	9,8	7,2	12,7	-19,7	-19,1	-20,1
Distrito Federal	17,7	14,7	20,7	16,6	13,4	19,8	-6,2	-8,8	-4,3
Porto Alegre	12,9	10,2	16,0	11,2	8,8	13,9	-13,2	-13,7	-13,1
Recife	19,7	16,9	23,1	19,6	16,9	22,9	-0,5	0,0	-0,9
Salvador	21,7	18,4	25,3	20,3	16,5	24,1	-6,5	-10,3	-4,7
São Paulo	14,8	12,3	17,8	13,4	10,7	16,5	-9,5	-13,0	-7,3

Fonte: PED (Convênio Dieese, Seade, MTE/FAT e instituições regionais).

Tabela 5
Distribuição dos ocupados por setor de atividade e sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2007/2008

Em porcentagem

Regiões Metropolitanas e setor de atividade	2007			2008		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Belo Horizonte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	15,4	19,6	10,2	15,3	20,0	9,8
Construção civil	6,8	11,9	- (2)	7,1	12,5	0,8
Comércio	15,1	15,7	14,4	15,3	15,7	14,9
Serviços	54,2	51,5	57,5	54,3	50,7	58,6
Serviços domésticos	8,0	- (2)	16,9	7,5	- (2)	15,7
Outros (1)	0,5	0,7	- (2)	0,5	- (2)	- (2)
Distrito Federal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	3,8	4,4	3,1	4,1	4,9	3,3
Construção civil	4,5	8,3	- (2)	4,5	8,3	- (2)
Comércio	15,5	16,9	13,9	16,0	17,6	14,3
Serviços	65,2	68,4	61,9	65,1	67,5	62,4
Serviços domésticos	9,9	1,2	19,5	9,1	- (2)	18,2
Outros (1)	1,1	- (2)	1,4	1,2	- (2)	1,5
Porto Alegre	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	18,5	22,4	13,5	17,9	21,7	13,2
Construção civil	5,4	9,4	- (2)	5,3	9,3	- (2)
Comércio	16,8	16,5	17,1	16,9	16,4	17,4
Serviços	52,3	50,9	54,2	53,6	51,9	55,6
Serviços domésticos	6,7	- (2)	14,7	6,1	- (2)	13,2
Outros (1)	0,3	- (2)	- (2)	0,2	- (2)	- (2)
Recife	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	9,4	12,6	5,2	9,9	13,4	5,5
Construção civil	4,7	8,0	- (2)	4,7	7,9	- (2)
Comércio	19,7	19,5	19,9	19,4	18,8	20,2
Serviços	53,6	53,7	53,4	54,1	54,2	53,8
Serviços domésticos	8,8	1,3	18,7	8,6	1,3	18,2
Outros (1)	3,8	4,9	2,5	3,3	4,4	1,9
Salvador	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	9,1	12,4	5,2	8,8	12,1	5,0
Construção civil	5,5	9,7	- (2)	5,8	10,4	- (2)
Comércio	16,5	16,6	16,4	15,7	15,3	16,2
Serviços	59,3	59,1	59,7	60,4	60,0	60,8
Serviços domésticos	8,7	1,0	17,6	8,2	- (2)	16,7
Outros (1)	0,9	1,1	- (2)	1,1	1,4	- (2)
São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	18,9	22,6	14,3	19,0	23,0	14,0
Construção civil	5,1	8,9	- (2)	5,5	9,6	0,5
Comércio	16,2	16,6	15,7	16,2	16,6	15,8
Serviços	51,2	50,5	52,0	51,1	49,6	53,0
Serviços domésticos	8,1	0,8	17,2	7,7	0,6	16,3
Outros (1)	0,5	0,6	- (2)	0,5	0,6	- (2)

Fonte: PED (Convênio Dieese, Seade, MTE/FAT e instituições regionais).

(1) Incluem agricultura, pecuária, extração vegetal, embaixadas, consulados, representações oficiais e outras atividades não classificadas.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(Continua)

Tabela 6
Distribuição dos ocupados por posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2007/2008

Em porcentagem

Regiões Metropolitanas e posição na ocupação	2007			2008		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Belo Horizonte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados total (1)	65,3	69,2	60,5	67,1	70,4	63,3
Assalariados do setor privado	52,8	59,1	45,1	54,1	60,0	47,1
Com carteira assinada	44,6	50,6	37,3	46,4	52,2	39,6
Sem carteira assinada	8,2	8,5	7,8	7,7	7,7	7,6
Assalariados do setor público	12,5	10,1	15,4	13,0	10,4	16,1
Autônomos	20,1	22,3	17,3	19,4	21,9	16,3
Autônomos que trabalham p/ o público	14,8	16,7	12,7	14,4	16,2	12,2
Autônomos que trabalham p/ empresa	5,2	5,7	4,7	5,0	5,7	4,2
Empregadores	4,6	5,9	3,1	4,2	5,6	2,7
Empregados domésticos	8,0	- (2)	16,9	7,5	- (2)	15,7
Mensalistas	5,7	- (2)	12,0	5,3	- (2)	11,0
Diaristas	2,2	- (2)	4,9	2,1	- (2)	4,7
Trabalhadores familiares	- (2)	- (2)	- (2)	- (2)	- (2)	- (2)
Demais	1,8	1,9	1,7	1,6	1,5	1,7
Distrito Federal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados total (1)	67,0	72,4	61,1	68,0	73,5	62,0
Assalariados do setor privado	44,3	49,1	38,9	45,6	50,6	40,1
Com carteira assinada	35,3	39,3	30,9	36,7	40,7	32,2
Sem carteira assinada	9,0	9,8	8,1	8,9	9,9	7,9
Assalariados do setor público	22,7	23,3	22,2	22,4	22,9	21,9
Autônomos	15,9	17,9	13,8	15,6	17,0	14,1
Autônomos que trabalham p/ o público	12,3	14,0	10,5	12,3	13,6	10,9
Autônomos que trabalham p/ empresa	3,6	3,9	3,3	3,3	3,4	3,2
Empregadores	4,2	5,3	2,9	4,2	5,2	3,1
Empregados domésticos	9,9	1,2	19,5	9,1	- (2)	18,2
Mensalistas	7,6	1,1	14,7	6,8	- (2)	13,4
Diaristas	2,3	- (2)	4,8	2,3	- (2)	4,8
Trabalhadores familiares	- (2)	- (2)	- (2)	- (2)	- (2)	- (2)
Demais	2,9	3,1	2,6	3,0	3,3	2,6
Porto Alegre	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados total (1)	67,8	70,1	65,1	67,6	69,3	65,6
Assalariados do setor privado	55,5	60,0	49,8	55,5	59,4	50,7
Com carteira assinada	46,0	49,9	41,1	46,2	49,5	42,1
Sem carteira assinada	9,5	10,1	8,7	9,3	9,9	8,6
Assalariados do setor público	12,3	10,0	15,2	12,1	9,9	14,8
Autônomos	16,5	19,7	12,4	16,2	19,5	12,3
Autônomos que trabalham p/ o público	12,1	14,2	9,6	11,9	13,7	9,6
Autônomos que trabalham p/ empresa	4,4	5,5	2,9	4,4	5,7	2,7
Empregadores	4,0	5,1	2,7	4,7	5,8	3,4
Empregados domésticos	6,7	- (2)	14,7	6,1	- (2)	13,2
Mensalistas	4,8	- (2)	10,4	4,4	- (2)	9,4
Diaristas	1,9	- (2)	4,3	1,7	- (2)	3,8
Trabalhadores familiares	0,6	- (2)	0,8	0,7	- (2)	0,9
Demais	4,4	4,4	4,3	4,7	4,7	4,6

(Conclusão)

Tabela 6
Distribuição dos ocupados por posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2007/2008

Em porcentagem

Regiões Metropolitanas e posição na ocupação	2007			2008		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Recife	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados total (1)	59,7	64,8	52,9	60,8	66,4	53,5
Assalariados do setor privado	46,3	53,3	37,2	47,6	54,8	38,1
Com carteira assinada	35,6	41,1	28,3	37,3	43,2	29,6
Sem carteira assinada	10,7	12,1	8,8	10,3	11,6	8,5
Assalariados do setor público	13,4	11,5	15,8	13,2	11,5	15,4
Autônomos	24,7	26,5	22,2	23,7	24,8	22,2
Autônomos que trabalham p/ o público	17,9	18,9	16,6	17,2	17,7	16,4
Autônomos que trabalham p/ empresa	6,7	7,6	5,6	6,5	7,1	5,8
Empregadores	2,6	3,2	1,8	2,5	3,2	1,5
Empregados domésticos	8,8	1,3	18,7	8,6	1,3	18,2
Mensalistas	6,6	1,2	13,7	6,3	1,2	12,9
Diaristas	2,2	- (2)	5,0	2,3	- (2)	5,2
Trabalhadores familiares	2,3	1,7	3,2	2,4	1,8	3,1
Demais	2,0	2,5	1,2	2,0	2,5	1,5
Salvador	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados total (1)	64,1	57,5	69,8	64,0	68,5	58,8
Assalariados do setor privado	50,5	58,5	41,2	49,9	56,9	42,0
Com carteira assinada	40,0	47,2	31,7	39,7	46,2	32,4
Sem carteira assinada	10,5	11,3	9,6	10,2	10,8	9,6
Assalariados do setor público	13,6	11,2	16,3	14,0	11,5	16,7
Autônomos	21,1	22,3	19,7	22,1	24,2	19,7
Autônomos que trabalham p/ o público	18,1	18,5	17,7	18,8	19,9	17,5
Autônomos que trabalham p/ empresa	3,0	3,9	2,0	3,3	4,2	2,1
Empregadores	3,5	4,3	2,6	3,3	4,2	2,3
Empregados domésticos	8,7	1,0	17,6	8,2	- (2)	16,7
Mensalistas	7,5	1,0	15,1	6,9	- (2)	13,9
Diaristas	1,2	- (2)	2,5	1,3	- (2)	2,8
Trabalhadores familiares	0,6	- (2)	- (2)	- (2)	- (2)	- (2)
Demais	1,9	2,1	1,7	2,0	2,1	1,8
São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados total (1)	66,2	70,4	60,9	68,1	72,2	63,0
Assalariados do setor privado	58,0	64,4	50,1	60,2	66,2	52,9
Com carteira assinada	45,0	50,1	38,8	47,0	52,0	41,0
Sem carteira assinada	13,0	14,3	11,4	13,2	14,3	11,9
Assalariados do setor público	8,1	6,0	10,7	7,8	5,9	10,1
Autônomos	17,6	19,8	15,0	16,6	18,7	14,1
Autônomos que trabalham p/ o público	10,2	11,7	8,3	9,7	10,9	8,2
Autônomos que trabalham p/ empresa	7,5	8,1	6,7	7,0	7,8	5,9
Empregadores	3,8	5,0	2,4	3,7	4,8	2,3
Empregados domésticos	8,1	0,8	17,2	7,7	0,6	16,3
Mensalistas	5,9	0,8	12,2	5,6	0,6	11,7
Diaristas	2,2	- (2)	4,9	2,1	- (2)	4,5
Trabalhadores familiares	0,9	0,6	1,3	0,8	0,5	1,3
Demais	3,4	3,4	3,4	3,1	3,3	2,9

Fonte: PED (Convênio Dieese, Seade, MTE/FAT e instituições regionais).

(1) Inclusive aqueles que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) A amostra não comporta desagregação para a categoria.

Tabela 7
Distribuição dos domicílios, segundo número de famílias
Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008

Em porcentagem

Número de famílias no domicílio	Total
Total	100,0
1 Família	98,3
2 Famílias ou mais	1,7

Fonte: Convênio Seade–Dieese e MTE/FAT.

Tabela 8
Distribuição das famílias segundo tipo de arranjo familiar ampliado e sexo do chefe da família
Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008

Em porcentagem

Tipo de arranjo familiar ampliado	
Total	100,0
Chefe mulher	34,8
Chefe homem	65,2
Casal com filhos	36,5
Chefe mulher	1,6
Chefe homem	34,9
Casal sem filhos	11,2
Chefe mulher	0,7
Chefe homem	10,5
Chefe sem cônjuge com filhos	14,8
Chefe mulher	13,0
Chefe homem	1,8
Pessoa que mora sozinha	14,4
Chefe mulher	7,1
Chefe homem	7,2
Demais	23,1
Chefe mulher	12,3
Chefe homem	10,9
Casal com filhos com parentes e/ou agregados	7,1
Chefe mulher	0,5
Chefe homem	6,6
Casal sem filhos com parentes e/ou agregados	1,7
Chefe mulher	0,1
Chefe homem	1,6
Chefe sem cônjuge com filhos com parentes e/ou agregados	8,8
Chefe mulher	8,0
Chefe homem	0,8
Chefe sem cônjuge sem filhos com parentes e/ou agregados	5,5
Chefe mulher	3,5
Chefe homem	1,9

Fonte: Convênio Seade–Dieese e MTE/FAT.

Tabela 9
Distribuição das famílias, número de pessoas na família e número médio de filhos,
Segundo tipo de arranjo familiar e sexo do chefe da família
Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008

Tipo de arranjo familiar	Distribuição (em %)		Número de pessoas na família	Número médio de filhos (2)
Total	100,0	100,0	3,2	1,2
Chefe mulher	34,8	34,8	2,9	1,2
Chefe homem	65,2	65,2	3,3	1,3
Casal com filhos (1)	36,5	100,0	3,8	1,8
Chefe mulher	1,6	4,5	3,8	1,8
Chefe homem	34,9	95,5	3,8	1,8
Casal sem filhos (1)	11,2	100,0	2,0	-
Chefe mulher	0,7	6,6	2,0	-
Chefe homem	10,5	93,4	2,0	-
Chefe sem cônjuge com filhos (1)	14,8	100,0	2,8	1,8
Chefe mulher	13,0	87,9	2,8	1,8
Chefe homem	1,8	12,1	2,7	1,7
Pessoa que mora sozinha	14,4	100,0	1,0	-
Chefe mulher	7,1	49,8	1,0	-
Chefe homem	7,2	50,2	1,0	-
Demais	23,1	100,0	4,4	1,3
Chefe mulher	12,3	53,0	4,2	1,3
Chefe homem	10,9	47,0	4,6	1,4

Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Exclusive as famílias com outro parente e / ou agregado.

(2) Inclusive as famílias sem filhos.

Distribuição das famílias com filhos residentes, por número de filhos e faixa etária do filho mais novo, segundo tipo de arranjo familiar – Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008

Em porcentagem

Tipo de arranjo familiar (1)	Número de filhos			Faixa etária do filho mais novo			
	Total	1 filho	2 filhos ou mais	Total	Até 1 ano	Mais de 1 até 5 anos	Mais de 5 anos
Casal com filhos							
Chefe homem	100,0	44,9	55,1	100,0	12,1	21,3	66,6
Chefe sem cônjuge com filhos							
Chefe mulher	100,0	50,1	49,9	100,0	2,9	8,5	88,6

Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

Nota: Exclusive as famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(1) Exclusive as famílias com outro parente e / ou agregado.

Tabela 11

Taxas de participação e de desemprego das cônjuges e chefes mulheres, por número de filhos residentes e Faixa etária do filho mais novo, segundo tipo de arranjo familiar – Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008
Em porcentagem

Cônjuges e chefes mulheres (1)	Número de filhos			Faixa etária do filho mais novo			
	Total	1 filho	2 filhos ou mais	Total	Até 1 ano	Mais de 1 até 5 anos	Mais de 5 anos
Taxa de participação							
Cônjuge mulher no casal com filhos	59,3	62,3	56,8	59,3	51,4	65,7	58,7
Chefe mulher sem cônjuge com filhos	64,0	62,5	65,6	64,0	- (2)	83,8	61,9
Taxa de desemprego							
Cônjuge mulher no casal com filhos	22,6	22,9	22,3	22,6	29,2	31,5	18,3
Chefe mulher sem cônjuge com filhos	18,1	15,3	20,8	18,1	- (2)	- (2)	16,0

Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

Nota: Exclui as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(1) Exclui as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro parente e / ou agregado.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 12

Taxa de participação das cônjuges mulheres, por condição de atividade do chefe homem, segundo tipo de arranjo familiar – Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008
Em porcentagem

Cônjuges mulheres (1)	Condição de atividade do chefe homem			
	Total	Ocupado	Desempregado	Inativo
Cônjuge mulher no casal com filhos	59,3	62,5	67,6	38,6
Cônjuge mulher no casal sem filhos	60,7	72,6	77,6	25,0

Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

Nota: Exclui as cônjuges mulheres em famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(1) Exclui as cônjuges mulheres em famílias com outro parente e / ou agregado.

Tabela 13

Taxas de participação e de desemprego das cônjuges mulheres sem filhos e das mulheres que moram sozinhas Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008

Cônjuges e mulheres que moram sozinhas	Em %
Taxa de participação	
Cônjuge mulher no casal sem filhos (1)	60,7
Mulher que mora sozinha	48,8
Taxa de desemprego	
Cônjuge mulher no casal sem filhos (1)	21,6
Mulher que mora sozinha	12,5

Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

Nota: Exclui as cônjuges mulheres em famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(1) Exclui as cônjuges mulheres em famílias com outro parente e / ou agregado.

Tabela 14
Distribuição das cônjuges e chefes mulheres ocupadas, por posição na ocupação, segundo tipo de arranjo familiar
Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008

Em porcentagem

Cônjuges e chefes mulheres	Total	Assalariada					Autônoma	Emprega- dora	Empregada doméstica	Demais
		Total	Setor privado			Setor público				
			Total	Com carteira	Sem carteira					
Cônjuge mulher no casal com filhos (1)	100,0	52,7	35,7	29,0	6,7	16,9	23,7	4,0	16,3	3,3
Cônjuge mulher no casal sem filhos (1)	100,0	60,6	45,7	37,7	8,0	14,8	17,8	- (2)	15,7	- (2)
Chefe mulher sem cônjuge com filhos (1)	100,0	51,2	30,9	24,6	6,3	20,4	24,1	- (2)	20,0	- (2)
Mulher que mora sozinha	100,0	61,4	38,3	30,2	- (2)	23,1	20,7	- (2)	13,4	- (2)

Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

Nota 1: A posição na ocupação não é a usualmente divulgada na PED - São Paulo. Uma parcela de autônomas e de empregadoras passaram a ser consideradas como donas de negócio familiar, que nesta tabela estão incluídas na categoria demais.

Nota 2: Exclui as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(1) Exclui as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro parente e / ou agregado.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

INDICADORES DE RENDIMENTO

Tabela 1
Rendimento médio por hora dos ocupados segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2007/2008

Em reais de novembro de 2008

Regiões Metropolitanas	2007			2008			Rendimento das mulheres em relação ao dos homens (em %)	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	2007	2008
Belo Horizonte	6,05	6,76	5,25	6,50	7,29	5,47	77,7	74,9
Distrito Federal	9,19	10,29	7,91	9,62	10,93	8,36	76,9	76,5
Porto Alegre	6,08	6,56	5,49	6,23	6,69	5,71	83,7	85,4
Recife	3,70	4,02	3,39	3,91	4,20	3,44	84,3	81,9
Salvador	4,83	5,19	4,35	5,28	5,85	4,72	83,8	80,7
São Paulo	6,80	7,46	5,81	6,65	7,53	5,76	77,9	76,4

Fonte: PED (Convênio Dieese, Seade, MTE/FAT e instituições regionais).

Nota: Exclusivo os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: ICV do Dieese.

Tabela 2

Rendimento médio real por hora, rendimento médio real e horas semanais trabalhadas no trabalho principal, rendimento médio real familiar per capita e rendimento médio real familiar total das cônjuges e chefes mulheres, por número de filhos residentes e faixa etária do filho mais novo, segundo tipo de arranjo familiar Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008

Cônjuges e chefes mulheres (1)	Número de filhos			Faixa etária do filho mais novo			
	Total	1 filho	2 filhos ou mais	Total	Até 1 ano	Mais de 1 até 5 anos	Mais de 5 anos
Rendimento médio real por hora (2) (3)							
Cônjuge mulher ocupada no casal com filhos	4,72	4,87	4,57	4,72	5,50	4,32	4,80
Chefe mulher ocupada sem cônjuge com filhos	4,93	5,34	4,62	4,93	- (5)	- (5)	5,14
Rendimento médio real (2)							
Cônjuge mulher ocupada no casal com filhos	767	792	744	767	847	684	780
Chefe mulher ocupada sem cônjuge com filhos	844	914	771	844	- (5)	- (5)	880
Horas semanais trabalhadas (3)							
Cônjuge mulher ocupada no casal com filhos	38	38	38	38	36	37	38
Chefe mulher ocupada sem cônjuge com filhos	40	40	39	40	- (5)	37	40
Rendimento médio real familiar per capita (4)							
Cônjuge mulher no casal com filhos	471	545	405	471	357	367	534
Chefe mulher sem cônjuge com filhos	436	547	320	436	- (5)	- (5)	480
Rendimento médio real familiar total (4)							
Cônjuge mulher no casal com filhos	1694	1635	1747	1694	1263	1284	1938
Chefe mulher sem cônjuge com filhos	1075	1094	1054	1075	- (5)	- (5)	1177

Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

Nota: Exclui-se as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(1) Exclui-se as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro parente e / ou agregado.

(2) Exclui-se os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC da Sei. Valores em Reais de Novembro de 2008.

(3) Exclui-se os ocupados que não trabalharam na semana.

(4) O rendimento familiar total consiste na soma de rendimentos de aposentadorias ou pensões, do trabalho principal e adicional (só de ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro desemprego (só de desempregados e de inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Inflator utilizado: IPC da Sei. Valores em Reais de Novembro de 2008. O tamanho da família é o total de indivíduos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. O Rendimento Familiar Per Capita corresponde ao rendimento familiar total dividido pelo tamanho da família.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 3

Rendimento médio real por hora, rendimento médio real e horas semanais trabalhadas no trabalho principal, rendimento médio real familiar per capita e rendimento médio real familiar total das cônjuges mulheres e das mulheres que moram sozinhas – Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008

Cônjuges e mulheres que moram sozinhas	
Rendimento médio real por hora (2) (3)	
Cônjuge mulher ocupada no casal sem filhos (1)	4,93
Mulher ocupada que mora sozinha	6,24
Rendimento médio real (2)	
Cônjuge mulher ocupada no casal sem filhos (1)	844
Mulher ocupada que mora sozinha	1.069
Horas semanais trabalhadas (3)	
Cônjuge mulher ocupada no casal sem filhos (1)	40
Mulher ocupada que mora sozinha	40
Rendimento médio real familiar per capita (4)	
Cônjuge mulher no casal sem filhos (1)	823
Mulher que mora sozinha	882
Rendimento médio real familiar total (4)	
Cônjuge mulher no casal sem filhos (1)	1.646
Mulher que mora sozinha	882

Fonte: Convênio Seade–Dieese e MTE/FAT.

Nota: Exclusive as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(1) Exclusive as cônjuges mulheres em famílias com outro parente e / ou agregado.

(2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC da Sei. Valores em Reais de Novembro de 2008.

(3) Exclusive os ocupados que não trabalharam na semana.

(4) O rendimento familiar total consiste na soma de rendimentos de aposentadorias ou pensões, do trabalho principal e adicional (só de ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro desemprego (só de desempregados e de inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Inflator utilizado: IPC da Sei. Valores em Reais de Novembro de 2008. O tamanho da família é o total de indivíduos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. O Rendimento Familiar Per Capita corresponde ao rendimento familiar total dividido pelo tamanho da família.

Tabela 4

Rendimento médio real e rendimento médio real por hora no trabalho principal das ocupadas, rendimento médio real familiar total, rendimento médio real familiar per capita, número de pessoas na família e número de ocupados na família das cônjuges e chefes mulheres, segundo tipo de arranjo familiar (1)
Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008

Cônjuges e chefes mulheres	Rendimento médio real do trabalho principal das ocupadas (2)	Rendimento médio real por hora do trabalho principal das ocupadas (2) (3)	Rendimento médio real familiar total (4)	Rendimento médio real familiar per capita (4)	Número de pessoas na família	Número de ocupados na família
Cônjuge mulher no casal com filhos (1)	767	4,72	1.694	471	3,8	1,5
Cônjuge mulher no casal sem filhos (1)	844	4,93	1.646	823	2,0	1,1
Chefe mulher sem cônjuge com filhos (1)	844	4,93	1.075	436	2,8	1,1
Mulher que mora sozinha	1.069	6,24	882	882	1,0	0,4

Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

Nota: A família é composta pelos indivíduos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Exclui-se as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(1) Exclui-se as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro parente e / ou agregado.

(2) Exclui-se os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC da Sei. Valores em Reais de Novembro de 2008.

(3) Exclui-se os ocupados que não trabalharam na semana.

(4) O rendimento familiar total consiste na soma de rendimentos de aposentadorias ou pensões, do trabalho principal e adicional (só de ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Inflator utilizado: IPC da Sei. Valores em Reais de Novembro de 2008. O tamanho da família é o total de indivíduos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. O Rendimento Familiar Per Capita corresponde ao rendimento familiar total dividido pelo tamanho da família.

Tabela 5

Distribuição da massa de rendimento real familiar total (1) das famílias com cônjuges e chefes mulheres, por posição na família, segundo tipo de arranjo familiar – Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008

Em porcentagem

Cônjuges e chefes mulheres	Posição na família			
	Total	Chefe	Cônjuge	Filho
Cônjuge mulher no casal com filhos (2)	100,0	64,7	23,3	12,0
Cônjuge mulher no casal sem filhos (2)	100,0	69,0	31,0	-
Chefe mulher sem cônjuge com filhos (2)	100,0	66,0	-	34,0
Mulher que mora sozinha	100,0	100,0	-	-

Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

Nota: Exclui-se as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(1) O rendimento familiar total consiste na soma de rendimentos de aposentadorias ou pensões, do trabalho principal e adicional (só de ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro desemprego (só de desempregados e de inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de 10 anos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Inflator utilizado: IPC da Sei. Valores em Reais de Novembro de 2008.

(2) Exclui-se as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro parente e / ou agregado.

Tabela 6**Distribuição das famílias com cônjuges e chefes mulheres, por grupos de rendimento médio real familiar per capita (1), segundo tipo de arranjo familiar – Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008**

Em percentagem

Tipo de arranjo familiar	Total	Grupos de rendimento médio real familiar per capita (1)				
		10% mais pobres	25% mais pobres	50% mais pobres	25% mais ricos	10% mais ricos
Total (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cônjuge mulher no casal com filhos (3)	52,4	35,7	56,4	59,9	44,1	38,2
Cônjuge mulher no casal sem filhos (3)	16,0	- (4)	5,4	9,8	23,7	27,0
Chefe mulher sem cônjuge com filhos (3)	20,2	38,2	30,2	25,2	16,0	14,2
Mulher que mora sozinha	11,4	18,2	8,1	5,1	16,2	20,6

Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Os percentis referem-se ao rendimento apenas das famílias dos 4 tipos de arranjo familiar considerados.

(2) Exclusive as famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(3) Exclusive as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro parente e / ou agregado.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 7**Distribuição das famílias com cônjuges e chefes mulheres, por grupos de rendimento médio real familiar per capita (1), segundo tipo de arranjo familiar – Região Metropolitana de Salvador – 2007-2008**

Em percentagem

Tipo de arranjo familiar	Total	Grupos de rendimento médio real familiar per capita (1)				
		10% mais pobres	25% mais pobres	50% mais pobres	25% mais ricos	10% mais ricos
Total (2)	100,0	10,0	25,0	50,0	25,0	10,0
Cônjuge mulher no casal com filhos (3)	100,0	6,8	26,9	57,1	21,1	7,3
Cônjuge mulher no casal sem filhos (3)	100,0	- (4)	8,4	30,6	37,2	16,9
Chefe mulher sem cônjuge com filhos (3)	100,0	18,9	37,4	62,5	19,8	7,0
Mulher que mora sozinha	100,0	15,9	17,6	22,4	35,3	18,0

Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Os percentis referem-se ao rendimento apenas das famílias dos 4 tipos de arranjo familiar considerados.

(2) Exclusive as famílias com outro tipo de arranjo familiar.

(3) Exclusive as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro parente e / ou agregado.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

NUNCA FOI TÃO FÁCIL SABER O QUE O GOVERNO PENSA

TV Seplan. Mais um canal de comunicação do Governo com você



O Governo da Bahia, por meio da Secretaria do Planejamento, está lançando a TV Seplan. Um canal de TV na internet com entrevistas, pesquisas, análises, tendências e muito mais. Tudo com total transparência e credibilidade.

Assista, comente e divulgue www.youtube.com/tvseplan



 **Bahia**
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria do Planejamento